



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

BERGSON MORAIS VIEIRA

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE ELITES PARTIDÁRIAS EM SERGIPE: O CASO
DOS LÍDERES DO PARTIDO VERDE

São Cristóvão/SE

2013.

BERGSON MORAIS VIEIRA

**RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE ELITES PARTIDÁRIAS EM SERGIPE: O CASO
DOS LÍDERES DO PARTIDO VERDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira

São Cristóvão/SE

2013.

**FICHA CATALOGRÁICA ELABORADA PELA BIBLIOTÉCA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

V658r Vieira, Bergson Moraes
Recrutamento e seleção de elites partidárias em Sergipe : o caso dos líderes do Partido Verde / Bergson Moraes Vieira ; orientador Wilson José Ferreira de Oliveira. – São Cristóvão, 2013. 167 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2013.

1. Sociologia política. 2. Partidos políticos - Sergipe. 3. Elites (Ciências sociais). 4. Socialização política. 5. Liderança. 6. Partido Verde (Brasil). I. Oliveira, Wilson José Ferreira de, orient. II. Título.

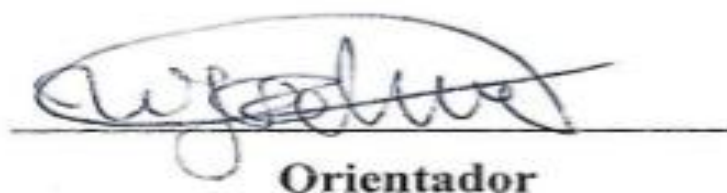
CDU 316.334.3:329

BERGSON MORAIS VIEIRA

**RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE ELITES PARTIDÁRIAS EM SERGIPE: O CASO
DOS LÍDERES DO PARTIDO VERDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA:



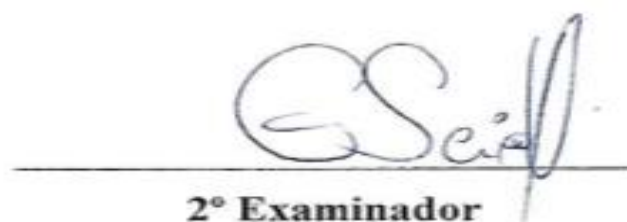
Orientador

Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira (Orientador)



1º Examinador

Prof. Dr. Igor Gastal Grill (Externo à Instituição – UFMA)



2º Examinador

Prof. Dr. Ernesto Seidl (Interno à Instituição – UFS)

AGRADECIMENTOS

A construção desse trabalho contou com a colaboração de inúmeras pessoas e instituições. Agradeço, inicialmente, à Universidade Federal de Sergipe (UFS) por ter me confiado a oportunidade do saber. Em especial, agradeço a todos os integrantes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS); aos funcionários, pela atenção dada ao longo desses mais de dois anos, e aos professores, pela dedicação à formação deste aluno. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por me permitir a dedicação exclusiva a essa pesquisa, proporcionando-me os recursos econômicos necessários.

Agradeço, em especial, ao professor Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira, meu orientador, por suas infindáveis e sistemáticas leituras, sem as quais esta dissertação certamente não teria sido concluída. Também pela paciência com esse orientando que não se mostrou nada fácil. Enfim, agradeço por ter acreditado, desde o início, neste projeto. Pelo exemplo de intelectual e de profissional que é, vou guardar comigo sua aplicação e dedicação à ciência. Manifesto também meu profundo agradecimento aos professores do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP), em especial aos professores Dra. Fernanda Rios Petrarca e Dr. Ernesto Seidl, pelas seguidas leituras e discussões dos textos preliminares que antecedem a finalização dessa dissertação.

Agradeço aos colegas da turma de 2011 que, direta ou indiretamente, contribuíram com meu aprendizado. Em especial, a Alex Menezes de Carvalho, a quem posso chamar de amigo, o qual se mostrou sempre disponível para conversar sobre questões que vão desde assuntos pertinentes ao estudo aqui apresentado até sobre “coisas da vida”. Agradeço também a todos os dirigentes do Partido Verde que fizeram parte deste trabalho, pelas entrevistas concedidas, sem as quais esse trabalho não poderia ter sido finalizado. Em especial, gostaria de agradecer a Reynaldo Nunes, que “abriu as portas” do partido para este pesquisador, se mostrando sempre disposto a ajudar.

Aos meus pais, João e Izaura, agradeço pelo carinho, por terem acreditado em mim e me ensinado os valores que levarei para sempre em minha vida. Aos meus irmãos, Jâmison, Jeyza e Janderson, por estarem sempre ao meu lado. Agradeço também a minha filha Bruna Luiza, embora, pequena, me proporcionou a alegria e energia que me ajudaram manter a sobriedade nos momentos difíceis.

Por fim, agradeço a Deus, por estar sempre ao meu lado, tornando possível a realização desse trabalho.

DEDICATÓRIA

À minha esposa, Juliana Vieira,

Com quem tenho vivido esses três últimos anos. Esta dissertação representa todo esse período, que foram repletos de alegrias, tristezas, sacrifícios e conquistas. E você, durante todo esse percurso, esteve sempre ao meu lado, dedicando-me todo o seu amor, compreensão, companheirismo, o que foi de fundamental importância não só para a realização desse trabalho, mas para a realização de todos os nossos sonhos já realizados e os que ainda serão.

RESUMO

A presente dissertação está inserida na temática sobre os estudos das elites políticas. O objetivo principal deste trabalho é analisar os dirigentes do Partido Verde (PV) no Estado de Sergipe, buscando compreender, através da análise de seus itinerários, como ocorre o processo de recrutamento e seleção dos que ocupam algum posto de liderança dentro do partido. A questão central do trabalho consistiu em apreender os principais recursos utilizados por estes líderes, no sentido de lhes permitir o acesso aos postos disponíveis no partido. Trata-se, portanto, de examinar como se combinam diferentes recursos (sociais, culturais, profissionais, econômicos), no tocante ao acesso e à ascensão aos postos de liderança no referido partido. Esses objetivos foram alcançados a partir de uma agenda de pesquisa estabelecida na “sociologia do engajamento”, na qual foi possível desenvolver uma estratégia teórico-metodológica que permitiu a compreensão da relação entre recursos sociais, culturais e saberes acumulados com o acesso a cargos de destaque na agremiação. Os procedimentos metodológicos adotados para a “construção” deste trabalho foram, além dos dados coletados pela literatura corrente, dados primários colhidos através de entrevistas com o grupo considerado. Os resultados indicam que tratamos de um grupo bastante homogêneo quanto aos recursos sociais e profissionais. Seus integrantes, em sua maioria, provêm das classes média e alta e, à exemplo de outras elites partidárias, as categorias profissionais mais frequentes são os comerciantes e profissionais liberais tradicionais (RODRIGUES, 2009). Todavia, alguns elementos também demonstram que tratamos de um grupo bastante específico desprovido de capital militante e político, o que, em alguma medida, justifica o “sucesso” num partido sem muita “força” no sistema político brasileiro. Em função disso, o PV se configurou, para uma boa parte dos que fazem parte do grupo considerado, como um importante espaço de socialização político-militante.

Palavras-chave: Recrutamento de Elites; Engajamento; Recursos Sociais; Socialização; Partido Verde.

ABSTRACT

This dissertation is inserted in thematic studies of political elites. The main objective of this work is to analyze the leaders of the Green Party (PV) in the State of Sergipe, trying to understand, through the analysis of their itineraries, as is the process of recruitment and selection of those who occupy a position of leadership within the party. The central question of the study was to capture the main features used by these leaders in order to allow them access to available positions in the party. It is, therefore, to examine how to combine different resources (social, cultural, professional, economic) regarding access and the rise to positions of leadership in that party. These objectives were achieved from a research agenda established in the "sociology of engagement" in which it was possible to develop a theoretical-methodological strategy that allowed the understanding of the relationship between the social, cultural and accumulated knowledge with access to positions of prominence in college. The methodological procedures adopted for the "construction" of this work were, in addition to data collected by the current literature, primary data collected through interviews with the group considered. The results indicate that we deal with a rather homogeneous as to social resources and professional. Its members, mostly provide the middle and upper classes, and the example of other party elites, professional categories most frequent traders and freelancers traditional (RODRIGUES, 2009). However, some elements also show that dealing with a very specific group devoid of militant and political capital which, to some extent, explains the "success" in a party without a lot of "force" in the Brazilian political system. As a result, the PV is set for a good portion of which are part of the group considered as an important space for socialization political activist.

Keywords: Recruitment of Elites; Engagement; Social Resources; Socialization; Green Party.

LISTA DE QUADROS E ORGANOGRAMAS

Quadro I – Eleições para Governador do Estado (Eleições 15.11.1982).....	52
Quadro II – Eleições para Governador do Estado (Eleições 15.11.1986).....	54
Quadro III – Eleições para Prefeito de Aracaju (Eleições 15.11.1988).....	57
Quando IV – Eleições para Governador do Estado – segundo Turno (15.11.1994).....	60
Quadro V – Distribuição de cargos dos Líderes do PV por Gênero.....	82
Quadro VI – Escolaridade e Ocupação Profissional dos Líderes do PV.....	86
Quadro VII – Esfera Associativa e Política dos Líderes do PV.....	92
Quadro VIII – Indicadores salariais e de classe dos Líderes do PV.....	101
Quadro IX – Indicadores de classe e de patrimônio dos Líderes do PV.....	101
Quadro X – Categorias profissionais / Ocupação de Cargos	104
Organograma I – Estrutura hierárquica do Partido Verde em Sergipe	72
Organograma II – Entendendo as redes nas quais os líderes do PV estão inseridos.....	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAU: Associação Atlética Universitária
ADEMA: Administração Estadual do Meio-Ambiente
ARENA: Aliança Renovadora Nacional
ASPAM: Associação de Proteção Ambiental
CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONSU – Conselho Superior Universitário
DALEC – Diretório Acadêmico Livre de Engenharia Civil
DCE – Diretório Central dos Estudantes.
DEM: Democratas
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
MOPEC: Movimento Popular Ecológico
ONG: Organização Não Governamental
PC do B: Partido Comunista do Brasil
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PDS: Partido Democrático Social
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PT: Partido dos Trabalhadores
PSD: Partido Social Democrata
PCB: Partido comunista Brasileiro
PDT: Partido Democrata Trabalhista
PDC: Partido Democrata Cristão
PDS: Partido Social Democrático
PFL: Partido da Frente Liberal
PL: Partido Liberal
PMN: Partido da Mobilização Nacional
PV: Partido Verde
UFBA: Universidade Federal da Bahia
UFS: Universidade Federal de Sergipe
UNB: Universidade de Brasília

USP: Universidade São Paulo

TRE: Tribunal Regional Eleitoral

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
1. Objeto de Investigação e Problema de Análise.....	16
2. Abordagem conceitual e Dimensões Analíticas.....	21
3. Tratamento do Objeto.....	27
4. Plano Geral e Organização da Dissertação.....	31
 CAPÍTULO I: HISTÓRIA SOCIAL DO PARTIDO VERDE EM SERGIPE: CONDIÇÕES SOCIAIS DE EMERGÊNCIA E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL	 33
1.1 Entre a política e o ambientalismo: Condições de emergência e dinâmica de funcionamento do Partido Verde no Brasil.....	35
1.2 Conjunturas políticas e as condições de emergência favoráveis à institucionalização do Partido Verde no Brasil.....	40
1.3 “Cada um procurou o seu caminho”: conjunturas políticas em Sergipe e a formação de novos partidos.....	51
1.4 O Conselho Superior Universitário e a UFS enquanto espaço de formação do Partido Verde.....	63
 CAPÍTULO II: AS BASES SOCIAIS DO RECRUTAMENTO DOS LÍDERES DO PARTIDO VERDE EM SERGIPE.....	 75
2.1 Condicionantes sociais do engajamento: socialização e aquisição de disposições.....	76
2.2 Entrando no “mundo da política”	79
2.3 Origens Sociais e Relações Familiares.....	83
2.3.1 Socialização familiar e escolar e apreensão do “gosto” pela atividade política.....	87
2.4 Competências técnicas e recrutamento político: a importância da passagem pela universidade frente ao recrutamento de lideranças do PV.....	96
2.5 - Profissão da Profissão Política: As competências profissionais dos	

“Verdes”.....	102
2.6 O papel das redes formais e informais no recrutamento de líderes do PV.....	108
CAPÍTULO III: PADRÕES DE CARREIRA E FORMAS DE RECONVERSÃO DA MILITÂNCIA NO PARTIDO VERDE.....	112
3.1 Políticos por “Vocação” ou tentativas de aquisição de um capital político?.....	114
3.2 “Ser engajado é ser militante”: O ativismo real dos dirigentes do PV.....	120
3.3 Políticos por “formação”: Excelência profissional e recrutamento de líderes do PV.....	123
3.3.1 Recursos sociais e profissionais: O recrutamento feito “de cima”.....	124
3.3.2 Inserção profissional e engajamento de lideranças no PV.....	132
CONCLUSÃO.....	136
REFERÊNCIAS.....	140
APÊNDICE.....	147
Apêndice I – Lista de entrevistados para capítulo histórico.....	147
Apêndice II – Lista de entrevistados para Capítulo II e III.....	148
Apêndice III – Roteiro padrão de entrevista para capítulo histórico.....	149
Apêndice IV – Roteiro padrão de entrevista para capítulos I e II.....	151
ANEXO.....	158
Anexo I – Foto Teatro Clara Nunes.....	158
Anexo II – Manifesto do Partido Verde.....	159
Anexo III – Registro da instituição do PV no diário oficial.....	161
Anexo IV – Relatório Prestação de contas PV Sergipe.....	162
Anexo V – Fernando Sávio na redação do jornal "Folha da Praia", em Aracaju.....	165
Anexo VI – Alfredo Sirkis em Sergipe.....	166
Anexo VII – José Luiz Penna em Sergipe.....	167

APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas, os estudos sobre o entendimento do compromisso político vêm se destacando como uma importante temática entre cientistas sociais de diferentes orientações, o que provocou intensas mudanças no tocante às “entradas” analíticas que pretendiam elucidar os questionamentos relacionados a essa questão. Em consequência disso, problemas pertinentes à problemática do compromisso político passaram a ser revisitados e questionados, ao mesmo passo em que novas questões de ordem teórica, metodológica e empírica começaram a emergir, dando “novos” contornos a tais temáticas. Diante disso, pressupõe-se que os questionamentos que outrora serviam para alavancar os debates a respeito do compromisso (em suas diferentes modalidades, por exemplo, político, militante, associativo, sindical, entre outros) devem ser confrontados.

Em linhas gerais, esse novo arranjo contribuiu para revigorar uma das áreas mais proeminentes das ciências sociais contemporânea: a “sociologia do engajamento”. Não obstante, ainda que o tratamento dedicado a essa linha de estudos, sobretudo, no limiar das duas últimas décadas, tenha contribuído para que se produzisse um repertório variado de amostragens, seus desdobramentos não foram igualmente satisfatórios. Pois ficaram limitadas a responder os “porquês” e “como” os indivíduos se comprometem em alguma causa ou, em menor medida, quais fatores os levam a continuar comprometidos durante maior período.

Apesar da quantidade de estudos sobre engajamento político, chama atenção o fato de que boa parte destes tenha convergido na análise dos “acidentes biográficos” que “explicam” o envolvimento político, deixando de abordar questões mais amplas relacionadas à própria dinâmica do engajamento. É, portanto, neste sentido que o presente trabalho se insere, ou seja, busca-se aqui romper com algumas categorias analíticas na medida em que se lança mão de aspectos ligados ao entendimento das interações entre sujeito e associação, bem como, as bases sociais que compõem o universo político-partidário mais especificamente.

Tal objetivo remete à necessidade de ter de investigar as bases sociais dos quais os agentes selecionados na pesquisa partem, e relacionar essas mesmas bases com as posições ocupadas no interior do partido. Acreditamos que, dessa forma, será possível romper, ao menos em alguma medida, com vários dos pontos apresentados. Além disso, essa postura investigativa mostra-se bastante eficiente também no que concerne à superação das dicotomias macro e microssociais tão presentes em análises do engajamento e que sempre criam oposições epistemológicas, colocando, por um lado, os estudiosos que entendem o

engajamento enquanto resultado de dinâmicas macrosociológicas, em que ganham destaque os impactos das condições estruturais e organizacionais sobre o processo de escolha dos agentes e, por outro lado, as que veem o engajamento por um prisma microsociológico, em que as escolhas individuais (patrimônio de predisposições) são fundamentais para explicar o engajamento.

Nesse sentido, o trabalho ora proposto busca conjugar a chamada “sociologia do engajamento”, que prioriza o estudo dos fatores condicionantes ao engajamento com a “sociologia política”, que tem como um de seus focos de atenção, justamente, não as posições nem a influência das lideranças partidárias ou a relação entre Executivo e Legislativo, mas sim a composição sócio-ocupacional característica de cada partido (MADEIRA, 2006; RODRIGUES, 2009), ou seja, esse ramo tem como cerne de investigação as bases sociais que compõem a “classe política”.

O presente estudo contribuiu para uma maior compreensão da relação entre recursos sociais, culturais e econômicos e o sucesso na carreira de líder político-partidário. Essa escolha analítica contribuiu também para destacar o engajamento enquanto fenômeno dinâmico e relacional (PASSY, 1998), em que não só as estruturas e/ou os agentes são importantes, mas toda uma estrutura social que demonstre tanto as várias formas de sociabilidade quanto as bases sociais de recrutamento dessas lideranças. Ou seja, o que estamos apresentando aqui é um trabalho que buscou explicar como o envolvimento político-associativo se articula com outras esferas (educacionais, profissionais, sociais, religiosas, filantrópicas, ONGs, movimentos sociais, entre outros), no sentido de buscar entender quais recursos sociais esses agentes dispõem para serem designados como líderes partidários.

1 – Objeto de Investigação e Problema de Análise

O presente trabalho tem como objetivo analisar os dirigentes do Partido Verde (PV) no Estado de Sergipe, buscando compreender, através da análise de seus itinerários, como o envolvimento político-associativo se articula com as condições sociais, políticas e institucionais. Mais precisamente, investigam-se como estes elementos se combinam no sentido de permitir o acesso a espaços variados dentro e fora dessa agremiação política. Trata-se, portanto, de examinar como os dirigentes deste partido acendem aos postos de comando da agremiação, e como a posição de liderança é reconvertida em um tipo de competência que permite a esses dirigentes a potencialização de suas redes de relações.

Esta investigação se insere no universo temático entendido como “sociologia do engajamento”, mais particularmente, na problemática acerca do engajamento político-partidário¹. Em se tratando deste tipo de participação, o engajamento é definido enquanto uma categoria de ampla dimensão e sintomática de um envolvimento mais duradouro em uma causa (SAWICK e SIMÉANT, 2011). Nos termos de Palmeira (1993), falar de engajamento político é tratar de um grupo que vive permanentemente no “*tempo da política*”², ou ainda, segundo Reis (2008), trata-se de uma categoria que se distingue de outras como ativismo e *militantismo* por ser mais exigente, e por demandar do agente em questão um maior comprometimento. Dessa forma, tratar de engajamento político-partidário é tratar de agentes, ou mesmo grupos de agentes, que dedicam maior parte do seu tempo às “coisas” do partido.

Essa orientação sugere que o trabalho em questão precisou considerar o fato de estar tratando de um universo empírico historicamente situado: a elite política³. O tratamento

¹ O tratamento dado a categoria engajamento é uma entre outras prováveis, o que significa dizer que há outras formas de abordagem, as quais demonstram o engajamento (político-partidário, sindical, associativo ou mesmo em movimentos sócias) enquanto um mecanismo de adesão capaz de trazer retribuições materiais, simbólicas e psicológicas, verificados por meio de conquistas pessoais (PASSY, 1998), pela luta baseada em algum drama moral (PÉCHU, 2007) ou mesmo por direito a bens inalienáveis (NOONAN, 1995; LAFAYE e THÉVENOT, 1993; SAWICKI, 2003).

² Para saber mais sobre a expressão utilizada é aconselhável ver o texto de Moacir Palmeira (1993) *Política, Facção e Voto*. In: Palmeira, M. e Goldman, M. (org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1996.

³ A problemática dos estudos sobre elites formou uma ampla rede de especialistas, tanto no exterior quanto no Brasil, ao mesmo passo esta quantidade de estudos repercutiu na própria elaboração de expressões adjetivadas e designadas ao estudo dos que ocupam o “topo da pirâmide”, entre estas expressões destacamos, “elites”, “classes dirigentes”, “grupos dirigentes”, “líderes” ou ainda, “grupos dominantes”. Entretanto, ao que parece esta quantidade de expressões não passam de esforços de diferentes autores na construção da problemática acerca do estudo das Elites (CORADINI, 2008, CHARLE, 2006; PETRARCA, 2008; SEIDL, 2008), ou como especifica Coradini (2008), estas designações podem também ser fruto de uma sucessão de mal-entendidos interpretativos. Para evitar

dedicado a esta questão formou uma das dimensões de nossa análise, se inserindo nesta discussão ao tratar de explicar os fatores que precedem o recrutamento destes dirigentes. O debate que levou a esta dimensão foi provocado por um conjunto de questionamentos a respeito de quem e como são recrutados os dirigentes do PV. Além disso, buscamos entender como a interação no interior do partido possibilita a aquisição de saberes e competências necessárias ao exercício da atividade de líder partidário, agente capacitado a lidar com um conjunto de situações que a posição exige: gestão de momentos de crise, administração de conflitos internos, entre outras habilidades⁴.

Embora esses primeiros questionamentos tenham contribuído para a “construção” de uma das dimensões do trabalho em tela, não contempla outras variáveis que também se mostram pertinentes. A primeira delas seria tentar entender uma dupla hermenêutica circunscreve as relações entre o partido e seus dirigentes, e entre os dirigentes e a esferas social, profissional e política. De um lado, devem-se compreender os recursos e “trunfos” utilizados pelo grupo considerado que expliquem a ocupação dos postos de comando no partido. O que nos permite acesso a uma dimensão de análise que explica tanto o processo de entrada e ascensão no partido, quanto questões relacionadas à dinâmica de funcionamento do mesmo. De outro lado, se faz igualmente necessário entender a relação a relação que se estabelece entre o envolvimento partidário com outros espaços, nos quais estes agentes se encontram inseridos (profissional, social, cultural, entre outros).

Esse princípio mais geral sugere que o envolvimento político-partidário representa apenas uma das esferas constitutivas da realidade social na qual o grupo considerado na pesquisa está inserido. Ou seja, se faz necessário considerar o líder enquanto agente imerso em um conjunto de esferas (profissionais, políticas, sociais, educacionais, religiosas, associativas) que se articulam e se interagem. Esse postulado nos aproxima do que é descrito por Fillieuli (2001) a respeito das organizações militantes. Segundo esse autor, as “organizações militantes também são feitas de indivíduos incluídos em uma multiplicidade de lugares do espaço social [...] eles estão constantemente sujeitos à obrigação de ter que

confusões, no presente texto vamos nos deter ao uso de expressões como dirigentes e líderes para designar os que ocupam os postos de comando no PV.

⁴ Em sentido parecido, Bourdieu (2004), em especial, na parte que trata do *fetichismo político*, apresenta uma série de questões acerca da necessidade de mandantes capazes de gerir as funções de determinados grupos. Segundo seus argumentos, os *mandantes* conseguem, por meio das posições que ocupam, lançar mão em uma espécie de “*cheque em branco*” que lhes garante agir em nome do grupo. Ou seja, se tornam representantes legítimos do grupo, seja internamente, no sentido de estarem capacitados de gerir os conflitos e tensões internas ou, externamente, podendo por meio desta *delegação*, não somente representar seus *mandatários*, como também mobilizar maiores recursos e ter acesso a espaços que não poderiam caso não estivessem ocupando tais postos.

cumprir, com diferentes normas, regras e lógicas, que às vezes podem trazer conflitos⁵”. Para ser mais claro, o presente trabalho intenta compreender o indivíduo enquanto sujeito imerso numa rede de relações estabelecida ao longo de seu trajeto social. Neste sentido, entender como se articula esta multiplicidade de esferas em que estes agentes estão inseridos com o engajamento político-partidário se apresenta como um ponto fundamental a ser investigado.

Devido à amplitude que esse estudo poderia levar, foram necessários alguns recortes. Nesse sentido, nos deteremos na análise dos dirigentes ligados à seccional do PV⁶ do Estado de Sergipe. Não se trata, porém, de uma tentativa de reduzir as instituições às suas elites, mas essa forma de objetivar os dados empíricos a partir dos agentes mais bem situados num espaço nos leva a pensar na relação de hierarquização das elites políticas, nos inserindo num debate que vem sofrendo profundas renovações nos últimos anos nas ciências sociais, sobretudo a partir das contribuições de Pierre Bourdieu. Os desdobramentos disso puderam ser sentidos na própria forma como conceber o estudo das elites, onde o que passa a vigorar não é um estudo dos agentes propriamente dito, mas uma análise dos recursos e/ou capitais detidos por estes e que justificam as posições ocupadas (SEIDL, 2008).

Esse princípio mais geral remete a uma série de implicações analíticas importantes e que devem ser mobilizadas para que os objetivos deste trabalho sejam alcançados. A primeira implicação relaciona-se aos diferentes recursos (de origem ou adquiridos) que os dirigentes do PV dispõem e que funcionam como condicionantes ao acesso aos postos de comando no partido. Em outras palavras, é necessário entender quais recursos mobilizados ao longo dos trajetos sociais desses agentes lhes conferem as condições para o desígnio de líder partidário.

Assim, levando em consideração que, uma vez dentro do partido, os dirigentes passam a ter acesso a uma rede de relações proveniente desse envolvimento, tivemos que considerar essas redes também como um recurso que permite a inserção em espaços (profissional, burocrático-administrativa) não passíveis de serem alcançados, caso não estivessem envolvidos no partido.

A fim de situar melhor essas implicações na literatura, alguns estudos internacionais (GAXIE, 1977; SAINT MARTIN, 1995 e 2008; PECHÚ, 2007; SAINTENY, 1999) e também nacionais (CORADINI, 1996 e 2001; PETRARCA, 2007 e 2008b; OLIVEIRA,

⁵ Cf. Fillieuli, op. cit. p. 207 (*Livre tradução*).

⁶ Segundo Turtelli (2009), a primeira formação do Partido Verde no Brasil data de 1986, e teve como cenário o Rio de Janeiro. Essa formação inicial tinha em seu quadro militantes advindos de diversas áreas profissionais, tais como, jornalistas, escritores, ecologistas, artistas entre outros, além de uma notória quantidade de exilados políticos. Mas somente no ano seguinte, em 1987, que começa haver sua expansão para outros Estados, sendo organizado primeiramente em São Paulo e Minas Gerais, e neste mesmo ano, expandiu-se para outras regiões do país, inclusive, para o norte e nordeste.

2008; SEIDL, 2009) são considerados⁷. Estes demonstram que em se tratando de agentes inseridos em diferentes modalidades de organizações associativas, o fato de ocupar postos de destaque lhes permite estabelecer redes de relações que podem se converter em “trunfos” a serem usados em momento oportuno. Esses “trunfos” (ou recursos) não necessariamente se restringem à esfera profissional, mas também podem ser acionados em outras esferas sociais, nas quais estes agentes se encontram inseridos.

Conforme demonstrado por Mercklé (2011), as redes ou o “capital de relações” são fundamentais para o acesso privilegiado a determinados espaços. Segundo o mesmo autor, quanto maior a capacidade de mobilizá-las, maior é a possibilidade de acesso a postos de comando. Seguindo essa “pista”, observamos que o PV funciona não somente como um espaço de “poder” para os líderes considerados na pesquisa, mas também enquanto um espaço de socialização política e social, possibilitando a estes a ampliação de suas redes de influência.

Esse conjunto de implicações forma algumas das características que possibilitam a delimitação do universo de estudo: os líderes do PV. Nesse sentido, o envolvido político-partidário de seus líderes se configura como “fio condutor” de nossa análise. Isto é, dado ao fato de que as lideranças do PV constituem o universo motivador dessa pesquisa, o partido não pôde ser desprezado, na medida em que este legitima a posição de liderança e o “poder” detidos pelos agentes selecionados, além de um importante espaço de socialização e politização que permite apreender as formas de aquisição do que podemos chamar de “gramática política”.

É oportuno enfatizar que não se propõe aqui uma análise das predisposições ou “acidentes biográficos” que “explicam” o envolvimento político, mas sim a compreensão do envolvimento político-partidário e como este se articula com outras esferas nas quais os agentes considerados transitam em suas inferências sociais. Além disso, é pertinente dizer que, mediante os apontamentos feitos a respeito da ampliação das redes, a inserção desses líderes em outros espaços passa a ser também possível. Isso ocorre na medida em que as relações estabelecidas em função do engajamento (partidário, sindical, associativo, por exemplo) concede aos ocupantes dos postos mais elevados, a possibilidade de converter essa inserção em recursos que permite o acesso em outros espaços que extrapolam as fronteiras dessas instituições.

⁷ Apesar de alguns destes autores não dialogarem diretamente com a problemática aqui proposta, nos fornece alguns instrumentos para compreender a dinâmica do estudo das elites e dos grupos dirigentes.

Esse conjunto de implicações conduz o estudo ora proposta a uma investigação pautada em dois níveis de análise: num primeiro nível, a proposta é analisar os recursos que presidem e explicam a seleção e o recrutamento⁸ dos líderes para o partido. A intenção é compreender a composição social desse partido, ou seja, de qual base social estamos nos referindo quando falamos de dirigente do PV. Num segundo nível, investigaremos como os diferentes recursos possuídos por esses dirigentes são acionados no sentido de permitir tanto o acesso aos postos de destaque no partido, quanto à reconversão para outros espaços sociais.

Esse conjunto de considerações permite que se formule a hipótese principal deste trabalho, de que o recrutamento dos líderes do PV é resultado de redes informais em que os laços pessoais (amigos, familiares) se caracterizam como fundamentais para entender os pontos de chegada a esses postos. Essa hipótese mais geral permite levantar outras hipóteses secundárias: i) a inserção no partido permite a extensão das redes de conhecimento e reconhecimento de suas lideranças; ii) apesar de as redes informais exercerem um papel fundante no processo de recrutamento dos líderes desse partido, a medida em que estão no partido esses agentes passam a ter acesso a redes formais caracterizada por ocupação profissional na esfera estatal; iii) podemos dizer também que a posição dos líderes analisados a partir das reconversões de recursos adquiridos no partido podem ser convertidos em competências profissionais favoráveis à ocupação dos postos descritos da hipótese ii. Enfim, essas hipóteses orientarão nosso trabalho.

Dessa forma, mostra-se bastante pertinente avaliar como os líderes partidários são selecionados e como estes se inserem dentro do universo político, na medida em que passam a fazer parte de um grupo seleto de agentes que exercem um importante papel dentro das democracias representativas. Ou seja, dentro de uma perspectiva em que os partidos se apresentam como um *link* entre a sociedade e o universo político, investigar os líderes dos partidos se apresenta como um exercício bastante pertinente, na medida em que estes agentes possuem as condições normativas de intervir na escolha dos que irão disputar as eleições (PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009).

Logo, entendemos que o dirigente do partido ocupa uma posição central nesse processo de “seleção” de representantes. Sendo esse um dos principais argumentos para

⁸ Siavelis e Morgenstern (2004, p. 6-7) estabelecem uma diferença entre recrutamento e seleção. Para esses autores, “recrutamento” é o modo como candidatos potenciais são atraídos para competir por um cargo político; “seleção” é o processo pelo qual os candidatos são escolhidos a partir do *pool* de candidatos potenciais. Vale observar que o trabalho ora apresentado contempla apenas a dimensão recrutamento por entender que essa nomenclatura explica melhor a forma como os dirigentes são selecionados, na medida em que não há um *pool* de candidatos potenciais, apenas um recrutamento por meio de indicação.

justificar a pertinência sociológica do presente trabalho, na medida em que objetivamos algo que vai à contramão de alguns trabalhos que se dedicam à análise do recrutamento. No geral, esses trabalhos convergem na análise do recrutamento dos que “chegaram lá” (os eleitos), tratando de questões bem específicas, tais como perfil socioeconômico, trajetórias individuais, recursos acionados, entre outras questões (PERISSINOTTO e BOLOGNESI, 2008; BOLOGNESI, 2009).

As categorias de análises advindas da “sociologia do engajamento” parecem imprescindíveis para a compreensão do objeto ao qual nos propomos investigar. Essas categorias convergem em pelo menos dois grandes eixos de investigação: um primeiro escopo de análise que se estrutura em torno da explicação das diferentes modalidades de engajamento (associativo, sindical, movimentos sociais, partidos políticos, entre outros) e dos fatores condicionantes do envolvimento associativo; e outro que explica o engajamento como resultado de uma dinâmica processual e relacional em que as redes exercem alguma força sobre a adesão em uma causa. A apropriação de um desses eixos leva o pesquisador a um estudo baseado em pressupostos dicotômicos, colocando de um lado as explicações microsociológicas e de outro macrosociológicas. Enfim, qualquer que seja a escolha o investigador corre os riscos de cair nas armadilhas da reificação de determinadas categorias e conceitos analíticos.

Partindo dessa inquietação/constatação, a abordagem aqui proposta busca também se afastar de trabalhos que analisam o engajamento a partir de pontos de vista dicotômicos. Para tanto lançamos mão de uma análise do engajamento enquanto fenômeno dinâmico e relacional, em que não só as estruturas e/ou os agentes são importantes, mas todo um “modo de vida” que demonstram as várias formas de sociabilidade destes agentes (SAWICKI, 2003). Ou seja, o trabalho objetiva analisar o engajamento não pura e simplesmente de maneira substancial, tal como tem sido feito por parte da literatura corrente, mas a pretensão é avançar nesse debate, examinando o engajamento como uma dinâmica mais ampla e associada a uma parte da vida dos agentes envolvidos.

2 – Abordagem Conceitual e Dimensões Analíticas

O presente estudo segue uma linha já bastante debatida pela análise dos recursos sociais, sobretudo, no que se refere à problemática do engajamento político. Para tanto, o presente trabalho investiga os diferentes trajetos que conduzem os dirigentes do PV sergipano

a serem designados enquanto líderes. Buscou-se investigar também como o envolvimento partidário confere a esses agentes saberes e competências que se convertem em maiores chances de sucesso fora do partido.

Neste sentido, para dar conta empiricamente das questões acima identificadas, ou seja, para compreender como o engajamento político-associativo se articula e se combina com as condições sociais, políticas e institucionais, tornou-se necessário mobilizar uma ampla discussão que permitisse, por um lado, entender como os dirigentes do PV acessam os postos de destaque no partido e, por outro, como esse envolvimento se articula com outros espaços nos quais esses líderes também se encontram inseridos.

Para dar conta disso, tivemos que considerar um referencial teórico capaz de colocar esses agentes inseridos em redes de relações nas quais fosse possível captar as diferentes formas de conversões e reconversões que estes lançam mão no decorrer de suas diferentes inferências sociais. Sobre essa questão, é necessário considerar o PV (objeto empírico) enquanto “fio condutor” de nossa análise, no sentido de ser um importante espaço de sociabilidade e de ampliação das redes de conhecimento e reconhecimento de suas lideranças.

O principal marco teórico-conceitual utilizado na construção deste objeto está situado na sociologia *bourdiana* e de pesquisadores próximos a ele. Além desse referencial teórico, fez-se necessário mobilizar um grande contingente de trabalhos que tratasse da temática conhecida como “sociologia do engajamento”. Em função dessa escolha, algumas dificuldades foram sentidas, sobretudo com relação ao fato de estarmos lidando com um referencial tão variado e, por vezes, de difícil combinação. Embora este não tenha sido o único nem tampouco o maior desafio, é necessário enfatizar a dificuldade em proceder com a tarefa de usar um referencial teórico que trata de realidades outras, para explicar um caso particular como o encontrado em Sergipe sem que se caia nas armadilhas da reificação de conceitos e teorias. Nesse sentido, alguns “truques” e “adaptações” conceituais tiveram que ser executados (BECKER, 2007).

Conforme vem sendo demonstrado, embasado, inclusive, por uma literatura que trata da problemática a respeito das elites e/ou grupos dirigentes, o fato de determinados agentes ocuparem posição de destaque em associações (políticas, educacionais, profissionais, filantrópica, ONGs, religiosas entre outras) lhes permite mobilizar um capital de relações que não seria possível caso não estivessem inseridos nas referidas associações. Portanto, isso sugere que tanto a reconversão quanto a própria ideia de recompensas devem ser tomadas enquanto resultado de uma posição ocupada pelos líderes do partido e das redes que estes podem mobilizar. É nessa direção que o presente texto se movimenta, na medida em que,

entendemos a necessidade de compreender as redes que permitem a reconversão e as recompensas possíveis de serem acessadas pelo engajamento no PV. Para tanto, faz-se necessário, *a priori*, entender as dinâmicas definidoras da seleção e do recrutamento dos líderes deste partido, fato que permite identificar quais saberes e recursos funcionam com maior preponderância neste processo.

Nesse sentido, o estudo em tela teve que considerar um referencial que tornasse possível tratar da temática do recrutamento das elites e/ou grupos dirigentes. Porém, dada a complexidade inerente à construção deste objeto, sobretudo no que concerne à carência de estudos tratando especificamente dos fatores que “explicam” o recrutamento das elites político-partidárias e das bases sociais em que esses agentes estão inseridos, fez-se necessário lançar mão de uma literatura que permitisse entender, pelo menos genericamente, como se estabelece tal recrutamento, para só assim traduzir estas questões para a compreensão do universo empírico em questão.

Segundo as correntes que lidam com a questão do recrutamento das elites (logo, os que ocupam o “topo da pirâmide” em qualquer esfera à qual esta ideia se reporte), identifica-se que, em sociedades complexas, a ocupação das posições mais elevadas resulta do acúmulo e do acionamento de recursos de diferentes naturezas (cultural, social, econômico, entre outros) por parte desses agentes. Contudo, é necessário destacar que o “peso” que cada um destes recursos exerce sobre este processo deve ser entendido em sua particularidade. Ou seja, cada recurso exerce uma força diferente em espaços diferentes e dependem do conjunto de situações que torna seu acionamento eficiente.

Em contrapartida, encontram-se correntes que tratam o engajamento associativo como um importante espaço de reconversão de outros saberes, de modo que a posse desses saberes – como já mostrado acima –, atuam no tocante ao acesso a postos de comando. Ou seja, o fato de um agente possuir algum tipo de *expertise* (conhecimento científico adquirido pela passagem em universidades) que interessa à instituição (titulação acadêmica em contabilidade – atuação no departamento de finanças do partido –, bacharelado em Direito – assessoria jurídica –, formação jornalística – assessoria de imprensa – entre outros) pode conduzi-lo à ocupação de cargos remunerados e/ou de destaque no interior de uma organização, pois lhe possibilita o exercício das funções definidas através de credenciais adquiridas na universidade (LOCHARD e SIMONET, 2009; OLIVEIRA, 2008b; PETRARCA, 2008a).

As variáveis institucionais que indicam as particularidades dos agentes considerados, às modalidades de entrada no PV e as circunstâncias de ascensão na hierarquia interna deste partido exigiram que se fizesse uma análise da combinação entre diferentes capitais com o

capital social destes líderes. Nessa situação, os usos e os significados de determinados capitais (econômico, político, escolar) dependem em grande medida do capital social herdado pela posição de classe e da combinação deste com os demais capitais. Segundo essa tradição herdada da sociologia francesa, sobretudo dos pressupostos da sociologia *bourdiana*, o capital social permite a inserção em várias esferas, principalmente à esfera política.

Segundo Bourdieu (1980), o capital social seria um “conjunto de recursos reais ou potenciais que estão ligados à rede durável de relações, mais ou menos institucionais de conhecimento e interconhecimento”⁹. Isso significa dizer que o que Bourdieu chama de capital social está relacionado à existência de uma rede de *conexões* e *interconexões* permanentes e duráveis, no sentido de serem adquiridas, principalmente, através da origem destes agentes (herdado do grupo familiar). Portanto, para este autor, o capital social é representado pelas relações sociais estabelecidas pelas redes que compõem a vida social do agente, de modo que ele também pode ser convertido em capital simbólico¹⁰, ou seja, um recurso que permite aos seus detentores um maior prestígio e honra frente a sociedade (BOURDIEU, 2007a).

Apesar das contribuições dessa noção para analisarmos a esfera política, entendemos algumas limitações desse conceito para entender a realidade a qual pretendemos estudar, na medida em que essa noção não permite entender as relações personificadas nas quais o nosso objeto empírico se situa, ou seja, uma realidade em que as relações de “amizade instrumental” e as “relações diádicas” funcionam também como um recurso social. Isto é, na medida em que a noção de capital social está ligada a um tipo de herança familiar, ela desconsidera a possibilidade de que os agentes possam, ao longo de suas trajetórias, apreender determinados recursos passíveis de serem convertidos no sentido de lhes permitir a inserção em “círculos nobres”.

É importante questionar os limites de um conceito tão usado pela literatura corrente, na medida em que confrontado com o objeto empírico, em que os líderes do PV sergipano não demonstram compor um grupo coeso e advindo de famílias tradicionais da sociedade tal como supõe esse conceito, não seria possível vislumbrar os efeitos desse tipo de capital frente à hierarquização do grupo considerado na pesquisa. Contrário disso, lidamos com um grupo

⁹ Idem, p. 2 (Livre tradução)

¹⁰ Ainda segundo este mesmo autor, o capital simbólico é uma das faces do capital político, por ser um “poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que lhe confia pondo nele sua confiança” (BOURDIEU, 2007, p.188. Grifos no original).

relativamente homogêneo em termos de origem social (sendo que sua maioria provém da classe média), e que não fazem parte de famílias tidas como tradicionais.

Neste sentido, o presente trabalho se aproximou mais do que Mercklé (2011) chama de sociabilidade como modalidade de recurso social. Ou seja, uma visão segundo a qual os agentes têm maior autonomia sobre suas próprias trajetórias, tornando possível a inserção em redes de relações que, mobilizadas, potencializam os “capitais” adquiridos ao longo dessas mesmas trajetórias. Isso significa dizer que o recurso denominado de “capital social” tratado neste trabalho é mais individual, uma vez que toma as redes de relações e/ou os vínculos sociais estabelecidos pelo próprio indivíduo através de suas inserções em espaços variados como mecanismos de elevação dos capitais detidos pelo grupo considerado. De modo que, o capital passa a ser visto “como um bem social em virtude das conexões dos atores e do acesso aos recursos da rede ou grupo de que eles fazem parte”¹¹ (LIN, 2001, p.19). Isso significa dizer que a rede tecida pelo envolvimento dos líderes do PV em espaços diversos é tomada como um recurso acionável por eles em diversas situações, inclusive na possibilidade de acesso à postos advindos da estrutura do Estado e do governo.

Igualmente necessário também é entender como esses recursos são acionados, o que torna necessário uma investigação da reconversão. Segundo Bourdieu (2007b), a ideia de reconversão está diretamente ligada às estratégias de *reprodução* e *ampliação* de capitais detidos. Não obstante, o mesmo autor acrescenta que este postulado deve ser tomado com algumas ressalvas, na medida em que não se deve, em hipótese alguma, reduzir o conceito de reconversão ao de mobilidade social. Para este autor, há duas formas de *deslocamentos* que representam a ideia de reconversão, ou seja, ela vai desde “a passagem da condição de pequeno proprietário de terras para a condição de pequeno funcionário, ou da condição de pequeno artesão para a condição de empregado de escritório ou de comércio”¹², ou melhor, o deslocamento ocorre dentro daquilo que o espaço social permite.

Isso significa dizer que podemos observar dois tipos de reconversão. O primeiro tipo seria o deslocamento vertical, *ascendentes* ou *descendentes*, ou seja, num mesmo universo em que o agente se encontra. Ainda segundo o mesmo autor, os deslocamentos verticais se constituem como o tipo mais comum de reconversão, fato que também é observado no caso estudado. Todavia, a reconversão, tanto no tocante a ascensão a postos de comando no partido, quanto na ocupação de postos na executiva nacional, não pode ser entendida como algo automático e direto. Pelo contrário, é necessário considerar a existência de estruturas que

¹¹ Livre tradução.

¹² Cf. Bourdieu, op. cit. p. 122.

impossibilitam a chegada e permanência de líderes que não são “históricos no partido”¹³. Ou seja, os cargos mais elevados do partido são preferencialmente ocupados por agentes que denominamos “donos do partido”, agentes que exercem um “poder” de decisão independente da posição ocupada no momento¹⁴. Em relação a isso, destaca-se o fato de estes agentes serem, em sua maioria, remanescentes do primeiro grupo formador do partido no Estado, isso ainda na década de 1980. Pelo tempo de permanência, esse grupo detém algum tipo de notoriedade e de domínio sobre a dinâmica de funcionamento do partido, são eles quem decidem as coligações, os nomes a serem cotados para candidaturas, indicam quem vai ocupar cargos comissionados no Estado, entre outras coisas. Já o segundo tipo empregado ao conceito de reconversão está relacionado ao deslocamento transversal, ou seja, deslocamentos que implicam a passagem de um campo para outro. Nesse sentido, a reconversão seria a de uma espécie de capital para outra — a passagem da propriedade da terra para a propriedade industrial, por exemplo — o que remete à ideia de *ruptura* total do capital que originou a possibilidade de reconversão (BOURDIEU, 2007b, p.123).

Não obstante, mediante o fato de o objetivo do trabalho não ser verificar as rupturas totais que os agentes ligados ao PV fizeram, a própria noção de reconversão teve que ser desmembrada. Isso foi feito baseado, principalmente, nos escritos de Saint-Martin (2011), que estende a ideia de reconversão a dois modelos específicos. Num primeiro modelo, nota-se a *reconversão incompleta*, a qual consiste, basicamente, na reconversão de recursos sociais, educacionais ou econômicos visando mudanças para melhores posições num mesmo espaço. A referida autora trata esta reconversão como uma “forma sutil e disfarçada de reprodução de sua posição”¹⁵, no sentido de essa reconversão se estabelecer por meio de uma renúncia *parcial* dos recursos previamente acumulados que, ao ser acionada, busca garantir a permanência e/ou chegada da posição ocupada. O segundo modelo é chamado de *reconversão completa*, que se configura como uma forma de “conservadorismo” reconvertido que lhe permite ampliar seu campo de ação, evitando rupturas claras e grandes riscos. Esses dois modelos sugerem que os indivíduos se deslocam entre os vários espaços nos quais estão

¹³ A partir de alguns contatos notou-se, principalmente, por parte da executiva estadual, o uso da expressão “histórico no partido”, ao que parece, esta expressão deriva da ideia de usar o tempo de filiação no partido enquanto recurso a ser acionado em momentos de tensão. Normalmente, é expressado pelos dirigentes que ajudaram a formar o partido e/ou mesmo que estejam filiados desde à década de 1980.

¹⁴ A cada dois anos tem nova eleição para escolher o grupo dirigente do partido. Todavia, o que se nota é que os agentes que estão no partido desde a fundação do mesmo, datada de 1987, normalmente são recrutados para ocupar estes postos.

¹⁵ Cf. Saint-Martin, op. cit. p. 431. (*Livre tradução*).

inseridos, e que esses deslocamentos – não no sentido de rupturas, mas no de articulação – formam condições que permitem a eles acionarem seus recursos e saberes adquiridos por meio destas inserções.

A saída encontrada para dar conta, empiricamente, do problema da reconversão implica em ter que considerar dois pontos que se opõem e se intersectam: (i) partir para a análise de como os agentes selecionados articulam seus vários saberes (acadêmicos, profissionais, entre outros) e recursos (sociais, políticos, profissionais, entre outros) adquiridos ao longo de suas trajetórias com a inserção no PV sergipano, e a ascensão aos seus postos de comando; entender como a ocupação dos altos postos no PV se articula com as outras esferas sociais, nas quais tais agentes se encontram inseridos. Sendo assim, mesmo tratando de um universo situado num partido político – um espaço que denota a ideia de alto grau de institucionalização – devemos levar em consideração que a transmissão de recursos acionados e reconhecidos neste universo pode advir de outros espaços que não o político. Exemplo disso, os recursos ligados à reprodução familiar, prestígio social e uma série de outros atributos que, basicamente, legitimam a posição ocupada pelo respectivo grupo dirigente (CORADINI, 2001). Ou seja, é somente mediante um exame dos diversos recursos detidos e mobilizados pelos agentes considerados, que se faz possível questionar as formas de entrada e ascensão no PV sergipano.

3 – Tratamento do Objeto.

Portanto, para que fossem alcançados os objetivos estabelecidos neste trabalho, alguns posicionamentos teórico-metodológicos tiveram que ser acionados. Sendo assim, o método que norteia o presente trabalho está baseado numa vertente qualitativa de coleta, tratamento e apresentação dos dados empíricos, tendo como base alguns manuais de pesquisa (BECKER, 1994; QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998; BEAUD; WEBER, 2007).

A escolha desse método se assenta na riqueza contextual que ele fornece ao pesquisador e na viabilidade que ela dá a uma pesquisa sobre lideranças políticas. Ou seja, os dados colhidos qualitativamente permitem ao pesquisador uma análise profunda, de modo que os resultados obtidos tendem a explicar situações provenientes de outras realidades. Ainda que uma pesquisa desta magnitude exija a coleta de dados variados (jornais e revistas locais e nacionais, TRE, TSE, entre outros), os agentes que compõem o universo pesquisado acabam se tornando os principais informantes, de modo que os dados mais específicos para o

tratamento dos problemas identificados neste trabalho partem das entrevistas com estes mesmos agentes. Para tanto, a técnica utilizada foi a entrevista semi-estruturada. Assim, a interpretação das entrevistas acaba se tornando mais pertinente na medida em que possibilita maiores contribuições para o desenvolvimento do trabalho (GOODE e HATT, 2002).

Como estamos tratando de membros de um partido político, fez-se necessária uma coleta de dados também nos sítios eletrônicos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Os dados obtidos com este tipo de recurso trouxeram uma série de informações sobre os candidatos eleitos pelo PV sergipano e mesmo sobre os que concorreram a algum tipo de cargo eletivo defendendo esta agremiação. Sendo válido dizer que estes dados foram mais importantes do que se pensava *a priori*, visto que trouxeram informações de natureza pessoal a respeito de agentes que fazem ou já fizeram parte deste partido. Trata-se, basicamente, de informações sobre idade, declaração do patrimônio, ocupação, escolaridade, estado civil, número de votos recebidos, plataforma política entre outros. Estes primeiros procedimentos metodológicos ajudaram a compor uma parte importante da pesquisa, que consiste, principalmente, no conhecimento do pesquisador sobre o objeto pesquisado.

O universo empírico do qual trata esta pesquisa é composto pelos dirigentes do PV. Conquanto, para uma melhor explicitação dos agentes considerados para os fins da pesquisa, são considerados os ocupantes dos seguintes cargos no referido partido: a) Presidente; b) Vice-presidente; c) Secretário de Organizações; d) Secretário de Finanças; e) Secretária da Mulher; f) Secretário de Comunicação; g) Secretário de Formação; g) Secretário Jurídico; h) Secretário da Juventude; i) Secretário da Mobilização; e j) Secretário de Administração. Esta escolha levou a um universo de análise composto por 10 (dez) agentes, os quais foram selecionados mediante o preenchimento de alguns critérios estabelecidos pelo pesquisador, a saber, os mesmos: i) teriam que estar ocupando algum posto de comando dentro do partido; ii) deveriam dedicar relativa atenção às questões relacionadas ao partido para além do “tempo da política”; iii) e deveriam exercer algum tipo de ocupação (profissional, militante, religiosa entre outras) extra-partidária.

No período dedicado à “construção” deste estudo, várias entrevistas foram realizadas. Com objetivo de aprofundar o conhecimento sobre as conjunturas políticas e históricas de surgimento e institucionalização do partido no Estado – tratado no primeiro capítulo – tivemos que entrevistar outros agentes, os quais não necessariamente teriam que estar engajados no Partido Verde. Com estas entrevistas, buscávamos, a partir de uma quantidade maior e mais densa de informações, compreender fatos sobre o momento político em que

ocorreu a redemocratização no Estado, situar o PV dentro desse arranjo histórico e social, observar as disputas entre grupos diferentes e, assim, inserir o partido dentro deste mesmo arranjo. Enfim, estes serviram de “informantes” e de “portadores da memória” sem os quais o capítulo que trata dessa questão certamente sofreria perdas significativas.

Com efeito, além dos dez líderes que compõem nossa amostra, entrevistamos mais cinco agentes que contribuíram para a apreensão e o entendimento da conjuntura político-social presente no Estado. Desse modo, tivemos que lançar mão de dois roteiros (Ver em apêndice), um primeiro roteiro utilizado especificamente no primeiro capítulo, como dito, com agentes que não necessariamente deveriam estar no PV, e um segundo roteiro de entrevistas, que trata exclusivamente dos líderes considerados na pesquisa. Este roteiro serviu de instrumento para a “construção” dos capítulos II e III.

As entrevistas realizadas para a composição dos capítulos II e III tiveram por finalidade trazer ao pesquisador um entendimento de como as lideranças consideradas articulam o envolvimento político-partidário com as outras esferas nas quais também estão inseridos. Nesse sentido, as entrevistas possibilitaram um maior aprofundamento e entendimento das trajetórias biográficas desses agentes, mais não somente isso, como também tornou possível captar as retribuições acessadas por estes ao longo dessas trajetórias. Ou seja, através dos relatos dos entrevistados foi possível perceber o que os mesmos entendem por retribuições, dessa forma, passariam a ser tratadas a partir da ótica do próprio ator social. Para tanto, alguns indicadores forneceram maiores contribuições analíticas do que outros. Este é o caso das informações acerca da origem social, tais como, profissão e nível de escolaridade dos entrevistados; indicadores dos cargos ocupados profissionalmente; inserção em outras esferas sociais (antes e durante o engajamento) entre outros. Tais dados ajudaram, sobretudo, no entendimento e apreensão das redes de relação estabelecidas ao longo dos trajetos biográficos desses agentes.

Na medida em que se objetivou compreender como se articulam as condições sociais, políticas e institucionais com as múltiplas inserções (político-partidária, empresarial, educacional, entre outras) dos agentes considerados, tivemos que lançar mão de uma investigação que permitisse apreender os percursos e itinerários dos agentes envolvidos. Nesse sentido, em termos metodológicos, tivemos que mobilizar uma investigação da trajetória dos agentes que compõem o universo de investigação.

Tal investigação implica na mobilização de um conjunto de conceitos e técnicas investigativas igualmente relacionadas. Nesse sentido, a trajetória é aqui entendida enquanto “uma série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo

grupo de agentes em espaços sucessivos” (BOURDIEU, 1996a, p.292). Através do emprego dessa noção, foi possível romper com o “realismo” das falas dos entrevistados e criticar as narrativas da vida acessadas mediante as entrevistas. Outra implicação, igualmente importante, diz respeito ao fato de que não se pode compreender a vida de um agente através dos acontecimentos sucessivos de seu trajeto social, ou seja, sem uma construção prévia dos espaços sucessivos no espaço social onde essa trajetória ocorreu. Em outras palavras, uma análise nesses “moldes” implica em levar a sério o pressuposto de que a trajetória é um percurso construído por uma biografia (individual ou coletiva), na qual a origem social (capital herdado) pode exercer um papel preponderante na reprodução e ascensão de determinados grupos ou indivíduos. Isso significa dizer que a utilização desse conceito permite verificar a relação entre capital de origem e capital de chegada. Ou melhor, permite perceber que a trajetória individual é, provavelmente, diferente da coletiva ou, nas palavras de Boudieu (2007b, p. 104), que “nem todas as posições de chegada são igualmente prováveis para todos os pontos de partida”. Esse modelo “desenhado” por Bourdieu torna imprescindível levar em consideração as estruturas nas quais os itinerários biográficos ocorrem, de modo que as estruturas devem ser consideradas como determinantes para que se torne inteligível a análise das trajetórias desses indivíduos.

No que concerne o presente trabalho, o sentido empregado para a análise de trajetória foi baseado nos argumentos de Lahire (2004) em que a apreensão desta se deve, principalmente, através da apreensão do relato sobre os eventos da vida do mesmo. Apesar de não ser uma ruptura total com o que sugere Bourdieu, essa noção permite que o pesquisador investigue os trajetos objetivos e subjetivos da vida dos agentes. A esse respeito, segundo Dubar (1998, p.13), existem duas formas de se abordar as trajetórias: “objetivamente, como uma ‘sequência de posições’ num ou mais campos da prática social, e subjetivamente, como uma ‘história pessoal’, cujo relato atualiza visões de si e do mundo”. Esse autor ainda aponta que, não raramente, ambos os pontos de vista interferem nos usos múltiplos da noção de identidade e que estes dois procedimentos são tão importantes quanto diferentes: enquanto um permite esclarecer “os ‘quadros sociais de identificação’ [...], o outro almeja compreender os discursos biográficos como ‘processos identitários individuais’, por meio dos quais as crenças e as práticas dos membros de uma sociedade contribuem para inventar novas categorias, modificar as antigas e reconfigurar permanentemente os próprios ‘quadros de socialização’”¹⁶.

¹⁶ Cf. Dubar, op. cit. p. 27.

Ou seja, essas duas formas de olhar as trajetórias não passam de ferramentas de análise que garantem inteligibilidade para a “realidade” que o sociólogo constrói.

Assim, esse procedimento metodológico se apresenta como fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa. Ele nos permite apreender as bases sociais nas quais se sustentam a presença dos líderes do PV sergipano em seu próprio espaço e os vínculos sociais que os mesmos estabelecem ao longo de suas trajetórias e que lhes permitem a inserção em redes de relações variadas. Essas redes, por sinal, tendem a ampliar os recursos de origem (capital herdado) e transformá-los em “trunfos”, que permitem o acesso a espaços inacessíveis a agentes “de fora” dessas redes. Nesse sentido, quando falamos em recursos balizadores da ascensão aos postos de liderança no PV, é pertinente destacar que estamos tratando das origens sociais e dos recursos profissionais e culturais. Dito isto, fez-se necessário tomar esses recursos de maneira articulada e não de forma isolada, na medida em que, assim, tornou-se possível avaliar a relevância (isolada ou imbricada) de cada um destes, no tocante ao acesso aos postos disponíveis no partido. Portanto, a análise das trajetórias dos líderes do PV sergipano serviu para uma articulação das dimensões objetiva e subjetiva dos seus relatos de vida. Todavia, dado o fato de a apreensão dos relatos de vida dos agentes considerados ter se dado a partir da análise de seus trajetos sociais narrados nas entrevistas, fez-se necessária muita cautela, uma vez que a trajetória induzida conscientemente pelos entrevistados passa longe de conter os dispositivos sociais procurados pelo sociólogo (BOURDIEU, 1996b).

4- Plano Geral e Organização da Dissertação

O principal desafio deste trabalho consiste em demonstrar que as posições de destaque acessadas no interior do partido é resultado do investimento de diferentes recursos (sociais, associativos, econômicos) advindos de bases sociais variadas. Igualmente importante se mostrou o desafio secundário de demonstrar que a posição de destaque no partido cria uma ampliação das redes de relação desses líderes. Isso significa dizer que o PV sergipano se torna um importante espaço de socialização para seus dirigentes, fator que lhes permite a inserção em redes de relações que não lhes seriam acessíveis, caso não fizessem parte desta agremiação. Portanto, para dar conta desta pretensão, o presente trabalho se estruturou em três capítulos.

O primeiro capítulo intitulado “História Social do Partido Verde em Sergipe: condições de emergência e dinâmica de funcionamento institucional”, objetiva fazer uma

espécie de sociogênese do partido no Estado de Sergipe. Tal seção do texto busca explicar como se construiu a instituição PV no Estado de Sergipe, qual relação foi estabelecida entre os agentes que compõem o universo de análise com essa história institucional e, para além disso, como essa história construiu as identidades social e política do PV sergipano. Em outras palavras, objetivamos, neste momento, demonstrar como o partido se tornou para os agentes nele envolvidos um importante espaço de sociabilidade. Ou seja, essa é uma tentativa de compreender como se articula a história desta instituição com a própria trajetória dos agentes que compõem o universo empírico investigado, no sentido de entender a história individual, coletiva e institucional (FILLIEULI, 2001). Além disso, busca-se também neste capítulo demonstrar como vem se “transformando” ao longo do tempo o envolvimento dos dirigentes deste partido, quem permanece desde o início e por que permanece, bem como levantar dados que me permitam discutir os motivos que levaram outros tantos, inclusive após eleitos, a se desvincular do PV.

Já no segundo capítulo, intitulado “As Bases Sociais de Recrutamento dos Líderes do Partido Verde Sergipano”, objetivou-se analisar o processo de recrutamento dos líderes do partido em questão, procurando dar conta do conjunto de recursos associados aos princípios de entrada e de acesso aos cargos de liderança do mesmo. Dessa forma, a análise proposta neste capítulo tem como “norte” compreender o espaço social e político onde ocorre esse recrutamento, bem como verificar se e em que medida as posições socialmente ocupadas pelos agentes selecionados influenciam neste recrutamento. Para ser mais específico, é através da verificação da composição social do grupo estudado que deixamos claras as bases sociais que “sustentam” os líderes partidários tratados.

Por fim, o terceiro capítulo, intitulado “Padrões de Carreira e Formas de Reconversão da Militância no Partido Verde”, intenta compreender como se articulam os diferentes recursos que os líderes partidários considerados dispõem. Ou melhor, busca entender como estes recursos são mobilizados no sentido de se fazerem convertíveis no tocante à inserção no PV sergipano, bem como em outros espaços, como o profissional, o associativo, o empresarial, entre outros. Para dar conta empiricamente da análise das combinações entre esses diferentes recursos (sociais, culturais e profissionais), tivemos que desenvolver uma “linha” de análise que permitisse comparar diferentes trajetórias sociais e como esses diferentes trajetórias explicariam os pontos de “chegada” e ascensão no partido.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA SOCIAL DO PARTIDO VERDE EM SERGIPE: CONDIÇÕES SOCIAIS DE EMERGÊNCIA E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL.

Tradicionalmente, os partidos políticos brasileiros vêm sendo analisados pela sociologia ou mesmo pela ciência política dentro de um viés eminentemente político. Ainda que este tipo de investigação tenha contribuído para a formação de uma contingência significativa de trabalhos e procedimentos investigativos, notou-se que a maior parte dos resultados a respeito desta temática convergia para uma caracterização pessimista acerca dos partidos e mesmo do sistema político-partidário brasileiro. Seguindo essa tradição, o Brasil ocuparia o posto nada agradável de subdesenvolvido quanto a sua estrutura democrática, o que impediria um “bom” funcionamento dos partidos políticos e do próprio sistema partidário (MAINWARING, 1991). Os desdobramentos deste postulado foram sentidos na forma como cientistas sociais procederam com a tarefa de entender os partidos políticos, denunciando uma possível incapacidade destes em gerir suas funções (organizacionais ou institucionais).

Entender o que é um partido político tem se mostrado muito caro para as ciências sociais, suas investidas tem convergido na construção de quadros teóricos, tabelas de pensamento e métodos exploratórios. Esses trabalhos reproduziram uma visão instrumental desse objeto, no sentido de pensar a que serve e a quem serve os partidos políticos, pouco contribuindo para o entendimento de outras questões relacionadas à dinâmica de funcionamento das instituições partidárias, em que seria possível observar o partido enquanto um espaço de socialização, aprendizagem e de aquisição de uma gramática de ação própria de seus membros.

Partindo desse ponto, esse capítulo busca analisar as condições sociais de emergência que oportunizou a formação do Partido Verde no Estado de Sergipe e a relação disso com as dinâmicas de ação de seus membros. Procurando compreender, de um lado, como as condições históricas, sociais e institucionais se articulam no sentido de criar as condições favoráveis à institucionalização deste partido e, de outro, demonstrar como o partido é produto de uma dialética entre práticas partidárias e a socialização de seus membros. Para que esses objetivos fossem alcançados, tal como sugere o título desse capítulo, tivemos que lançar

mão de uma postura metodológica capaz de demonstrar a história social desse partido, na qual a macro história passa a ser contada a partir das experiências e trajetórias sociais dos agentes nela envolvida. Essa forma de tratar o objeto permite entender questões diversas relacionadas à dinâmica política encontrada no Estado de Sergipe, a história do PV e de seus membros frente a essa dinâmica.

A investigação das características institucionais e individuais daqueles que se dedicam ao partido fornece indicações da importância que o envolvimento associativo assume frente a outros recursos (adquiridos ou herdados), no sentido de permitir com que os agentes envolvidos se inserissem em redes de conhecimento e reconhecimento que não seria possível, caso não estivessem envolvidos no partido. Neste sentido, o presente capítulo permite apresentar o PV sergipano enquanto um importante espaço de sociabilidade, no qual os vários agentes que nele estão inseridos passam a fazer parte de redes que potencializam os recursos acumulados pelas origens sociais, pela militância sindical, inserção em movimentos sociais, pelas atividades profissionais.

O período considerado nessa investigação será desde a primeira formação do partido no Estado de Sergipe, em 1987, até o início dos anos 2000. São várias as justificativas desse recorte temporal, em primeiro lugar, investigar o momento “embrionário” permite ao pesquisador uma inserção quase que automática no universo dos agentes que compõem o partido, seja os que permanecem ou ainda os que já não fazem parte mais. Além de essa estratégia permitir ao pesquisador um maior contato com o grupo, torna possível também o entendimento de como os líderes se articulam no interior do partido, quais recursos são acionados e quais competências são preponderantes para que estes acessem e permaneçam nos postos de comando da referida agremiação. E, em segundo lugar, se mostra igualmente importante compreender as conjunturas atuais nas quais o partido está inserido no Estado, por isso, optamos por estudar até o início dos anos 2000, o que permite compreender a posição que o PV ocupa no Estado.

Apesar desse recorte, não podíamos desprezar o papel da redemocratização frente as mudanças paradigmáticas no cenário político e social brasileiro. Portanto, tivemos que desenvolver um texto capaz de demonstrar as transformações endógenas e exógenas ocorridas nesse período, e entender como estas influenciaram na institucionalização não só do PV, mas de outros partidos políticos. Na medida em que foi se gestando esse procedimento, se tornou possível explicar a formação do PV no Brasil, bem como a trajetória institucional desse partido até a criação do mesmo em Sergipe.

Os dados coletados foram tratados de forma qualitativa. Embora a prioridade tenha sido dada às entrevistas com agentes que fizeram ou fazem parte do partido, a “construção” deste capítulo não seria possível sem a disponibilidade de outras pessoas que indiretamente fazem parte do universo pesquisado. Essas pessoas são informantes que vivenciaram as transformações ocorridas no Estado, e seus relatos permitiram entender a efervescência política e social daquele momento, sobretudo nos primeiros anos da redemocratização e períodos subsequentes, fornecendo por diversas vezes informações importantes sobre a história do PV e de outros partidos, e de como era a relação entre os agentes políticos e como os partidos estruturavam suas estratégias de competição eleitoral. Apesar das contribuições, optamos por preservar a identidade tanto do grupo que faz parte escopo de análise quanto dos informantes, seja porque alguns dos informantes já não militam em nenhum partido e demonstram incômodo em ter seus nomes envolvidos com a problemática político-partidária local, ou mesmo por alguns já estarem engajados em partidos opositores. Dito isso, a amostra foi baseada em entrevistas semidirigidas, mas não foram desprezados dados secundários provenientes de postagens de jornais, revistas e acervos pessoais de alguns agentes envolvidos.

Neste sentido, baseado em alguns pressupostos da sociologia política que aponta afinidades eletivas ou de homologia estrutural entre duas ordens da realidade que são, de um lado, os grupos políticos, com seu conjunto de regras, rituais, hierarquias e decoro, e, de outro, os seus membros, que investem neste tipo de mundo que eles são socialmente inseridos. Essas questões sugerem que os partidos políticos são como instituições no sentido de que eles são produtos dessa dialética entre as práticas partidárias que exigem socialização específica, e que este último permite aos seus membros, em termos e atividades, usar a noção de instituição e pensar que esse termo não é exclusivo de partidos políticos. Com efeito, é possível dizer que, nossa proposta de investigar as características institucionais e a dinâmica interna do partido permite um entendimento mais conciso das próprias características daqueles que dedicam algum tempo ao mesmo.

1.1 “Entre a política e o ambientalismo”: Condições de emergência e dinâmica de funcionamento do Partido Verde no Brasil.

O que é mais importante, defender os ideais ideológicos ou a busca pelo poder? Resolvemos iniciar essa primeira parte do texto com esse questionamento por entender que ele tem muito a ver com as decisões e os dilemas enfrentados pelos fundadores do PV em

meados dos anos 1980. Apesar de que, em alguns casos, um dos elementos pode prevalecer sobre o outro: há partidos nos quais a defesa dos ideais é mais importante que a ambição de seus líderes e há também aqueles menos preocupados com as propostas e mais ansiosos pelo poder (MOTTA, 1999). Contudo, os dois elementos estão quase sempre presentes, pois sem propostas seria muito difícil atrair apoio popular e sem vontade de poder um partido perde sua razão de ser.

Outro aspecto importante a considerar é o papel desempenhado pelos partidos como canal de expressão dos anseios da sociedade. Para Motta (1999), eles representam, ou ao menos tentam representar, as opiniões e os desejos dos cidadãos no nível do Estado, trabalhando para que as ações do governo atendam às necessidades da população. De modo que as eleições se configuram como um momento decisivo, quando cada agrupamento partidário se mobiliza para atrair o apoio da sociedade e tenta convencê-la que suas propostas são as melhores entre todas e representam os interesses da coletividade, ou de parcelas dela.

Apesar de não ser oportuno encarar os partidos como se fossem representantes perfeitos dos interesses sociais, como se eles passivamente refletissem – tal como um espelho – as demandas populares. Até mesmo porque as relações entre as organizações partidárias e a sociedade são mais complexas, entendemos também que nem sempre “o povo” tem clareza de seus interesses e necessidades e às vezes não sabe expressá-los. Os partidos, portanto, atuam mostrando as questões, apontando problemas e sugerindo formas de resolvê-los, eles têm importante papel politizador dos grupos sociais. E com esse pensamento que iniciamos a problemática a respeito do dilema enfrentado pelos “verdes” frente às “bandeiras” a serem levantadas quando este partido estava a se institucionalizar no Brasil. Enquanto alguns dos membros queriam inserir o ecologismo em partidos já existentes (a exemplo do PT, PMDB, PDT entre outros), uma outra parte dos fundadores desse partido queriam justamente a criação de um partido autônomo, em que a defesa pelas questões ecológicas fizessem parte do escopo de sua bandeira.

Desde as primeiras reflexões sobre o PV, muito se foi produzido. Algumas previsões “otimistas” foram validadas e o PV, de fato, se mostrou um fenômeno histórico com tendências a se expandir. Sua expansão para outras partes do mundo ilustra bem isso, pois, não foi apenas geográfica, como também qualitativa, uma vez que a política verde demonstrou possuir, com diferentes graus de sucesso em cada país, um conjunto de capacidades políticas que ultrapassam bastante as modestas previsões feitas por alguns analistas no início dos anos 1970. Isso se justifica na medida em que o fenômeno conhecido como “ecopolítica” passa a se expandir para continentes distantes de seu berço original: a

Oceania¹⁷. Porém, o que não se poderia prever era a forma que este fenômeno iria assumir em diferentes “moradas”, ou seja, os mecanismos de funcionamento que cada um dos Partidos Verdes iria desenvolver dependeriam, principalmente, de um conjunto de situações estruturais e estruturantes.

Os primeiros trabalhos sobre o PV no Brasil durante este período, e subsequentes ao mesmo, se mostraram diretamente ligados a estudos sobre movimentos ambientalistas e são, de todo modo, tomados como desdobramentos destes primeiros estudos. Sendo Eduardo Viola (1987) um dos pioneiros nessa linha de estudos. No âmago de suas análises, tornaram-se bastante correntes discussões mesclando a problemática do movimento ambientalista com os caminhos para democracia no Brasil. Vários outros trabalhos seguiram nesta linha. Este é o caso dos estudos de Castells (1983), Antuniassi (1989) e Dagnino (2004), estes textos deixam nítido o quanto a questão dos partidos passou a ocupar lugar privilegiado nas lutas dos movimentos sociais, uma vez que os partidos políticos se apresentavam como uma mediação entre os respectivos movimentos e a esfera estatal (CASTELLS, 1983). Isto é, cria-se uma nova relação entre os movimentos e os partidos políticos, e começa a surgir um fenômeno que foi muitas vezes chamado de cooptação, ou seja, uma forma que levaria os movimentos a participar mais diretamente com as agências públicas (DAGNINO, 2004).

Acrescenta-se ainda, segundo Alonso (2009) e Goirrand (2009), que a década de 1960 presenciou a efervescência de diversas mobilizações, nas quais os movimentos sociais de cunho ambientalista, feminista, racial, de gênero, direitos civis, entre outros, demonstravam novos repertórios de ação desvinculados da luta pelo poder no Estado e representado, principalmente, pelo direito à defesa das “minorias”. Em consequência disso, o que se presenciou foram crises sequenciais do marxismo e do funcionalismo, tanto enquanto modelo explicativo do funcionamento da sociedade, quanto como referencial normativo para a transformação da mesma. Essas mudanças paradigmáticas causaram, durante muito tempo, uma espécie de hiato no que se refere a explicações sobre a problemática das novas mobilizações sociais (GOHN, 2000).

Segundo Viola (1987), ainda que o movimento ecológico se caracterizasse, parcialmente, como herdeiro da cultura socialista e particularmente da crítica marxista da

¹⁷ No dia 23 de março de Março de 1971, em assembleia pública, foi criado o United Tasmânia Group, o primeiro partido, no mundo, com uma plataforma especializada: o ambientalismo. Segundo Louzeiro (2008), seu objetivo maior era o de levar ao campo político a luta pela salvação do lago Pedder. Este primeiro grupo possuía uma característica que se estendeu por outras partes do mundo, qual seja a de agentes desprovidos de experiência política, mas preocupadas com a devastação que o industrialismo vinha provocando.

ética utilitarista, o ecologismo estabeleceu críticas ao utilitarismo não apenas nas relações estabelecidas no interior da sociedade (como o faz o marxismo), mas também, e fundamentalmente, nas relações sociedade-natureza. Naturalmente, esse ponto de vista levanta questões que demarcam a possibilidade do fim do capitalismo, tal como Marx e a própria doutrina capitalista pensava. Isto é, o capitalismo passava a ser visto de forma limitada, uma vez que seus limites estavam sendo balizados pelas limitações impostas pela natureza e, como resultado desse tipo de debate, os principais pressupostos desta vertente passaram a ser revistos e repensados. Dentro desse jogo, os movimentos ecológicos e pacifistas passaram a se constituir num ponto de inflexão de grande notoriedade na história da mobilização social e da ação coletiva, pois se trata “de movimentos portadores de valores e interesses universais que ultrapassam as fronteiras de classe, sexo, raça e nação”¹⁸.

Todavia, segundo o mesmo autor, ainda que o movimento ecologista tenha esse caráter universalizante, estruturar o discurso de um partido (no caso o PV) sobre a plataforma calcada apenas no discurso ambientalista iria criar um problema político-eleitoral, pois, isso levaria seu discurso a se tornar setorial e, portanto, direcionado a um público específico. Em consequência disso, o partido encontraria algumas dificuldades em relação à elaboração de um plano de governo multissetorial e de maior amplitude. Essas considerações pareciam mesmo premunições, principalmente, frente à crise que o partido enfrentou na década de 1990¹⁹ (SANTOS, 2008).

Não obstante, esse tipo de premunição se mostrou um tanto quanto míope na medida em que fora presenciando ao longo dos últimos anos um avanço significativo do eleitorado verde no Brasil. Isso é reflexo de mudanças na postura do partido em relação à esfera político-eleitoral fortalecidas, principalmente, pelo afastamento de setores internos do partido em relação à questão ambiental, de modo que a questão ambiental se tornaria apenas uma das dimensões contempladas por seu plano de governo. Essa nova postura marcou um novo momento político do partido no Brasil, na medida em que se criou um discurso direcionado a um público mais heterogêneo, relacionado à idéia de sustentabilidade, que passa a ser tudo (mobilidade urbana, melhoria das condições de vida, de saúde, educação entre outras). Os mais de 20 milhões de votos conquistados por Marina Silva nas Eleições para presidente da República em 2010 ilustram bem os resultados dessa mudança de perspectiva eleitoral.

¹⁸ Cf. Viola, op. cit. p. 70.

¹⁹ No início desta década a legenda sofreu um golpe advindo da Justiça Federal, o qual determinava o fim do registro provisório do partido, impedindo-o de existir legalmente, neste mesmo ano, o PV carioca se filiou um de seus ativistas, Sidney Miguel, no PT, conseguindo eleger este como deputado federal.

Discussões a respeito do lugar que o PV deveria ocupar dentro da esfera política brasileira sempre dividiram opiniões entre os líderes fundadores. Isso pode ser visto no relato de Gabeira (1987), quando este se propõe a discutir sobre a ideia do Partido Verde no Brasil:

Então estamos divididos nesse aspecto: uns querem formar o partido agora e outros pretendem avançar mais lentamente, preocupados com a formação do partido, mas estimulando mais o movimento ecológico. Para iniciativas concretas, temos a Assembleia das Entidades do Meio Ambiente, um conjunto de entidades que trabalham com o tema e se reúnem uma vez por mês. Recentemente fizemos uma manifestação com a comunidade organizada em torno da Associação de Moradores do Grajeru. Lá existe uma grande fábrica de armamentos desativada e a população luta para que esta seja tombada e se transforme em um centro cultural [...] e estamos trabalhando assim, as pessoas chegam nessas reuniões, apresentam os problemas e trabalhamos juntos, por exemplo, surgiu o problema da Defesa da Floresta do Jacarandá, em Teresópolis. Quando foi necessário, o movimento atuou nisso... nessas reuniões vem gente de todo lugar, todos os estados colocam seus programas, vem o pessoal de defesa dos animais, vêm plantadores de orquídeas. (GABEIRA, 1987, p. 178)

Chama a atenção no relato acima o dilema existente entre o grupo fundador do partido a respeito das “bandeiras” a serem defendidas pelo mesmo. Todavia, ainda que as divergências fossem muitas, a conjuntura política do momento criava uma atmosfera favorável à institucionalização de um partido com “agenda” ambientalista. Não só no caso do Brasil, mas de outros países da América Latina (México, Argentina e Chile, por exemplo), permitem entender os efeitos que a pós-redemocratização trouxe para a formação de partidos e movimentos sociais. Entender essas transformações é fundamental para compreender o quanto a dinâmica de funcionamento e a emergência de institucionalização de partidos políticos e associações estavam relacionadas a uma estrutura bastante particular que é representada, principalmente, pelos períodos em que aqueles países sofreram ações de governos autoritários.

Nesse contexto, a iniciativa de uma organização autônoma nas lutas sociais em se inserir no “mercado” político moldava um cenário de novidade. Ou seja, esse cenário se colocou favorável à formação não só do PV, como também de outros partidos políticos que emergiram das bases sociais e/ou de grupos mobilizados para defender diferentes causas.

Isso significa dizer que se antes o Estado opressor impedia a formação de novos partidos²⁰, agora, na medida em que o processo de redemocratização vai ocorrendo, a possibilidade de a sociedade civil se manifestar, no sentido de constituir novas agremiações

²⁰ Em outubro de 1965, o Ato Institucional nº2 determinava que as eleições presidenciais passassem a ser indiretas, além disso, extinguiu, obrigatoriamente, todos os partidos políticos em funcionamento legal no Brasil (SANTOS, 2008).

partidárias, vai se tornando mais provável. E isso se mostra ainda mais evidente com fim do bipartidarismo²¹, em novembro de 1979, quando, por determinação de lei, o governo brasileiro extingue os partidos existentes (Arena e MDB) e reintroduz o sistema pluripartidário. Essa lei indicava que “os novos partidos deveriam ter filiados pelo menos 10% dos representantes na Câmara dos Deputados e do Senado, ou o apoio expresso em votos de 5% do eleitorado que houvesse participado na última eleição geral (1978) para a Câmara dos Deputados, distribuídos por pelo menos nove Estados e com um mínimo de 3% em cada um deles” (SANTOS, 2008, p.59).

Portanto, dentro do que vem sendo dito, é possível afirmar que ainda que o PV tenha emergido de movimentos sociais de cunho ambientalista, mudanças significativas no tocante a sua dinâmica de ação foram notadas ao longo dos últimos anos. Neste sentido, para entender o PV tal como ele é — uma organização político-partidária — faz-se necessário lançar mão de uma análise que o insira dentro de uma lógica de dinâmica própria. Nesse aspecto, a abordagem de Pádua (1991) pode ser tomada como ponto de partida, na medida em que o autor toma o que chama de “especificidades da ecopolítica”, enquanto um contraste com tradições políticas diferentes, a exemplo do conservadorismo, do liberalismo, do anarquismo e do marxismo. Logo, este ponto de vista levantado pelo autor torna a genealogia do PV, ao contrário do que se pensa (pelo mesmo motivo de colocá-la como uma política setorial de defesa do meio ambiente), como algo bastante complexo.

1.2 Conjunturas políticas e condições de emergência favoráveis à institucionalização do Partido Verde no Brasil.

Entender o processo de institucionalização requer entender questões mais amplas ligadas à própria conjuntura política na qual o partido foi criado. Em se tratando dessa questão, é possível dizer que na década de 1980 se configuraram novos arranjos no tocante ao processo de reestruturação e representação de interesses sociais, na qual a iniciativa de uma organização autônoma pelas lutas sociais imbuída da ideia de inserção no “mercado” político moldava um cenário de novidade. Esse cenário se colocava favorável à formação não só do PV, como também de outros partidos políticos que emergiam de bases sociais variadas. Ou

²¹ É necessário destacar que em 1985, o Brasil emergia de um período de 21 anos do regime militar no qual a competição partidária, embora permitida, era altamente regulada e frequentemente manipulada para privilegiar aliados do regime, sendo possível somente a existência de um sistema bipartidário, onde, os dois partidos existentes eram a ARENA e o MDB.

seja, se antes o Estado impedia a formação de novos partidos²², na medida em que o processo de redemocratização vai acontecendo, a possibilidade da sociedade civil se manifestar por meio de novas agremiações partidárias vai se tornando uma realidade, logo, a criação de novos partidos passa a se tornar não só possível como provável.

Diante desse quadro, é possível identificar no regime militar alguns elementos que interferiam nesse processo, na medida em que o mesmo exercia sobre a estrutura social e política do país uma influência dupla: Se no ápice de sua “força”, a imposição de um regime bipartidário²³ e uma estrutura que limitava mobilizações de caráter político (movimentos sociais e formação de novos partidos políticos, por exemplo), impedia o pleno desenvolvimento dos anseios democráticos; a queda deste mesmo regime causou o que alguns cientistas sociais, a exemplo de Tarrow (2009), chamam de Estrutura de Oportunidades Políticas²⁴.

Segundo este autor, os movimentos sociais se formam em interação com o Estado, o qual passa a ser um elemento importante, determinando desde os fluxos do movimento até o repertório de ação do mesmo. O fato é que se as oportunidades políticas constituem uma contribuição para o sucesso de uma mobilização criando “fissuras” favoráveis ao desenvolvimento das mobilizações. Estas fissuras, no caso brasileiro, foi claramente influenciada por fatores endógenos e exógenos. Endógenos porque entendemos que o fim do período militar passou a criar as condições propícias para a institucionalização não só de partidos políticos como de movimentos de diferentes naturezas (associações, ONGs, sindicatos etc.), e exógenos, em função de apelos internacionais, no caso do ambientalismo,

²² Em outubro de 1965, o Ato Institucional nº2 determinava que as eleições presidenciais passassem a ser indiretas, além disso, extinguiu, obrigatoriamente, todos os partidos políticos em funcionamento legal no Brasil (SANTOS, 2008).

²³ É necessário destacar que em 1985, o Brasil emergia de um período de 21 anos do regime militar no qual a competição partidária, embora permitida, era altamente regulada e frequentemente manipulada para privilegiar aliados do regime, sendo possível somente a existência de um sistema bipartidário, onde, os dois partidos existentes eram a ARENA e o MDB.

²⁴ Segundo esta teoria, os movimentos sociais se formam em interação com o Estado, no sentido de que, a estrutura do Estado determina os fluxos do movimento, bem como o repertório de ação do mesmo. Ou seja, segundo este postulado, os movimentos sociais se formam quando ocorrem mudanças nas oportunidades políticas, o que altera, segundo Santos (2008), a possibilidade de grupos insatisfeitos com a distribuição de recursos expressarem suas demandas mesmo fora das instituições políticas. Acrescenta-se também, segundo Tarrow (2009), que as oportunidades políticas se constituem como uma importante contribuição para o sucesso de uma mobilização, todavia, este sucesso, ou melhor, estas oportunidades advindas da conjuntura do Estado não se restringem ao mesmo, o autor aponta a necessidade de incluir neste jogo uma dependência também de fatores exógenos, sendo que, a estrutura do Estado também pode prejudicar o andamento da mobilização. Para um melhor entendimento ver especialmente Sidney Tarrow, op. cit., e McAdam, McCarthy e Zald (1996).

destaca-se o movimento de Maio de 68, ocorrido na França, e a Conferência de Estocolmo (1972).

No Brasil, os movimentos sociais que motivaram a institucionalização do PV adotariam repertórios de ação variados, baseados, sobretudo, na tentativa de resolver questões da sociedade civil (formando o que poderíamos entender como um “Estado paralelo”), ligadas à defesa de questões ambientais. Segundo Oliveira (2008, p. 757), “as mobilizações ambientalistas e as principais organizações que foram criadas até o início da década de 1970 estavam voltadas para problemáticas relativamente antigas, algumas das quais remontam ao final do século XIX”. Além disso, não se notou grandes diferenças de continuidade entre esse “novo momento” do ambientalismo e o momento anterior, “no entanto, esse momento se caracteriza também pela modificação das reivindicações e do potencial de mobilização em defesa de causas ambientais. Nesse sentido, a década de 1970 constitui um marco importante do processo de configuração do ambientalismo no Brasil como uma esfera de politização de diferentes espaços”²⁵.

Ainda segundo Oliveira (*apud* LOUREIRO e PACHECO, 1995), é somente nos anos 1970 que a questão ambiental emerge como uma “questão política” no Brasil, pois, é a partir daí que ela passa a ser integrada na “agenda dos problemas nacionais” e os problemas ambientais começam a ocupar espaço crescente nos meios de comunicação e na opinião pública, mobilizando grupos em torno da defesa ambiental e formando o que se pode denominar de consciência ambiental no país. Outra autora que colabora com a discussão em pauta é Antuniassi (1989), a qual a partir de seus estudos acerca do movimento ambientalista em São Paulo identifica que, a partir de meados da década de 1970, o movimento passou a ganhar força na medida em que os problemas ambientais ganhavam espaço nos meios de comunicação. Com efeito, o movimento ambientalista passou a se dividir em duas linhas de atuação: “uma de entidades ambientalistas, cuja filosofia é o ambientalismo como modo de vida; a outra linha de entidades conservacionistas, de atuação mais conjuntural, ligadas a campanhas específicas” (SANTOS, 2008, p. 10).

O fato é que o movimento ambientalista permitia a articulação de consensos e alianças entre os atores, grupos de interesse e conflitos existentes dentro deste cenário de disputas (LOUREIRO e PACHECO, 1995; NASCIMENTO, 2012). Dito de outro modo, o movimento ambientalista estabeleceu uma dinâmica de ação pouco agressiva ao Estado autoritário e esse caráter pouco ofensivo permitiu ao movimento uma maior articulação entre esses movimentos

²⁵ Cf. Oliveira, Op. Cit., p. 757.

e o próprio aparelho do Estado. Ainda segundo Jacobi (2003), essas iniciativas, antes de significar um comprometimento efetivo do governo brasileiro com a luta para a proteção ambiental, serviram como uma tentativa de atenuar a imagem negativa que o governo deixou no cenário externo devido à sua atuação na Conferência de Estocolmo.

Igualmente, importante é compreender a relação entre a experiência de grupos que testemunharam o período militar e o desejo desses em estabelecer estratégias contrárias ao Estado. Segundo Reis (2008), o período ditatorial brasileiro criou o que se pode chamar de *herdeiros* desse período, os quais se tornaram, grosso modo, personagens com maior predisposição em participar de mobilizações políticas e sociais. Portanto, estes se encontravam em melhores condições para aproveitar as oportunidades políticas que estavam emergindo mediante o fim do período militar. Isso ajuda a explicar o motivo pelo qual esses agentes se inseriram tão rapidamente no universo político à época da redemocratização do Brasil.

Em outros termos, isso significou a entrada de novos personagens na cena política e social do país, os quais faziam parte de grupos mobilizados e também organizados no objetivo de formar partidos políticos. O número elevado de criação de partidos entre 1980 e 1994 ilustra bem esta situação. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), esses números chegaram à casa dos 60, alcançando o teto de 68 partidos no ápice daquele período. Situação que só veio a sofrer alterações significativas somente em 1995, quando apenas 23 partidos conseguiram registro definitivo para continuar funcionando. Atualmente, apenas 29 partidos contam com registro definitivo no país. Logo, é possível dizer que os agentes que passaram a fazer parte do grupo dirigente destes partidos passaram a compor um grupo restrito de líderes políticos, ou melhor, emergiu desse grupo uma nova elite política. Segundo Saint-Martin (2008), isso foi possível porque as mudanças históricas e sociais provocadas por rupturas históricas, tal como a presenciada neste momento, são capazes de provocar novas reconfigurações sociais inserindo determinados agentes em grupos elitizados.

A ideia de criação de um Partido Verde no Brasil começou a ser discutida no ano de 1985, na cidade do Rio de Janeiro, ou seja, bem no limiar desse momento. Segundo Pádua (1991), fatores exógenos caracterizados tanto pela velocidade dos meios de comunicação e de transporte — e que ajudaram a disseminar a ideia da relação entre política-partidária e defesa do meio ambiente — quanto e, principalmente, pela trajetória de seus fundadores — já que os principais agentes que compunham o grupo central estavam retornando de um período de exílio na Europa e nos EUA, onde as discussões sobre “política verde” estavam em nível mais adiantado. Segundo Gabeira (1987), havia no Brasil uma necessidade latente de fazer “andar”

a questão da ecopolítica, e no âmbito dessa questão emergia a ideia de que os problemas relacionados à ecologia não se configuravam como problemas somente da Europa ou dos EUA. Contrário disso, os problemas relacionados à ecologia também se faziam importantes em outras partes do mundo, uma vez que esta era uma questão cósmica e, portanto, era um problema também dos brasileiros.

Essas primeiras discussões não partiram somente dos exilados, contrário disso, o grupo que iniciou as primeiras reflexões era bastante heterogêneo, composto por ecologistas, artistas, profissionais liberais, intelectuais e ativistas do movimento antinuclear que participavam da campanha contra as usinas de Angra dos Reis e de outras regiões do país (ver foto teatro Clara Nunes em anexo). Acrescenta-se ainda que este grupo era composto por pessoas com relativa notoriedade social, cultural e política, a exemplo de Carlos Minc Baumfeud, Fernando Paulo Nagle Gabeira, Alfredo Hélio Syrkis, Jorge Pascal Badia Urell, Guido Guelli, José Augusto Pádua, José Leonardo Gomes da Silva Netto, Hebert Eustáquio de Carvalho, Maria Lucélia dos Santos, John Luciano Neschling (ver Diário Oficial em anexo), dentre outros, e, por isso, vale destaque também o carisma e a facilidade com que estes mobilizavam os meios de comunicação (PÁDUA, 1991).

Essa “Primeira Comissão Executiva Nacional Provisória do PV” foi registrada no Diário Oficial da União em 5 de novembro de 1987 (ver Registro da institucionalização do PV no Diário Oficial em anexo), no mesmo momento em que o Manifesto, o programa e o Estatuto do partido foram apresentados. Além disso, as experiências que Fernando Gabeira, Alfredo Syrkis, Carlos Minc, entre outros, trouxeram da Europa foram de extrema importância para adquirir saberes específicos que podiam ser convertidos na estruturação de um PV também no Brasil. Todavia, ainda que importantes esses saberes não dariam conta de uma articulação capaz de chegar aos extremos do país, no sentido de formar diretórios em outros Estados. Portanto, entendemos que a articulação/imbricação de diferentes recursos (origem social, política e familiar dos agentes que formaram o primeiro grupo do partido no Brasil) lhes possibilitou uma formação cultural e social proeminente, e tornaram possível – mediante a conversão destes outros saberes – a criação de condições favoráveis à formação do partido.

Os diferentes percursos dos agentes que compunham o partido em seu momento “embrionário” trouxeram a este movimento uma identidade única, e essa diversidade de “valores” e perspectivas causou alguns embates internos bastante significativos. Esse é o caso da discussão em se criar ou não o partido. Ou seja, nos momentos iniciais, havia internamente dois grandes grupos, de um lado tínhamos os que defendiam a implantação da política

ambientalista em partidos já existentes; no paralelo oposto, havia aqueles que compartilhavam da ideia de criar um partido que defendesse a questão ambiental.

Porém, dado o fato de o primeiro grupo ter encontrando dificuldades para se encaixar nos partidos existentes, a saída foi (por influência da conjuntura favorável tanto no tocante às oportunidades políticas encontradas no Rio de Janeiro, quanto pelos incentivos do próprio Estado brasileiro para a criação de novos partidos) a criação do PV em janeiro de 1986 (ver Manifesto do Partido Verde em anexo). Segundo Sirkis, ao justificar o porquê da primeira formação ser no Rio de Janeiro e não em outras regiões do país, este aponta que “a diferença básica entre ecologistas aqui no Rio e de outros Estados é que aqui a gente tem muito pouco espaço nos outros partidos. O PMDB é terrível, o PT está muito confuso. No PDT tem espaço, mais efetivamente é a casa da gente” (Revista Isto É, 4/12/1985)²⁶.

Após o lançamento do Manifesto (o que, como vimos, ocorreu em 1986), o partido teria que obter o registro oficial. Em 1987, por meio de uma reunião no Rio de Janeiro, cujo objetivo era elaborar a “Carta Programa”, que determinaria o início da organização necessária para cumprir as determinações da legislação partidária, o PV passa a se expandir para outros Estados, como São Paulo, Minas Gerais e alguns Estados do Norte e Nordeste do país, primeiramente (TURTELLI, 2009). Logo após esse momento, mais precisamente em 1988, o partido consegue obter o registro provisório²⁷ (ainda que nesse momento o partido não tenha o registro legal para funcionar, as leis eleitorais permitia aos mesmos lançarem candidatos aos cargos eletivos disponíveis)²⁸.

²⁶ Parte retirada do texto de Santos (2008, p. 56), *A institucionalização do movimento ambientalista: Um estudo da formação do Partido Verde no Brasil*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP. São Paulo, 2008. 135p.

²⁷ A Constituição Federal de 1988 afirma ser livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, observados os princípios enunciados em seu art. 17, assim como assegura aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, tendo com isto sepultado a sistemática da Carta de 1967, emendada em 1969, que tolhia a vida político-partidária submetendo-a a amarras que acabaram incorporadas à Lei Orgânica dos Partidos Políticos editada em 1971. A nova sistemática constitucional, contudo, só veio a se consolidar com o advento da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que revogou a mencionada Lei Orgânica dos Partidos Políticos e dispôs sobre a nova disciplina legal para os partidos políticos nacionais. Até então, conviviam o estatuto intervencionista de 1971 com as normas constitucionais de 1988, liberadoras dos partidos políticos, gerando grandes dificuldades ao exegeta para conciliar suas discrepâncias. Disponível em: http://www.paranaeleitoral.gov.br/artigo_impresso.php?cod_texto=66. Acessado no dia 10/07/2012.

²⁸ Segundo a Lei nº 7.454 de 30 de Dezembro de 1985, em seu Art. 2º - “Os Partidos Políticos que, até o dia 16 de julho de 1985, tenham encaminhado seus documentos de fundação ao Tribunal Superior Eleitoral - TSE e por este considerados regulares, e que até o dia 15 de maio de 1986 não hajam obtido o registro definitivo, ficam habilitados a participar das eleições gerais para Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual, convocadas para o dia 15 de novembro deste mesmo ano”.

Neste mesmo período, Alfredo Sirkis é eleito vereador do município do Rio de Janeiro e se tornaria presidente nacional do partido (SANTOS, 2008). Com o registro provisório, algumas outras candidaturas foram lançadas, tanto para o cargo majoritário quanto para os proporcionais. No Rio de Janeiro, em uma aliança com o PT, Fernando Gabeira fora escolhido enquanto representante para concorrer ao governo do Estado (não obtendo êxito eleitoral), neste mesmo ano, em coligação com o mesmo partido também nas proporcionais, Carlos Minc se elegeu deputado estadual.

Essa possível ascensão do partido foi interrompida logo no início da década de 1990. O partido sentiu um golpe, pois o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeita a renovação desse registro provisório, impossibilitando que o partido concorra às eleições daquele ano. O pedido de renovação só foi deferido no ano seguinte, em 1991, mas somente em 1993 o TSE concede o registro definitivo ao PV²⁹. Pensar na formação do partido e nas condições que emergenciaram sua institucionalização remetem à apreensão dos trajetos sociais de seus fundadores.

Entre os principais responsáveis por esse momento destaca-se Fernando Paulo Nagle Gabeira. Gabeira nasceu a 17 de fevereiro de 1943 e é um mineiro de Juiz de Fora, ainda que muito cedo tenha ido viver no Rio de Janeiro. Nos anos 1960, trabalhou como repórter no jornal do Brasil, período em que se engaja na luta armada contra a ditadura militar. Em 1969, participa do sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, uma medida tomada para pressionar o governo da época a libertar quinze presos políticos ligados a organizações clandestinas de “esquerda”. Vale dizer que esse objetivo foi contemplado, todavia, Gabeira acaba sendo preso e depois exilado. Durante o período no exílio, viaja por vários países da América Latina e da Europa, período em que conhece e se envolve com vários outros exilados políticos e passa a trabalhar como jornalista e correspondente jornalístico na Europa. Em sua passagem pela Alemanha, conhece o PV (Die Grünen, ou Os Verdes) e se encanta com a proposta de modelo de desenvolvimento que respeita os recursos do planeta e promove a justiça social. Em um artigo seu, deixa claro o quanto esse momento ajudou-o a alterar sua própria forma de ver o mundo:

Um dos aspectos que me levaram a questionar o marxismo e a compreensão do próprio Marx a respeito da evolução da sociedade era uma certa tendência – nele e em outros pensadores do século passado – a ver o progresso como uma coisa irresistível e sem limites. Tanto o capitalismo triunfante como o socialismo e o marxismo não divergiam profundamente na esperança de que a humanidade iria crescer de maneira continuada e ilimitada. Na medida em

²⁹ Informações obtidas no site do PV. Disponível em: www.pv.org.br. Acessado no dia 10/07/2012.

que o tempo evoluiu, percebeu-se que esse crescimento encontra barreiras naturais muito nítidas [...] essas questões são bastante claras e nos mostram que o crescimento, que Marx e o próprio capitalismo pensavam de forma ilimitada, tem limites naturais que precisamos rever e repensar. (GABEIRA, 1987, p. 165-166).

Em outro momento, essa situação fica ainda mais evidente, na medida em que o mesmo diz que “foi basicamente aí que eu tomei o contato, e isso em sintonia com uma apreensão teórica que eu já estava fazendo sobre os limites do crescimento, algo que o próprio Clube de Roma³⁰ já tinha mencionado em seu documento, que de uma certa maneira, inaugura a preocupação da política ambiental³¹”. Tais relatos permitem dizer que o encontro de Gabeira com o PV provocaria no mesmo uma ruptura biográfica, passando a fazer parte de sua vida uma gramática nova voltada para a questão político-ambiental e que a ideia de inserção no universo político por essa via se tornaria um dos seus principais objetivos quando de volta ao Brasil. Fica assim, mais ou menos clara a importância de sua passagem pela Europa para o envolvimento com o PV, valendo destaque para suas passagens pela Alemanha e por outros países como a França e a Suécia. Se na Alemanha se estreitaram relações com o PV, nestes dois outros países o que se presenciou foi o início do plano de institucionalização do partido no Brasil, favorecida, principalmente, por sua inserção em redes de conhecimento e de reconhecimento com brasileiros que também se encontravam exilados nestes países, o que acabaria por formar um grupo bastante conciso e eficiente:

Minha passagem pela Suécia foi muito importante na formação do nosso grupo, o dos exilados, voltamos dois com a perspectiva muito clara de que precisávamos mudar a nossa compreensão, que era eu e Juca Ferreira, aqui do grupo do Rio de Janeiro. Eu me lembro também de Carlos Minc e Alfredo Syrkis, que foram exilados na França, o Minc trabalhando geografia na França e fazendo teses a respeito de questões que tinham uma imbricação com a ecologia, também voltava interessando no tema. E foi assim, exilados de vários países que foram tomando gosto pelo tema, e ao chegarem no Brasil, de fato, resolveram fazer alguma coisa neste campo.

³⁰ O clube de Roma é uma entidade formada por cientistas que estudava os problemas globais, eles lançaram o livro “limite do crescimento” que foi o primeiro livro que mostrou os problemas ecológicos do planeta, o que impactou bastante a opinião pública, influenciando toda uma geração.

³¹ Trecho de entrevista disponível no Youtube. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=hsQCD6YePMA>, visualizada em: 10/05/2012. Trata-se de um projeto no qual há várias entrevistas de pessoas com algum tipo de envolvimento com a questão ambiental no Brasil, o tema do projeto é “Memória do meio ambiente”. O vídeo utilizado para este trabalho expõe, especificamente, a trajetória de Fernando Gabeira e da militância deste na causa ambiental e política do país, neste documento foi possível ter acesso a sua biografia, bem como a sua inserção na luta armada contra a ditadura militar e sua militância ambiental.

Depois de retornar da Europa em 1979, favorecido pela lei da anistia, Gabeira passa a estabelecer contato com alguns grupos buscando introduzir nestes o conceito de ecolítica. Muitos outros agentes passaram a militar na causa defendida por Gabeira e comungavam da sua ideia de que o movimento ecológico “desde o principio até agora, no Brasil, ele passou por grandes traumas, grandes desastres, assassinatos de líderes, mas hoje podemos dizer que ele está mais ou menos colocado na agenda nacional na posição de destaque”³². Ou seja, o objetivo era tornar a luta pela defesa ao meio ambiente uma questão política que possibilitasse o recrutamento de um coeficiente significativo de ativistas com conhecimento sobre as questões ambientais brasileiras.

Assim como o caso de Fernando Gabeira, o retorno do exílio de Carlos Minc também foi marcado pela pretensão de ajudar na institucionalização do PV no país. Seu envolvimento se confunde em alguma medida com a trajetória de Gabeira, principalmente pelo fato de atribuírem esse envolvimento ao período em que estiveram fora do país. Descendente de família judaica, Carlos Minc Baumfeld nasceu em 1951, é natural do Rio de Janeiro e desde muito cedo desenvolve um desejo em fazer parte de movimentos de luta contra o regime militar. Aos dezoito anos, cursando o Colégio de Aplicação da UFRJ, foi vice-presidente da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (AMES), cargo de liderança no meio estudantil em plena ditadura militar. Além disso, também foi guerrilheiro e, por sua participação em atos da esquerda armada contra o regime militar, foi preso em 1969. Em 1970, juntamente com outros 40 prisioneiros políticos, foi libertado em troca da libertação do embaixador da então Alemanha ocidental, Ehrenfried von Holleben, sequestrado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e pela Ação Libertadora Nacional (ALN). Em consequência desse envolvimento, Minc é exilado, só retornando ao Brasil em 1979, no mesmo ano que Gabeira. Em 1978, termina o curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Técnica de Lisboa e conclui, em 1984, o doutoramento pela Universidade de Paris.

O envolvimento de Minc com grupos vinculados à questão da ecolítica provoca nele muito mais do que o envolvimento com o PV. Ele toma esse problema como questão-chave de seus estudos e desenvolve uma série de trabalhos dedicados a essa temática, sendo de sua autoria alguns textos bastante conhecidos da literatura sobre a problemática ambiental. São dele livros como: “Como Fazer Movimento Ecológico” (1985); “A Reconquista da Terra” (1986); “Ecologia e Política no Brasil” (1987), um livro organizado por José Augusto Pádua

³² Trecho de entrevista retirada do youtube, disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=hsQCD6YePMA>, visualizada em: 10/05/2012.

em coautoria com Fernando Gabeira entre outros; e “Ecologia e Cidadania” (1987). Minc Possui também vínculo institucional com a UFRJ, onde é professor do Departamento de Geografia. Sua carreira política é bastante longa: É, juntamente com Gabeira e Sirkis, um dos membros fundadores do PV no Brasil; ainda em 1986, elege-se Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro; em 1990, filia-se ao PT (Partido dos trabalhadores) e reelege-se deputado estadual nos pleitos de 1990, 1994, 1998 e 2000³³.

Além destes personagens, o arranjo pelo qual o PV fora criado se constituiu a partir da presença de um grupo bastante heterogêneo que compreende desde personagens conhecidos da mídia nacional — este é o caso de Lucélia Santos, até intelectuais bastante conhecidos. Além destes agentes, vários outros personagens ajudaram a configurar o grupo que deu início ao processo de institucionalização do partido no país. Os diferentes itinerários destes agentes trouxeram ao movimento uma identidade única, e essa diversidade de “valores” e perspectivas causou alguns embates internos bastante significativos. Conforme relatos, quando esse grupo passou a discutir em reuniões a possibilidade ou não de inserir as demandas ambientalistas no cenário político-partidário, vários partidos foram procurados. Acrescenta-se, porém, que a ideia de inserção das “bandeiras” ambientalistas em partidos já existentes criava um desconforto entre o grupo, sendo que uma parte queria inserir-se em partidos já existentes, outra parte tinha preferência pela criação de um partido com “bandeira” própria.

Algo bastante frequente durante estes primeiros momentos foi a ausência de personagens detentores do que se poderia chamar de recursos políticos. Segundo Louzeiro (2008), essa ausência refletia o próprio perfil dos líderes que fundaram o partido no Brasil, pois, no geral, tratava-se de pessoas que não possuíam entendimento profundo das questões burocráticas que perpassam o quadro político-partidário. Ainda segundo o mesmo autor, em longo prazo, a conduta tomada pela instituição de recrutar agentes de “fora” do universo político-partidário sair-lhe-ia cara, na medida em que o fato de não possuir uma boa “gramática política” formaria um grupo “deficiente” no que se refere à gestão de questões básicas da política-partidária, como por exemplo, a prestação de contas de candidatos, de serviços, entre outras.

Essas questões se mostram bastante pertinentes à medida que vão se criando problemas com a justiça eleitoral. Exemplo disso foi o caso das contas de 1998, que só foram devidamente apresentadas ao TSE e, consequentemente julgadas, em 2006. Obviamente, essa

³³ Parte da biografia de Carlos Minc Baumfeld que compõe essa parte do trabalho foi extraída do site: <http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=1759>. Sendo que o material contido no site é parte integrante da revista ECO-21 da PUC Rio de Janeiro. O material foi visualizado em 22/05/2012.

não é uma particularidade do Rio de Janeiro. Em outros Estados, esse fato também vem se repetindo, inclusive em Sergipe (ver Relatório Da Juíza Federal Telma Maria Santos em anexo), o que pode ser percebido por meio do citado documento onde ficam claras as dificuldades encontradas pelo partido no tocante à prestação de contas do exercício financeiro do ano 2009. Ao que tudo indica, essa é uma situação corrente no Estado. Dentro de conjecturas como estas, observa-se que as estratégias tomadas pelo partido no tocante ao recrutamento de agentes sem condições de gerir algumas situações institucionais da agremiação levou o partido a algumas dificuldades de gerenciamento. Todavia, acrescenta-se também que esse tipo de recrutamento demonstra uma estratégia de manutenção do poder associativo, uma vez que recrutar agentes com maior domínio político ou *experts* de várias áreas colocaria em risco a posição do grupo fundador do partido. O Manifesto do Partido Verde deixa isso claro, na medida em que determina, entre outras coisas, que o recrutamento de militantes, e logo das “possíveis” lideranças, seja feito “como um movimento de cidadãos e não de políticos profissionais ou homens de aparelho”. Mesmo com todas as dificuldades encontradas, o partido consegue, em setembro de 1993, seu registro definitivo junto à justiça eleitoral. No ano seguinte, o PV se alia ao PT na campanha à presidência, conseguindo nas eleições proporcionais eleger um deputado federal (RJ) e três deputados estaduais (MG, SP, PB).

Enfim, o fato é que a ausência de recursos próprios do universo político levou à necessidade de se mobilizar variados recursos, não necessariamente tidos como políticos, como por exemplo, os laços de amizade, de parentesco e de reconhecimento tal como foi demonstrado por Santos (2008), ao analisar a institucionalização do partido verde em São Paulo e no Rio de Janeiro. No tocante à obtenção do registro oficial junto ao TSE, o PV teria que estar presente em 1/3 dos Estados brasileiros, o que equivale a nove Estados. Para tanto, o grupo fundador deveria estabelecer uma ação bastante efetiva onde estes passariam a se constituir como *links* mediadores entre esses dois Estados e os demais. Após esta constatação, mais precisamente numa reunião ocorrida em 1987 no Rio de Janeiro e que tinha como meta a elaboração da “Carta Programa” do PV e, portanto, a delimitação das ações para o cumprimento das determinações da legislação partidária³⁴, o PV passa a se expandir para outros Estados.

1.3 “Cada um procurou o seu caminho”: conjunturas políticas em Sergipe e a formação de novos partidos.

No que se refere à conjuntura política, a realidade vivida em Sergipe, em meados da década de 1980, não se mostrava muito diferente da do resto do Brasil. Com a abertura política e quebra do bipartidarismo, tornou-se possível a formação de partidos. Nesse sentido, alguns grupos que faziam parte de setores mais organizados da sociedade civil e que buscavam desde a década de 1970 fazer frente ao regime militar se dedicaram à fundação de sucursais de partidos recém-criados no Brasil antes mesmo de 1985. Vale enfatizar que nesse período - quer dizer, mesmo durante o período militar - a legislação passou a permitir a formação e o retorno de partidos políticos para disputar eleições. Exemplo disso foi a candidatura para governo de Sergipe lançada em 1982 pelo PT (a legislação permitia isso, desde que o partido estivesse legalizado em pelo menos 9 estados diferentes).

Com efeito, na década de 1980 novos partidos de esquerda (assim chamados por contestarem a autoridade do sistema vigente) passaram a se institucionalizar em Sergipe, tais como PT, PC do B e o próprio PV. Com relação aos seus fundadores, em sua maioria eram intelectuais e militantes de grupos de esquerda, sendo que todos se opunham ao regime autoritário e à elite política que estava no poder durante o período de exceção. Segundo Souza (2012), “a criação destes partidos possibilitou o duplo engajamento de vários militantes da época³⁵”. Analisando as carreiras dos militantes negros em Sergipe, essa autora observou que “os partidos de esquerda representavam um instrumento de luta e um espaço aberto para a reivindicação de demandas originárias dos movimentos sociais, como grupos ecológicos, movimento negro, sindicatos, ou então para expor visões críticas sobre o capitalismo e as desigualdades socioeconômicas no Brasil”³⁶. Deste modo, os partidos políticos se configuravam enquanto um instrumento necessário para transferir as demandas dos movimentos para o campo político.

No entanto, ainda que estes partidos representassem novas demandas sociais, não obtiveram êxito expressivo em suas primeiras eleições no Estado. Exemplo disso pode ser a eleição para o governo de Sergipe do ano de 1982. Neste pleito, concorreram ao cargo de governador Gilvan Rocha representando o PMDB, completava a disputa Marcélio Bonfim, pelo PT, e Manoel Ferreira, pelo PDT. Dizia-se, à época, que o governador Augusto Franco elegeria quem quisesse, pelo prestígio que tinha junto ao eleitorado, em razão do seu bom

³⁵ Idem, p. 137.

³⁶ Ibidem, p. 138.

governo e por liderar, unido, o seu partido. O único que alimentava esperanças de ser candidato era o deputado federal Antônio Carlos Valadares, que trocou o mandato com a Secretaria de Estado da Educação, justo para cacifar sua indicação. Todavia, contrariando as expectativas de Valadares, Augusto Franco resolveu apoiar o nome de João Alves Filho do PDS. Ele tinha sido prefeito de Aracaju, nomeado pelo governador José Rollemberg Leite (1975-1979) ao posto de interventor³⁷, dando início a obras de infraestrutura na cidade, como por exemplo, a aquisição dos terrenos acrescidos de Marinha e edificado neles o bairro Coroa do Meio, que levou a cidade até a beira do mar. O resultado já era esperado e João Alves Filho foi eleito com maioria absoluta (Ver Quadro I)³⁸.

Quadro I
Eleições 15.11.1982 – Eleições para Governador do Estado.

Candidatos ao Governo	Partido/coligação	Votação	Situação	Vice-governador
João Alves Filho	PDS	256.385	Eleito	Antônio Carlos Valadares
Gilvan Rocha	PMDB	77.965	Não eleito	Benedito de Figueiredo
Marcélio Bomfim Rocha	PT	1.354	Não eleito	Adelmo Galvão
Manoel Ferreira Santos	PDT	1.133	Não eleito	José Caetano

Fonte: TRE/TSE.

Segundo o Tribunal Regional Eleitoral, nessa eleição houve 36.510 votos em branco (9,52%) e 10.177 votos nulos (2,65%), calculados sobre o comparecimento de 383.524 eleitores.

Marcou essa eleição a ascensão de João Alves Filho no cenário estadual, bem como o histórico continuísmo das elites políticas no Estado. Quer dizer, mesmo com o surgimento de novos partidos e a possibilidade de novos atores disputarem eleições, os primeiros pleitos tenderam ao continuísmo e não trouxeram significativas mudanças no quadro das elites políticas locais. Conforme relato de um dos entrevistados, a conjuntura política da época favoreceu a continuidade de vários agentes no poder, pois muitos daqueles agentes que, durante o regime militar, se encontravam em partidos como o MDB e ARENA (partidos que

³⁷ Durante o período ditatorial os governadores eram escolhidos pelo sistema, tal como parte dos senadores e prefeitos, as prefeituras, principalmente, das capitais, por sua vez, eram meras secretarias sob o auspício do governador.

³⁸ Muito do que está sendo apresentado nesse momento encontra-se disponível no sítio eletrônico da infonet, disponível em: <http://clientes.infonet.com.br/serigysite/ler.asp?id=188&titulo=Chefes de Estado>. Visualizado em 24/07/2013 às 22h:50min

se transformaram em PMDB e PDS, respectivamente) migraram para outros partidos recém-criados. Uma base formada por intelectuais e estudantes migrou para o PT, alguns outros que faziam parte do *brizolismo* e que “tinham no PTB suas bases acabaram criando um novo partido que foi o PDT, aí veio o PSD, o PC do B que nasceu de um racha dentro do PC brasileiro. Quer dizer, cada um procurou o seu caminho”³⁹.

O que foi que aconteceu também com os partidos políticos, né. Determinadas lideranças achavam que tinham que ter um partido, os partidos foram criados de cima pra baixo e não de baixo pra cima, com exceção do PT, todos os outros partidos foram criados no objetivo claro de manter o poder político na região após o período militar e também manter um determinado grupo unido. (trecho da entrevista 2: realizada em junho de 2012).

Assim, agentes providos de maiores recursos (econômicos, sociais, políticos) passaram a ocupar os postos de comando nos partidos que surgiam, sendo que algumas legendas eram criadas por aqueles que pretendiam (e efetivariam) ocupar suas direções. Um fato interessante e que estava relacionado a este processo é o papel da Universidade Federal de Sergipe (UFS) que, segundo alguns relatos⁴⁰, se configurou como um importante espaço de socialização de vários agentes.

Geralmente recrutados em movimentos estudantis e/ou em grupos de estudo, estes agentes passariam a ocupar postos de comando nos novos partidos. Exemplo disso pode ser o caso da professora Tânia Elias Magno da Silva, que era ligada à Central Única dos Trabalhadores e foi uma das fundadoras do PT no Estado. Foi candidata ao governo do Estado pelo PT em 1986 (Ver quadro II). Sua trajetória política se intercrusa com sua trajetória universitária e pessoal. Na época, era professora da UFS, vinculada desde 1979 e, por isso, acabou conhecendo vários personagens que iriam compor a cúpula do PT no Estado, além disso, seu esposo (Rosemiro) foi um dos principais idealizadores do Partido dos Trabalhadores no Estado, o que ajudou a consolidar seu envolvimento partidário. Fato que fica evidenciado no texto a seguir:

Em 1979 começou a discussão do Partido dos Trabalhadores, e Rosemiro, meu esposo, foi o primeiro filiado do PT em Sergipe. Ele, Marcélio Bonfim, Nílson Barreto e Antônio Góes foram pessoas que trabalharam muito para formar o PT aqui. Eu participava das reuniões, mais não era filiada. Quando

³⁹ Trecho da entrevista 2: realizada em junho de 2012.

⁴⁰ Foi consensual entre os entrevistados a importância da UFS como centro de grandes discussões, bem como, de recrutamento de agentes que mais tarde iam encabeçar determinadas associações e partidos políticos.

fui em 1981 a São Paulo, eu me filiei lá. Eu acreditei que o PT era uma coisa que valia a pena. Um partido de origem brasileira com o pensamento nosso, e que eu vi a possibilidade de a gente fazer um trabalho de educação política, de mudar mesmo o Brasil, partindo de uma consciência de um trabalho de base. Filiei-me em São Paulo, vim para cá e militei no partido. (Professora Tânia Elias Magno da Silva em matéria publicada no Jornal da Cidade em 16.09.2001).

Em 1986, Tânia candidata-se ao governo como primeira sergipana a disputar esse cargo. De fato, isso se deveu (a candidatura) “a uma necessidade que o partido tinha de nome, pois não havia nomes para compor a chapa e porque todos do PT já tinham conhecimento que não havia chance de ganhar” (SANTOS, 2002, p.759). Se sua derrota nas urnas era tida como certa, é possível dizer que sua presença na chapa do partido foi boa, na medida em que aquele era um momento de marcar posição do partido no Estado e o conhecimento advindo de sua carreira acadêmica lhe permitia a inserção em espaços que não seriam acessíveis a outros agentes. Segundo a mesma, “Luis Alberto recebeu uma votação expressiva na sua candidatura ao senado, e eu tive votos em todo o Estado apesar de ficar em terceiro lugar”⁴¹.

Quadro II
Eleições 15.11.1986 – Eleições para Governador do Estado.

Número de Eleitores	Número de votantes	Número de abstenções	Votos nominais	Votos brancos	Votos nulos
631.902	606.064	25.838	551.357	34.151	20.556
Candidatos ao Governo	Partido/coligação	Votação	Situação	Vice-governador	
Antonio Carlos Valadares	PFL	292.339	Eleito	Benedito de Figueiredo	
José Carlos Mesquita Teixeira	PMDB	240.021	Não eleito	José Passos Porto	
Tânia Elias Magno da Silva	PT	18.997	Não eleito	Antônio Bernardo Silva de Lima	

Fonte: COSTA DANTAS, José Ibarê. **Eleições em Sergipe (1985-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

As eleições estaduais em Sergipe em 1986 foram realizadas em 15 de novembro como parte das eleições gerais no Distrito Federal, em 23 estados brasileiros e nos territórios federais do Amapá e Roraima. Como é demonstrado no quadro acima, em Sergipe, foi eleito para governador o candidato Antônio Carlos Valadares e seu vice Benedito de Figueiredo, os senadores Lourival Batista e Francisco Rollemberg, oito deputados federais e vinte e quatro estaduais na última eleição para governador em que e não vigiam os dois turnos em eleições

⁴¹ Matéria publicada no Jornal da Cidade em 16.09.2001.

majoritárias. Valadares é natural de Simão Dias, estudou na Universidade Federal de Sergipe onde se formou em Química Industrial e Direito atuando como advogado antes de fazer carreira política. Eleito prefeito de sua cidade natal pela ARENA em 1966 e deputado estadual em 1970 e 1974 presidindo o legislativo sergipano no período 1977/1979 elegendose deputado federal em 1978. Período em que foi licenciado para ocupar a Secretaria de Educação no governo Augusto Franco e foi eleito vice-governador de Sergipe pelo PDS na chapa de João Alves Filho em 1982 entrando no PFL partido este que foi eleito na eleição seguinte.

Entre os três nomes que disputaram essas eleições o principal candidato de oposição foi o contabilista José Carlos Teixeira. Nascido em Itabaiana, é filho de Oviedo Teixeira, estreou na política pelo PSD. Opositor do Regime Militar de 1964 migrou para o MDB elegendose deputado federal em 1962, 1966, 1974 e 1982 quando já estava filiado ao PMDB. Derrotado na eleição para senador em 1978 foi nomeado para a direção da Federação das Indústrias do Distrito Federal e foi o último prefeito biônico de Aracaju sendo nomeado pelo governador João Alves Filho e sucedido por Jackson Barreto com quem romperia logo depois.

Ao que tudo indica, a derrota do PMDB na disputa pelo Palácio Olímpio Campos ocorreu devido a uma disputa onde o prefeito de Aracaju, Jackson Barreto, liderou uma dissidência em apoio ao candidato do PFL em retribuição ao apoio que o governador João Alves Filho deu à sua eleição em 1985, enquanto a maioria do PMDB homologou a candidatura de José Carlos Teixeira em aliança com a família de Augusto Franco e Albano Franco, legando ao PFL o apoio da maioria das legendas de esquerda presentes em Sergipe⁴².

A partir dos dados apresentados a respeito das eleições de 1982 e 1986, foi possível observar que o Estado de Sergipe apresentava resultados singulares em relação ao Brasil. Exemplo disso é o fato de que, nas eleições de 1982, enquanto o PDS era retalhado em disputas em outros Estados, em Sergipe, obtinha a maior vitória proporcional do país. Em 1985 foi a vez do PMDB, que conseguiu o melhor desempenho nacional, elegendando o candidato Jackson Barreto à prefeitura da capital com 70,06% dos votos válidos. Em 1988, Sergipe tornou-se o único Estado a proporcionar vitória ao PFL na eleição dos governadores. Em 1988, quando o PT explodia nacionalmente com um desempenho surpreendente, Aracaju, tida como a capital onde o PT teria mais chance, impõe-lhe uma derrota simplesmente imprevisível. Por outro lado, o ex-prefeito Jackson Barrete, que renunciara à prefeitura em

⁴² Muito do que está sendo apresentado nesse momento encontra-se disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%B5es_estaduais_em_Sergipe_em_1986. Visualizado em 24/07/2013 às 22h:30min.

maio de 1988, acusado de corrupção e execrado pelas principais forças políticas do Estado, conseguia eleger-se vereador com votação recorde na história local e fazer de seu candidato o prefeito de Aracaju, derrotando todos os grupos políticos da classe dominante de Sergipe, além dos setores de esquerda que a ele não se aliaram (COSTA DANTAS, 1989). Ainda segundo o mesmo autor, isso se deve a conjunturas particulares ligadas a coalizões partidárias que propiciaram esse quadro.

Nas eleições de 1988, o cenário político sergipano era bastante tenso, tínhamos de um lado o então prefeito da capital, Jackson Barreto, prestes a ser *impeachmado*, acusado de desvios de verba e de improbidade administrativa, por outro, coalizões que objetivavam impedir seu sucessor de ser eleito. Até que frente às pressões políticas e populares Jackson Barreto renunciou à Prefeitura, na primeira quinzena de maio de 1988, anunciou que iria recomençar tudo de novo, inclusive candidatando-se a vereador. Simbolicamente, assumiu formalmente seu antigo emprego na Receita Federal e junto aos companheiros seguidores do 'PSB, esteve a armar sua estratégia de luta. Chamado de ladrão pelos adversários, acusado por processos, mas dispondo da solidariedade de significativo contingente da periferia, a partir de seus amigos. Já filiados do PSB empenharam-se em formar uma frente que respaldasse um candidato de sua confiança para concorrer à eleição de 1988. Depois de cogitar alguns nomes, optou por Wellington Paixão, do PSB, e Carlos Alberto Menezes, do PDT, que se lhe manifestara solidário por ocasião dos eventos da intervenção. Em seguida, ampliou mais a Frente, a qual denominou de Progressista com a incorporação do PC do B e do PSDB. Assim, formou-se a Frente Progressista, não obstante a presença do PDT, com quem mantivera entraves, sobretudo, depois da vaia que promovera para Brizola em setembro de 1987, em Aracaju.

No desenrolar desses eventos, a Frente Progressista ficou constituída das seguintes siglas: PSB-PSDB-PDT-PC do B, em torno dos candidatos Wellington Paixão e Carlos Alberto Menezes. Wellington Paixão (46 anos) exerceu a profissão de bancário, comerciário e funcionário da já extinta Energipe, formou-se em Bacharel em Direito, foi assessor jurídico da Fetase (Federação dos Trabalhadores agrícolas de Sergipe), pertenceu aos quadros do PCB por cerca de oito anos, participou da fundação do MDB, candidatou-se a vereador em 1966 e a deputado federal em 1977, mas em nenhum momento conseguiu eleger-se. Com a cisão do PMDB por ocasião do pleito de 1986, integrou a dissidência sob a liderança de Jackson Barreto, filiou-se ao PSB, foi secretário de Assuntos Jurídicos da Prefeitura Municipal numa fase da gestão de Jackson Barreto e Secretário (COSTA DANTAS, 1989).

Entre os partidos que lançariam candidato próprio nas eleições de 1988, estava o PV, que contando com a liderança do professor universitário, José Araújo Filho, não obstante o nível de organização do PV ainda encontrar-se em fase embrionária, lançou como candidato Paulo Dantas, 29 anos, ex-estudante de Engenharia civil e ex-militante do PT, que se define como comunicador. Para vice foi escolhido Reynaldo Nunes, 23 anos, também à época estudante de Engenharia civil e professor de matemática. O resultado final da votação confirmou com pequenas alterações os números apresentados na última pesquisa de intenções de voto. O candidato da "Frente progressista, Wellington da Mota paixão, conseguiu a preferência de 47% dos 'votantes e cerca de 57% dos votos válidos. O candidato do situacionista do "acordão" recebia a opção de 27% dos votantes, enquanto que o representante do Partido dos Trabalhadores não atingiu nem 10% dos sufrágios. Quanto aos candidatos do PCB e do PV nenhum deles conseguiu atingir 1% dos votos (Ver quadro abaixo).

Quadro III
Eleições 15.11.1988 – Eleições para Prefeito de Aracaju.

Candidatos à Prefeitura	Partido/coligação	Votação	Situação	% de votantes
Wellington da Mota Paixão	Frente Progressista	78.257	Eleito	46,51
Lauro Augusto do Prado Maia	Aliança Democrática	45.549	Não eleito	27,07
Marcelo Deda Chagas	PT	10.521	Não eleito	6,25
Jorge Carvalho do Nascimento	PCB	1.372	Não eleito	0,82
Paulo Dantas Sobral	PV	1.072	Não eleito	0,64
Votos nulos	–	18.203	–	10,82
Votos em branco	–	13.297	–	7,90
Votantes	–	168.271	–	100%

Fonte: COSTA DANTAS, José Ibarê. As Eleições Municipais de 1988: o caso de Aracaju. In: **XIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, 23-27 de outubro de 1989, Caxambu, MG.

Se por um lado, os resultados demonstraram uma relativa fragilidade do coeficiente eleitoral conquistado pelo PV frente a agremiações mais tradicionais no Estado, por outro, entre os partidos tidos como pequenos, mesmo com as dificuldades e com a inexistência de uma estrutura partidária e de recursos (inclusive tempo de televisão) o PV conseguiu um bom desempenho visto que conseguirá uma votação próxima da do PCB. De modo que, os grandes

“perdedores” das eleições de 1988 em Aracaju foram as forças dominantes do quadro político sergipano e os grupos de esquerda que não se aliados à Frente Progressista (especialmente PT e PCB) que não conseguiram eleger nenhum vereador na capital.

Já as eleições estaduais de 1990, que ocorreram em 3 de outubro como parte das eleições gerais no Distrito Federal e em 26 estados, elegeu para governador João Alves Filho, e seu vice José Carlos Teixeira; no senado, Albano Franco foi eleito junto com oito deputados federais e vinte e quatro estaduais. Essa foi a primeira eleição em que se disputaria dois turnos, contudo, como o eleito obteve mais da metade dos votos válidos, o pleito foi decidido em primeiro turno. Nas eleições proporcionais à coligação do governador João Alves Filho, elegeu todos os deputados federais e fez vinte cadeiras entre os deputados estaduais.

Nessa eleição, o PV juntou-se a uma coligação formada por quatro partidos, entre os quais, o PT, PSB, PC do B, apoiando o candidato José Eduardo Dutra, representante do PT, que obteve 124.050 votos, somando 25,07% do coeficiente eleitoral do Estado. Além disso, o PV, junto aos mesmos partidos, lançou a candidatura de Clovis Barbosa de Melo, representando o PSB, que obteve 23.808, o que representa 5,52% dos votos válidos. Resultados esses que levaram o partido a degustar duas importantes derrotas.

O “jogo” político começa a sofrer alguma alteração a partir das eleições de 1994, que aconteceram em 3 de outubro de 1993. Foram eleitos na ocasião o governador Albano Franco, o vice-governador José Carlos Machado, os senadores Antônio Carlos Valadares e José Eduardo Dutra, oito deputados federais e vinte e quatro estaduais. Como nenhum candidato a governador fez a maioria dos votos válidos houve pela primeira vez após a redemocratização segundo turno no Estado. O segundo turno ocorreu em 15 de novembro entre Albano Franco e Jackson Barreto com vitória do primeiro após inverter o resultado do turno inicial onde participaram dois outros candidatos.

O novo governador sergipano é Albano do Prado Pimentel Franco, ou Albano Franco, empresário nascido em Aracaju em 22 de novembro de 1940. Seus pais: Augusto do Prado Franco e Maria Virgínia Leite Franco. Albano Franco é advogado, formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe. Ainda estudante, já demonstrava sua tendência pela vida política, tendo sido presidente do Centro Acadêmico Sílvia Romero. Um dos mais jovens deputados da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe tornou-se, pelo destaque de sua atuação no setor empresarial de nosso Estado, presidente da Federação das Indústrias de Sergipe, projetando-se daí para a presidência da CNI (Confederação Nacional das Indústrias). Eleito para o Senado da República, marcou, simultaneamente, nesses dois segmentos da vida

pública brasileira, o estilo de liderança dinâmica, equilibrada e objetiva que o projetou no cenário nacional e internacional como um expoente de competência e de dignidade.

Como empresário, Albano Franco exerce a administração de várias empresas, a maior parte delas sediada em Sergipe. Sua atuação à frente da CNI estabelece um histórico de realizações que identificaram o seu espírito de executivo, não se limitando apenas a ações regionais, mas estendendo o amplo espectro das finalidades daquela confederação para os serviços assistenciais mantidos pelo SENAI e pelo Sesi. Estes órgãos se transformaram em poderosos instrumentos de valorização do trabalhador. Albano Franco participou de inúmeras missões no exterior, representando o Brasil, recebendo condecorações, insígnias, medalhas, troféus e comendas, além de ser homenageado como Cidadão de diversos Estados brasileiros (OSMÁRIO, 2002). O pai de Albano, Augusto do Prado Franco, médico e político, inseriu seu nome na história de Sergipe, “tendo chegado ao pódio da imortalidade por uma vida vitoriosa no trabalho e mais uma outra existência de realizações, reconhecidas em vida pelo povo de Sergipe ao longo de suas atividades públicas, quer como parlamentar que exerceu inúmeros mandatos, quer como governador de Sergipe de 1978 a 1982” (OSMÁRIO, 2002, p. 66). Ainda segundo o mesmo autor “Albano se considera um homem feliz e de sorte por ter um pai que só lhe proporcionou tudo de bom, principalmente, exemplos de trabalho, de seriedade, de honestidade, de respeito ao cidadão e de responsabilidade social”⁴³.

O maior adversário de Albano Franco foi Jackson Barreto, advogado formado pela Universidade Federal de Sergipe e funcionário público federal. Militante clandestino do PCB, ingressou no MDB e foi eleito vereador em Aracaju em 1972, deputado estadual em 1974 e deputado federal em 1978. Filiado ao PMDB, foi reeleito para a Câmara dos Deputados em 1982 e sua última eleição pelo partido aconteceu em 1985, quando venceu a disputa pela prefeitura de Aracaju, cargo ao qual renunciou em 1988⁴⁴, quando já estava filiado ao PSB, sendo eleito vereador meses depois. Candidato a senador pelo PDT, em 1990, teve sua candidatura impugnada pela Justiça Eleitoral⁴⁵. Em 1992, foi eleito prefeito na capital sergipana, mas renunciou para disputar o governo de Sergipe, deixando em seu lugar seu primo, Almeida Lima⁴⁶.

⁴³ Idem, p. 66.

⁴⁴ A rigor houve uma intervenção decretada em 11 de maio de 1988 pelo governador Antônio Carlos Valadares que indicou como interventor o advogado Antônio Militão Silva. No dia seguinte Jackson Barreto deixou o cargo.

⁴⁵ Informações disponíveis na revista Isto é, 19/09/1990.

⁴⁶ Disponível em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%B5es_estaduais_em_Sergipe_em_1994. Visualizado em 24/07/2013 às 22h:30min.

Esses dois políticos protagonizaram um pleito bastante concorrido, tanto no primeiro quanto no segundo turno. No primeiro turno, Jackson Barreto, representando a chapa “O povo na frente”, apoiada pelos partidos PDT, PMN, PP, PT, PSB e PC do B, obteve 282.214, o que equivale a 47,61% dos votos válidos, enquanto Albano Franco, do PFL, apoiado pelos partidos PSDB, PFL, PMDB, PPR, PTB, PPS, PL, PSD, PSC, PRP e PT do B, obteve o total de 280.926, obtendo o coeficiente de 47,40% dos votos válidos. Resultado que levou as eleições para segundo turno. Vale ressaltar que nesse pleito o PV optou por lançar candidatura própria do professor José Araújo Filho, representando a coligação “Frente Libertária”, apoiado pelos partidos PCB e PSTU, conseguiu obter 20.751, equivalendo a 3,50% dos votos válidos. Apesar de esse número não ser muito expressivo no que concerne ao sucesso eleitoral, muitos falavam que foi o suficiente para levar a eleição para o segundo turno, fato este que levou os dois candidatos a procurar o partido a fim de estabelecer aliança para o segundo turno.

Encantados pelas propostas de Albano Franco, entre as quais a direção da ADEMA (administração Estadual do Meio-Ambiente) se eleito fosse, o PV optou por se coligar ao PMDB para a disputa que estava por vir. Já no segundo turno, observou-se uma virada significativa em relação ao primeiro turno, e Albano Franco conseguiu superar seu adversário (que havia saído vencedor no primeiro turno) e seria eleito governador do Estado (Ver quadro abaixo).

Quadro IV
Eleições para Governador do Estado – (segundo turno) 15.11.1994.

Candidatos ao Governo	Partido/coligação	Votação	Situação	%	Vice-governador
Albano Franco	PMDB	371.782	Eleito	51,68	José Carlos Machado ⁴⁷
Jackson Barreto	PDT	347.636	Não eleito	48,32	Francisco Rollemberg ⁴⁸

Fonte: TSE.

Essa aliança levaria o PV a acessar, pela primeira vez em sua história no Estado, um posto ligado à máquina pública. Quem ocuparia essa cadeira como presidente seria o professor Araújo, que “ajudaria” outros “verdes” concedendo-lhes cargos comissionados nesse mesmo departamento. Reynaldo Nunes seria indicado também como presidente do órgão nessa mesma eleição. Mais tarde, em 2002, no governo de João Alves Filho, Reynaldo

⁴⁷ Representante do PFL.

⁴⁸ Representante do PMN.

Nunes seria indicado para o posto de Secretário Estadual do Meio Ambiente. Em matéria vinculada no jornal *infonet*, em alusão à semana do Meio Ambiente, Reynaldo afirmaria que “Nosso objetivo, ao realizarmos a semana do meio ambiente, é conscientizar a população da importância da preservação da mãe natureza e mostrar o que nós, como órgão ambiental no Estado, estamos fazendo para garantir que os nossos recursos naturais não sofram degradação”⁴⁹.

Ao longo de sua história no Estado, o partido elegeu 1 deputado estadual, Gustinho Ribeiro. Segundo informações obtidas no sítio eletrônico administrado pelo próprio, ele teria iniciado sua carreira pública aos 16 anos, participando de campanhas no município de Lagarto e em diversas cidades do Estado de Sergipe. Sempre acompanhou seus familiares, que têm uma longa trajetória política, a exemplo do seu avô Rosendo Ribeiro Filho (Ribeirinho), que foi vereador, prefeito de Lagarto e Deputado Estadual por cinco mandatos. Seu Pai, Luiz Augusto Ribeiro, ainda muito jovem, foi Deputado Estadual, ocupou diversas Secretarias Estaduais, e hoje é Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

Gustinho Ribeiro ocupou seu primeiro cargo público no ano de 2000, quando passou a ser assessor no Tribunal de Contas do Estado de Sergipe. Em 2004, militou no movimento jovem da campanha para Prefeito do então candidato Valmir Monteiro, que tinha como candidata a vice, sua mãe, Áurea Ribeiro. Em 2006, chegou à vice-presidência do Partido Verde (PV) no município de Lagarto. No ano de 2007, assume a presidência do PV e começa a mobilizar o partido em todo o município. Em 2008, foi convidado pelos membros do partido a candidatar-se a vereador, construindo a partir daí juntamente com os seus amigos e colaboradores, uma candidatura que passou a ter um gigantesco apoio popular, principalmente dos jovens, que acreditando em seus ideais e sempre esperançosos, motivados pela renovação na política, fizeram uma memorável e vibrante campanha. O resultado dessa eleição foi uma expressiva votação, tendo sido, na ocasião, o vereador mais votado do PV em todo o Estado de Sergipe, como também o recordista de votos do grupo político ao qual pertencia no município de Lagarto.

Nas eleições de 2010, o prefeito de Lagarto, Valmir Monteiro, que já foi deputado estadual por três mandatos, apóia a candidatura de Gustinho Ribeiro a uma vaga na Assembléia Legislativa de Sergipe. Essa aliança levaria ao sucesso de Gustinho, sendo eleito

⁴⁹ Matéria disponível no Jornal eletrônico Infonet, disponível em: <http://infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=10957&titulo=cidade>. Visualizado em 13/07/2013 às 19:35.

o deputado mais novo do Estado e um dos mais jovens do país⁵⁰. Contudo, em abril de 2011, ele surpreende a imprensa local ao dizer que vai sair do PV, confirmando sua filiação do PSD, que estava sendo criado pelo prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (ex-DEM). Segundo relato na imprensa local, Gustinho Ribeiro apontava que “A minha ida para o PSD está confirmada. Amanhã estarei viajando juntamente com os deputados Luis Mittidieri e Susana Azevedo para Brasília com a finalidade de assinarmos o livro de fundação do partido no país. No momento há um desejo, um compromisso firmado com o governador Marcelo Déda (PT), que comandará o PSD aqui em Sergipe”⁵¹.

Nas eleições de 2012, o partido tentaria vaga para a prefeitura da Capital do Estado. Sendo indicado o nome de Reynaldo Nunes, então presidente do partido. Nessa eleição apesar da campanha bem articulada o candidato não obteve êxito, ficando em 4º colocado de um total de 4 candidatos. Obtendo um total de 9.035, que somaria o coeficiente de 2,98% dos votos válidos. Se para o executivo municipal o partido não obteve êxito, no que consiste aos postos legislativos municipais foi uma das eleições mais proveitosa para o partido, tendo eleito 15 vereadores em 11 cidades diferentes.

O esforço oferecido até o presente momento foi para demonstrar por um lado, como o cenário proveniente do fim do regime militar favoreceu a formação de diferentes partidos políticos em Sergipe e, por outro, demonstrou-se também as conjunturas políticas existentes no Estado, identificando como o PV se insere dentro desse espaço particularmente. Outro ponto igualmente importante é demonstrar como se estruturou o partido no Estado, os fatores que presidiram às disputas eleitorais. O fato é que os dados analisados indicaram que a institucionalização do PV em Sergipe é resultado de um conjunto de redes de relações entre lideranças estaduais e nacionais. Ou seja, observamos que pessoas e instituições serviram de instrumento de “mediação” e de interconhecimento permitindo o *link* entre líderes locais e nacionais, uma vez que, no plano nacional, o PV tinha Fernando Gabeira ocupando lugar de destaque entre os agentes mobilizados para a formação do partido em outros estados, e que, por intermédio de um aluno do departamento de letras da UFS, teria entrado em contato com o professor Araújo que, à época, presidia o Conselho Superior Universitário órgão ligado à UFS que reunia alunos, funcionários e professores da instituição. Tendo funcionado como um

⁵⁰ Algumas das informações foram retiradas do sítio eletrônico: http://www.gustinhoribeiro.com.br/novo/index.php?option=com_content&view=article&id=431&Itemid=28. Visualizado em 13/07/2013. Às 20:14.

⁵¹ Disponível em: <http://www.lagartense.com.br/?irPara=noticias&cod=3829>. Visualizado em 13/07/2013 às 20:19.

importante espaço de socialização e de recrutamento dos agentes que compuseram o PV em seu momento embrionário.

1.4 O Conselho Superior Universitário e a UFS enquanto espaço de formação do Partido Verde.

Assim como outros partidos (PT, PDT, PC do B, por exemplo), o PV sergipano também emergiu de grupos mobilizados no interior da universidade. Esse grupo era formado por professores, estudantes e funcionários desta instituição. Como apresentado anteriormente, para que o PV conseguisse seu registro provisório era necessário formar diretórios em pelo menos 9 (nove) estados diferentes e, assim que se instituiu no Rio de Janeiro e em São Paulo, houve uma mobilização para os estados do norte e nordeste, dentre os quais Sergipe. Entre outros motivos, conforme destaca um dos entrevistados “o fato de Sergipe ser um Estado pequeno ajudou com que se mobilizasse mais rapidamente esse processo aqui, veja por exemplo, a diferença entre Sergipe e São Paulo, lá, certamente, seria necessário maior mobilização para conseguir o mesmo que nós, e havia um prazo estipulado, caso não fosse atendido anularia o nosso registro provisório”⁵². Ou seja, o Estado de Sergipe se tornaria para o processo de institucionalização do partido no âmbito nacional um ponto bastante estratégico, na medida em que sua extensão demográfica facilitaria a mobilização interna. Além disso, havia também a necessidade de formar diretórios municipais, os quais deveriam respeitar o número de 9% do total de municípios. Para tanto, existia um prazo estipulado pela justiça eleitoral de modo que se “por algum motivo, em Propriá⁵³, o registro não fosse conseguido colocaria em risco o partido de todo o país. Quer dizer, os 9 (nove) estados e suas respectivas cidades tinham que conseguir, caso contrário, seria cassado o nosso registro”⁵⁴.

Neste primeiro momento, ainda cabia à Comissão Diretora Regional Provisória a organização do partido. Tal comissão, necessariamente, deveria ser formada por no mínimo de 7 (sete) membros. Assim,

⁵² Trecho da entrevista 5: realizada em Agosto de 2012.

⁵³ Cidade do interior de Sergipe, localizada próximo ao rio São Francisco, faz fronteira com Estado de Alagoas a nordeste e pelos municípios de Neópolis e Japoatã a sul, São Francisco a sudoeste, e Cedro de São João e Telha a oeste. Segundo dados do IBGE sua população estimada em 2013 era de 29 562 habitantes. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Propri%C3%A1>. Visualizado em 24/12/2012 às 16:06.

⁵⁴ Trecho da entrevista 5: realizada em Agosto de 2012.

O primeiro núcleo foi constituído por Clóvis Barbosa, Reynaldo Nunes, Maria Moura, Luiz Fernando, Marcos Moura, Luiz Fernando, Reginaldo, José Araujo, Gerson dos Santos. Colhemos como presidente provisório Clóvis Barbosa, por ser advogado, por ter alguma experiência no campo publicitário, por já ter um destaque na sociedade civil. Eu fiquei como secretário geral, encarregado da burocracia partidária que assustada pela imensa quantidade de normas emanadas do Tribunal Superior Eleitoral. Fazíamos reuniões semanais, geralmente na minha residência, no bairro Grageru. Passo a passo, foram-se agregando outros simpatizando do ideário verde. (Trecho da entrevista 5: realizada em agosto de 2012).

Fator comum a esse grupo era a relação com a Universidade de Sergipe o que favoreceu o recrutamento destes agentes dentro da própria universidade. Além da universidade, a maioria dos integrantes do grupo destacado acima fazia parte do Conselho Superior Universitário. O que torna esse conselho um importante espaço para o grupo inicial, haja vista que muitos entrevistados apontam tal conselho como um importante espaço de sociabilidade que ajudou no recrutamento dos agentes envolvidos.

Se teve alguma relação foi com o professor Araujo [...] eu era funcionário da UFS, tinha essa visão de criar o partido aqui, quer dizer, na verdade eu soube que havia dois grupos organizados para lançar o PV aqui no Estado, um primeiro grupo da universidade o qual eu me filiei, e outro grupo que era de um jornalista, que morreu logo depois, então, como eu tinha uma afinidade com o professor Araujo que na época presidia o Conselho Universitário, eu me uni a ele nessa empreitada, e lá passei a conhecer outros integrantes do grupo que veio mais tarde a formar o núcleo do partido. Lembro-se que era um grupo muito pequeno de pessoas, bem restrito [...] eu fui o primeiro presidente do partido. (Trecho da entrevista 02: realizada em maio de 2012).

O jornalista ao qual o trecho se refere é Fernando Sávio Brandão de Oliveira (ver em anexo, a foto de Fernando Sávio na redação do jornal "Folha da Praia", em Aracaju), popularmente conhecido como Fernando Sávio. Nasceu em Penedo, Alagoas, em 27 de julho de 1954, trabalhou em praticamente todos os jornais de Aracaju, além das TVs Atalaia e Sergipe. Foi diretor da sucursal da "Tribuna da Bahia" em Sergipe e, em Salvador, atuou como repórter de "A Tarde". Fez parte do pequeno grupo de jornalistas cuja formação intelectual deixou sua marca. Embora, ligado aos movimentos de esquerda, jamais se enquadrou no perfil de engajado político. Ao contrário, sempre se comportou como um iconoclasta, adotando abertamente na vida e na profissão uma postura anarquista que acabaria criando uma espécie de marca do jornalista. Contraiu uma hepatite que acabou levando-o para o hospital da Polícia Militar de Sergipe, onde morreu, três meses depois, em 21 de maio de

1989⁵⁵.

Apesar da pouca informação a respeito dele, sabemos que foi um dos idealizadores do PV no Estado, junto de sua esposa Umbaldina Rodrigues Brandão de Oliveira, ou dona Dina, passou a compor um segundo grupo com o objetivo de formar o partido, contudo, ainda que esforçado não obteve êxito, pois ainda no início de sua empreitada veio a falecer, sua esposa não conseguiria dar continuidade no projeto. Ao escrever sobre Fernando Sávio, Amaral Cavalcante, afirmava que ele era, “sobretudo, um boêmio consciente da sua genialidade, um homem emocionado com a sua própria capacidade de alumbramento, um escritor completo de bem humoradas convicções, um letrado de bem com a sua escrita e um amigo bom”⁵⁶. O mesmo continua falando que ao fundarem o jornal alternativo Folha da Praia, em 1981, Fernando passou ocupar o posto de principal articulista, “seu texto era terno, preciso, literariamente culto e perfeitamente acumpliciado com as grandes questões políticas daqueles tempos, inaugurando, naqueles idos, uma conversa exitosa com os leitores, tão sequiosos disto”⁵⁷.

Para além da vontade de Fernando Sávio, formar um partido de bases ambientalistas, relatos indicam que sua também ligação com o professor Araújo permitiu o envolvimento entre esses “dois grupos”, se o primeiro havia manifestado a vontade de formar o partido, foi somente em relação com o segundo grupo que conseguiu formar o contingente necessário para fazê-lo. O relato do entrevistado acima colabora com esse ponto de vista, apesar de entendermos que o momento de vida do agente interfere diretamente no sentido que o mesmo dá a um espaço específico e ao momento de vida do mesmo (DUBAR, 2000). Ou seja, se para o Entrevistado 03 que, por motivos profissionais teve que se desligar do partido ainda no início da década de 1990, não parece muito significativa a influência do Conselho, mas sim do professor Araújo. Essa visão quando confrontada com a entrevista de outros agentes se mostra pouco válida, o Entrevistado 1, por exemplo, afirma ser o Conselho Superior Universitário o espaço que possibilitou o conhecimento de vários agentes que formariam o partido se tornando, assim, um importante espaço para esse “ponta pé” inicial. O fato é que, à época, tal conselho era uma espécie de encontro de estudantes e professores que se reuniam para discutir problemas daquele momento histórico.

⁵⁵ Muitas das informações apresentadas sobre Fernando Sávio foram acessadas em entrevista com seu filho e meu amigo pessoal, Luciano Sávio. Entrevista realizada em agosto de 2013.

⁵⁶ Texto disponível em: <http://grupominhaterresergipe.blogspot.com.br/2013/11/fernando-savio-brandao-de-oliveira.html>. Visualizado em 24/12/2012 às 17:00.

⁵⁷ Texto disponível em: <http://grupominhaterresergipe.blogspot.com.br/2013/11/fernando-savio-brandao-de-oliveira.html>. Visualizado em 24/12/2012 às 17:00.

Os conselhos universitários continuam na mesma situação, quer dizer, é claro, perderam muito a competências, o ministério da educação tomou para si algumas das responsabilidades que antes era só dos conselhos, havia dentro das universidades o direito de ter conselhos superiores, um, o mais alto de todos, é o conselho da fundação, conselho diretor da fundação, pra você ter uma ideia os diretores destes são nomeados pelo ministro da educação. Eram 12 pessoas, na verdade 6 titulares e 6 suplentes, estes seriam uma espécie de órgão superior da educação universitária [...] então, pra você ver como é, havia o conselho superior, depois o conselho universitário (CONSUL) que era um dos conselhos superiores depois tinha o CONEP, os dois estavam no mesmo nível, um cuidava da parte administrativa e o outro da parte de pesquisa, então, eu era, na época que comecei com a história do Partido Verde eu era diretor do CECH, e fazia parte dos dois conselhos, do CONSUL e do CONEP e comecei, é claro, buscar pessoas de outras áreas, uma das pessoas que procurei foi Antonio que era da área da biologia, por ser um biólogo, né, me ajudaria a entender qual era a intenção do PV naquele momento, tipo qual era as áreas que deveriam ser contempladas no projeto, quer dizer, pensei em recrutar especialistas que podiam ajudar, esse Antonio, por exemplo, que era bastante entendido dos problemas ambientais e, por ser biólogo, traria bastante contribuição para nossa luta, tinha também Lizaldo Vieira que já militava no MOPEC, que também entendia bastante coisa de ecologia. Tipo assim, nesse momento nossa primeira luta era de recuperar manguezais, então tínhamos que ter um domínio dos problemas e das soluções desses manguezais. Eu fui a pessoa que iniciou o recrutamento de pessoas, de diversas áreas, chamei Sergio Borges, da geografia. (Trecho da entrevista 5: realizada em agosto de 2012).

O presidente deste conselho era o Professor José Araujo. Importante figura da época, o professor Araújo – como é conhecido – trabalhava no departamento de letras e lecionava alemão. Certamente por conta disso tinha algumas leituras sobre o Die Grünen (partido verde alemão), podendo ter vindo daí o constante interesse em instituir o PV também em Sergipe. José Araújo Filho nasceu em 11 de março de 1943 e é natural de Aracaju, embora se considere cidadão de Riachuelo (cidade do interior de Sergipe). Professor por profissão demonstra-se muito orgulhoso pela carreira escolhida. Foi integrante da Arcádia do Colégio Atheneu na cadeira de Gonçalves Dias. Seu ingresso na identidade cultural dos estudantes do Atheneu aconteceu através de Giselda Moraes. Ainda no Atheneu, por gostar de escrever crônicas e pelas tentativas na poesia, chegou a publicar algumas de suas produções literárias no jornal do Grémio Clodomir Silva. No ano de 1961, ingressou na Faculdade Católica de Filosofia para o curso de Letras Neolatinas⁵⁸, pela Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, após ter sido aprovado em primeiro lugar no vestibular. Essa instituição apesar de extinta,

⁵⁸ Na época, o curso era chamado de Letras neolatinas, nele ensinava as línguas derivadas do latim. Esse currículo acadêmico só veio a sofrer alterações significativas após o início do período militar, quando foi desmembrado em vários outros cursos, tais como, Inglês, Francês e Espanhol, enquanto outros idiomas deixaram de fazer parte da grade.

essa instituição desempenhou papel fundamental no processo constituição da UFS, pois como diz: “quando foi para fundar a universidade o arcebispo da época, que era dom Luciano, cedeu à universidade todos os documentos da faculdade de filosofia”.

No período de estudante universitário, foi aluno de Dom Luciano Cabral Duarte, Frei Edgar Stnikowsk e de Carmelita Pinto Fontes. Iniciou a vida no magistério quando estudava o primeiro ano de Letras. De 1962 a 1965, ensinou em diversos colégios de Aracaju, tais como Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus, São José e Colégio de Aplicação. Desde o tempo de estudante do Atheneu, dava aulas particulares para manter os estudos, tendo em vista a dificuldade financeira da família, pois com a morte do pai em 1964, assumiu a chefia da família.

Pelo fato de sua mãe também ser professora, sempre conseguiu bolsas de estudo em bons colégios da capital, conseguindo concluir o ensino secundário em colégio particular se ingressando neste mesmo ano na UFS. Não fez mestrado, porém, teve a oportunidade de fazer uma especialização, à nível de pós-graduação, na Alemanha. Após concluir o curso consegue entrar (via concurso público) na UFS, assumindo assim a cadeira de professor no departamento de Letras, permanecendo lá até se aposentar em 1991. O mesmo se considera favorecido pela conjuntura da época, na medida em que, mesmo sem ter concluído uma especialização, estava habilitado para lecionar em Universidades.

Em 1967 já estávamos no processo de formação da universidade, nesta época havia a seguinte questão: os professores que lecionavam qualquer disciplina passaria à ser titular, na época titular já era considerado assim um doutor e o governo incentivava novos alunos à entrarem no mestrado, entende! Ai o que ocorria, nós que fazíamos parte de uma geração que havíamos sido beneficiados passamos a não poder fazer mestrado e doutorado. Minha área era muito específica, tanto que quando saí ficou um hiato que não conseguiam encontrar professores para trabalhar na minha área. Sou um especialista, e poucos dominam, por esse motivo, pra você ter uma ideia, desde 1991 quando me aposentei fui convidado vários anos para lecionar como substituto, só vieram à encontrar um professor pra me substituir agora em 2010. (Trecho da entrevista 5: realizada em Agosto de 2012).

Na Universidade Federal de Sergipe, uma longa história, iniciada no ano de 1970 na cadeira de Filologia Românica. Ensinou, por eventuais necessidades, História da Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Linguística. Coordenou, durante oito anos, a correio de provas de redação do concurso vestibular da UFS. Em várias ocasiões respondeu pela direção do Departamento de Letras da UFS. Também integrou o Conselho Universitário e o Conselho do Ensino Superior. Foi paraninfo de diversas turmas da UFS. De 1975 a 1990, foi membro

do Conselho Estadual de Cultura, atuando na Câmara de Letras e Artes. Fez parte do núcleo criador da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe (ADUFS), órgão sindical dos professores da UFS. Fundou o Núcleo de Cultura Alemã com o professor Dieter Heidemann, hoje professor na USP (SANTOS, 2002).

Professor Araújo trabalha, atualmente, em uma faculdade particular de Aracaju, nos cursos de Letras e Pedagogia e desenvolve também trabalhos no seminário Arquidiocesano, sendo que no menor, leciona Latim e no maior Latim e Grego. Além de sua atividade docente, trabalha na Câmara dos Vereadores prestando serviços de correções de texto de leis e de arquivos entre outras coisas.

É necessário dizer que durante toda sua vida esteve ligado a Igreja Católica, inclusive ao ponto de denominar esse envolvimento religioso como sua principal influência no envolvimento político. Se por um lado sua trajetória acadêmica recebeu influência do ambiente universitário, por outro lado, seu envolvimento com a política se deu em decorrência de sua participação sempre ativa nos movimentos promovidos pela Igreja Católica. Algumas correntes como, por exemplo, a Ação Católica e que se subdividia em vários “braços” como JAC (Jovens agrária), JEC (Jovens Secundaristas), JOC (Jovens operários), JIC (Juventude independente Católica) e JUC (Juventude Universitária) ajudou-lhe na formação de pré-disposições políticas.

Araújo participava de congressos nacionais e seminários, “estes movimentos eram o que poderíamos dizer ‘a menina dos olhos’ da Igreja Católica, havia uma palavra muito bonita que se chamava engajamento, a Igreja influenciava muito, dizia que todos os jovens deveriam ser engajados. Então a CNBB dava muito apoio à esses movimentos”⁵⁹. Sua trajetória dentro deste movimento demonstra ser ascendente, na medida em que pouco à pouco foi se envolvendo e passando a liderar um dos núcleos de jovens que tinham ligação direta com a universidade: “então a JUC foi uma das grandes responsáveis que me levaram mais tarde a me ligar na ideologia verde, por exemplo, nesse momento eu percebi questões muito importantes. Aprendi preservar um espírito de grupo, sabe”⁶⁰.

Segundo os dados coletados em entrevista, sua ligação com a juventude Católica lhe trouxe um tipo de “gosto” pela questão política, mas foi sua passagem pela Alemanha (período em que esteve fazendo pós-graduação naquele país), que marcou seus primeiros contatos com a política partidária, em específico, com a “política verde”. Nessa fase de sua vida, passou a ter acesso a uma leitura sobre “os Verdes” e ouvia entrevistas e palestras a

⁵⁹ Trecho da entrevista 5: realizada em Agosto de 2012.

⁶⁰ Trecho da entrevista 5: realizada em Agosto de 2012.

respeito desse partido. Permaneceu na Alemanha por dois anos, retornando ao Brasil em 1972.

Na ocasião de seu retorno, segundo o mesmo, com uma bagagem de leitura que havia feito durante o período que esteve estudando e, mais do que isso, com a experiência adquirida através de contatos estabelecidos com exilados brasileiros que estavam vivendo naquele país, passou a sustentar a ideia de que havia a necessidade de discutir mais as questões ambientais em Sergipe. Nesse sentido, passou a discutir essas questões em suas aulas na própria universidade: “sempre quando tinha oportunidade, em minhas aulas, eu falava sobre questões políticas e sempre falava do *Die Grünen* e da importância que devíamos ter com o meio ambiente. Mais isso tudo era apresentado com bastante cuidado”.

Veja o seguinte, eu tinha retornado da Alemanha, em 1972, lá eu tinha lido, ouvido entrevistas, assistido palestras de pessoas que falavam do partido verde de lá, que lá não é partido verde é só “os verdes”, então, o mundo falava sempre em poluição, houve uma época, mais ou menos por essa data mesmo, a usina de Chernobio também, né, quer dizer, nessa época, meio ambiente era uma questão não só de cunho intelectual, mais de todos, ainda que só os mais preparados conseguissem captar o que estava por trás das questões ambientais, quer dizer, a grande massa ainda não conseguia captar os problemas relacionados ao meio ambiente, então cabia à nós direcionar o olhar dessa massa [...] então, com a ida a Alemanha, eu percebi a relação entre uma coisa e outra, quando cheguei lá, vi e conheci muita gente que era exilados político ou refugiado político, e que haviam fugido do Brasil pelas fronteiras e viviam lá à míngua, entendeu, então esses relatos todos iam me levando a uma visão de protesto à essas coisas, quer dizer, tudo isso mexia minha cabeça. Quer dizer, eu passei a ter por meio do que presenciei lá uma posição bastante contrária ao governo brasileiro, mais por outro lado, eu era funcionário do próprio governo federal e precisava sustentar minha família, meu pai havia falecido recentemente, em 1968, e isso impedia qualquer manifestação minha, então eu ficava assim, sempre numa situação desconfortável. (Trecho da entrevista 5: realizada em Agosto de 2012).

O fato é que não havia a possibilidade de levar à fundo a formação de um partido político no Brasil, já que a estrutura política da época não permitia isso. Dessa forma, teve então que fazer outro tipo de mobilização, seja através das suas aulas na universidade ou mesmo nos contatos com amigos e parentes. Esse quadro só veio a sofrer alterações mediante a abertura política, mais especificamente no ano de 1987 com o início da expansão do Partido Verde para outras regiões do país.

Naquele momento, o contato do professor Araújo foi estabelecido através de um amigo em comum de Fernando Gabeira (de nome Maciel Holanda Sechinato) que, apesar de não termos muitas informações sobre ele, sabemos que era natural de Mogi-Guaçu (SP) e

havia vindo para Sergipe tentar o vestibular pela UFS. Nessa época, Maciel permaneceu por um bom tempo no Estado, e acabou se tornando aluno do professor Araújo em uma das disciplinas optativas que lecionava. Em face dessa aproximação os dois passaram a discutir questões em comum sobre o meio ambiente e política partidária. Como já militava no PV em sua cidade natal, Maciel passou a intermediar diálogos entre o professor Araújo e Fernando Gabeira, fazendo com que Fernando Gabeira passasse a vir frequentemente para Sergipe (ver reportagem Fernando Gabeira em visita à Sergipe em anexo):

Para você ter uma ideia Gabeira era uma quase um mito para grande parte da população intelectual brasileira, veja que ele já tinha sido torturado, preso, sequestrou um embaixador dos EUA, eu soube de suas aventuras por que lá na Alemanha isso passava a todo instante, então, eu não hesitei em concordar com essa possibilidade, então, tempos depois, quando eu já trabalhava no CECH, um telefonema, aí vem minha secretária e fala que tinha um senhor chamado Gabeira no telefone, eu nem acreditei, quando peguei o telefone ele se identificou e eu também, agendou a vinda aqui⁶¹

Atendendo a um telefone de Fernando Gabeira, contato feito por um aluno meu na UFS, Marcel, filiado ao PV de Mogi-Guaçu (SP), me comprometi a organizar em SE o PV. O interesse de Gabeira era porque é um estudo pequeno, com apenas 75 municípios e, portanto, só haveria necessidade de constituir 15 diretórios municipais. Assim SE poderia integrar o número mínimo de estados exigidos por lei para obter o registro definitivo. A lei partidária dava prazos para partido cumprir até obter esse registro⁶².

Em 1987 o Partido Verde inicia seu processo de institucionalização. Apesar do envolvimento de vários agentes, poucos possuíam o conhecimento de como formar um partido político, “ou melhor, não possuíam nenhum tipo de conhecimento de como fazê-lo”⁶³. Na época, o único que possuía algum tipo de experiência partidária era Gesival, um militante do MR8, uma das correntes do movimento estudantil, quer dizer, a única experiência partidária era com a política estudantil. Esta baixa experiência partidária levou o grupo a algumas dificuldades iniciais, tanto que só conseguiriam o registro em 1988. Neste mesmo ano começaram a filiar novos partidários e já disputaram a primeira eleição em Sergipe: “éramos ‘ousados’ a ponto de já lançar candidatura própria para prefeito de Aracaju [...] é, de fato fomos metidos”⁶⁴. Outro fato que chamava a atenção e que está relacionado a essa entrada na disputa política é com relação aos desacordos existentes dentro do grupo inicial a respeito de disputar ou não esta eleição de 1988. Parte do grupo achava que o partido deveria

⁶¹ Trecho da entrevista 5: realizada em Agosto de 2012.

⁶² Entrevista cedida pelo Sr. José Araújo filho por meio de correio eletrônico e data de 22/10/2011.

⁶³ Trecho da entrevista 5: realizada em Agosto de 2012.

⁶⁴ Trecho da entrevista 1: realizada em setembro de 2011.

ser uma espécie de instrumento para os movimentos ambientalistas existentes, ou seja, o partido deveria ficar alheio às disputas eleitorais, já o outro grupo achava que o partido deveria disputar eleições e, assim, se inserir no universo político local.

Mas o interessante nesta eleição é que dentro do próprio grupo havia uma discussão, pois ainda estávamos dentro daquela questão de que alguns do grupo achavam e defendiam a ideia de que devíamos ser movimento e que não devíamos nem participar de eleições né, ainda estava nisso enquanto outra parte já pensava em disputas políticas (Trecho da entrevista 1: realizada em setembro de 2011).

Conforme exposto no trecho acima, se percebe que o debate a respeito da postura do partido no Estado se aproxima muito da discussão no plano nacional. O desfecho foi semelhante e o partido disputa as eleições daquele ano. Mesmo assim, o êxito era muito remoto, na medida em que o partido não possuía um “bom” nome para disputar a eleição. Apesar de o professor Araújo ser uma figura bastante conhecida no meio acadêmico, se recusou a disputar o cargo eletivo, optando por fazer parte do corpo administrativo da campanha. Nesta ocasião surge, como sugestão de Lizaldo Vieira, o nome de Paulo Dantas, mais conhecido como “Paulo Caranguejo” (já apresentado anteriormente). Tratava-se de um candidato bastante “alternativo”, pois “só andava de bicicleta, ele [...] ele sempre fazia murais ecológicos que ele mesmo pintava, então foi uma campanha bem interessante e sem muitos recursos, quase nada! Na verdade sem recurso nenhum, a gente chegava assim nas campanhas de televisão pegava espaço pequeno, era o que tava lá, acho que cerca de cinco minutos para fazer as gravações e pronto⁶⁵”.

À exemplo das dificuldades observadas pelo grupo que fundou o PV nacional, em Sergipe também notamos uma relativa ausência de capital político e de experiência política entre seus fundadores. Ao que tudo indica isso se deve, em alguma medida, à posição ocupada pelo PV no espaço político da época, pois era um partido sem grande expressão, inclusive, nacionalmente, e não tinha um “nome” que pudesse ser colocado como grande político. O que havia, tanto na esfera nacional quanto na estadual, eram nomes de agentes de acordo com a própria condição detida pelo PV dentro do jogo político. De fato, o que estava em jogo neste primeiro momento não era o êxito eleitoral, mas sim, como foi demonstrado por alguns dos entrevistados, demonstrar que já havia sido constituído o partido no Estado. Desta forma, a formação do partido em Sergipe teve como base um grupo diretamente relacionado à UFS. O pragmatismo por trás desse grupo favoreceu sua rápida inserção em outros municípios do

⁶⁵ Trecho da entrevista 1: realizada em setembro de 2011.

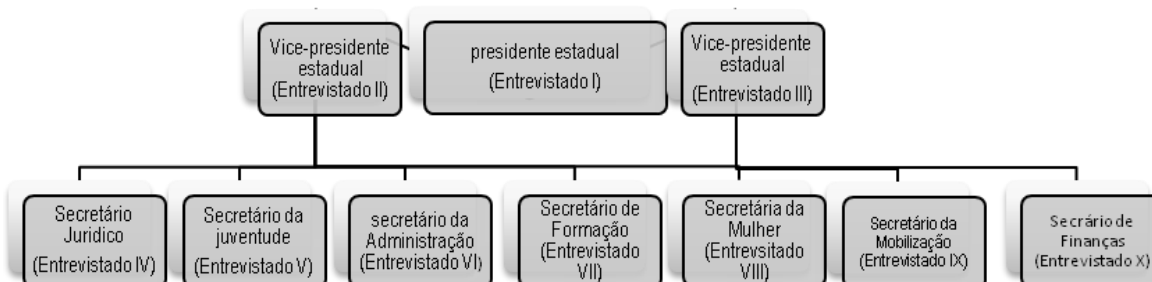
Estado, haja vista que diante dos pré-requisitos criados pelo TSE havia a necessidade de formar diretórios em, no mínimo, 15 municípios do Estado.

Outra pessoa igualmente importante para este momento foi Reynaldo Nunes. Ele foi um dos fundadores do PV em Sergipe no ano de 1987, candidatou-se a vice-prefeito de Aracaju em 1988 e 2000 e a prefeito em 2012 pelo Partido Verde. Participou ativamente do movimento estudantil na UFS, sendo diretor do DALEC (Diretório Acadêmico Livre de Engenharia Civil), membro do CONSU (Conselho Superior Universitário), presidente da AAU (Associação Atlética Universitária) e Coordenador Geral do DCE (Diretório Central dos Estudantes).

Reynaldo Nunes, 47 anos, formado em Engenharia Civil pela UFS, foi professor da rede estadual de ensino de Sergipe e é servidor concursado do Fisco Estadual. Também foi Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente da ADEMA, enquanto esteve na direção desses órgãos priorizou a revitalização do Rio São Francisco, e também a elaboração de uma Política de resíduos Sólidos para Sergipe, assim como, pelo fortalecimento do Sistema de Licenciamento Ambiental. Participou da Coordenação Nacional da Campanha de Marina Silva à presidência pelo PV, atuando na parte financeira e coordenou a campanha no Estado de Sergipe. Atualmente é Secretário nacional de Finanças e presidente estadual do PV em Sergipe.

Vejamos abaixo a estrutura hierárquica do Partido Verde no Estado, no qual está estruturado boa parte dos atores apresentados até o momento:

Organograma I – Estrutura do Partido Verde em Sergipe



Fonte: Entrevistas.

Estamos demonstrando ao longo deste capítulo que a rede informal que constituiu o PV em Sergipe tem suas origens na UFS em finais da década de 1980 numa época em que o grupo fundador estava envolvido, em alguma medida, com o Conselho Superior Universitário.

Assim, a UFS se torna um importante espaço para o processo de formação do PV, mas não somente deste como também de outros partidos e movimentos sociais, pois iniciaram o desenvolvimento de redes informais que perdurariam até hoje. Exemplo disso pode ser o fato de que pelo menos três dos líderes que estão no partido até hoje advém desse momento “embrionário”. Este é o caso do Entrevistado 1, um engenheiro civil que, atualmente, é servidor público concursado lotado no “Fisco Estadual”. Segundo relato, os primeiros contatos deste com a política partidária se deram durante a passagem pela universidade. Ocorre que o mesmo não presenciava dentro de casa um ambiente favorável a aquisição do “gosto” pela atividade política, ao que tudo indica seus primeiros contatos com a discussão ocorreu mesmo durante os momentos em que se reunia no Conselho Superior Universitário.

Apesar de sua participação no Conselho naquele momento não se mostrar verdadeiramente indispensável, este passou a adquirir uma “gramática” política que lhe permitiu a aquisição de competências e saberes necessários ao partido. Ocorre que este agente passaria a se tornar um bom exemplo do papel do partido na construção de saberes próprios da política. Ou seja, sua “alfabetização” para a política se deu mediante a socialização no PV. Sobre essa questão, em Villalba (1996) nos apresenta algumas reflexões acerca da politização dos “verdes” na França. Segundo o autor, há uma baixa politização dos membros desse partido na França, essa característica acaba por fazer deste partido um importante espaço de politização e de aquisição de saberes necessários à carreira política. No caso que estamos tratando, o entrevistado não só demonstrou ter adquirido tais competências no PV como também permanece neste partido até hoje. Além disso, acrescenta-se que, salvo alguns momentos, Reynaldo Nunes tem acumulado a função de presidente do partido no Estado desde a década de 1990.

Além das questões relacionadas às características sociais dos aderentes políticos, é necessário observar que a adesão está também relacionada a questões afetivas. Pensando no conjunto de variáveis que levam à adesão no partido Fretel (2011) nos permite observar questões relacionadas ao que ele chama de osmose social que ocorre entre o perfil do membro e a organização política que ele implanta seu militância. Para o autor, quase nunca existe uma coincidência estrita entre as disposições sociais dos apoiantes e o nome do partido, esta iniciação é de caráter decisivo e levanta a questão de como o militante se tornar compatível com o partido. Para assumir este novo papel, a assumir esta posição e exposição social que acarreta o trabalho em si mesmo é inevitável. O autor aponta para um tipo de exercício de conversão, essa conversão não ocorreria de forma brusca, na medida em que os aderentes estariam sempre preparados para o ambiente do partido ao qual se engaja.

Estamos argumentando ao longo deste capítulo a respeito das condições sociais e históricas que propiciaram a formação do PV no Brasil e sua institucionalização em Sergipe. Argumentamos também que estas condições foram favorecidas pela redemocratização. Por sinal, a abertura política proveniente deste momento da história recente do país permitiu a inserção de agentes que durante o período de repressão estavam de “fora” do jogo político a entrada progressiva e gradual neste universo. No geral, os líderes dos partidos políticos que estavam a se formar, sobretudo, a partir do início da década de 1980 estavam envolvidos em movimentos sociais (ambientalistas, movimento negro, de gênero, homossexuais entre outros) ou mesmo partidários (como é o caso de lideranças políticas que “reformaram” partidos como Arena e MDB). Dentro deste contexto de mudanças políticas e históricas surgem as condições “perfeitas” para a formação/institucionalização do PV.

A formação do PV no Estado, por sinal, se mostrou fruto de uma dinâmica bastante comum daquele momento, a da relação entre a UFS e seus funcionários, alunos e professores no que concerne à formação de grupos contestadores ao regime vigente. Esta instituição funcionou para o grupo fundador do PV no Estado como um importante espaço de socialização e de recrutamento. Todavia, ainda que o grupo que constituiu a base inicial do partido no Estado tenha contribuído enormemente para sua fundação, observa-se que vários destes passariam, por motivos diversos, a se desengajar do partido. Ocorre que ao longo de sua história o partido que fora criado para defender uma bandeira própria se inseriu, assim como tantos outros, no universo político, um espaço onde os “bens” objetivados são mais direcionados ao acesso ao “poder” do que às defesas da causa ambiental. Sobre isso, podemos dizer que o partido passou por inúmeras transformações ao longo destas últimas décadas. O perfil predominantemente militante dos fundadores do partido deu espaço a políticos desprovidos, salvo alguns casos, de capital militante e o PV hoje se tornou um espaço de socialização e de aquisição de saberes políticos. Sobre essa questão, à exemplo do ocorrido em fins dos anos 1980, o partido ainda hoje recruta agentes com baixo capital político e militante, ou seja, podemos entender o PV sergipano como um espaço dos “excluídos” dos partidos “maiores”.

Atualmente, a relação estreita do PV sergipano com partidos de direita sugere que suas lideranças (ou ao menos uma parte dela) objetivam inserir-se nos “aparelhos” do Estado. Para além disso, o que percebemos nas entrevistas é que o fato de ser dirigente deste partido pode ser convertido em um “trunfo” utilizável no sentido de garantir maiores possibilidades de sucesso nas disputas internas no tocante à escolha dos representantes do partido durante nas eleições, bem como para a ocupação de postos na esfera do governo.

CAPÍTULO II

AS BASES SOCIAIS DE RECRUTAMENTO DOS LÍDERES DO PARTIDO VERDE EM SERGIPE

Este capítulo objetiva analisar o processo de recrutamento de líderes do Partido Verde sergipano, procurando dar conta do conjunto de recursos associados aos princípios de entrada e de acesso aos cargos de liderança deste partido. Para atingir tal objetivo, verificou-se a necessidade de investigar as características sociais dos agentes que investem na carreira de líder político do partido em questão. Assim procedendo, o estudo proposto busca compreender o espaço social e político em que ocorre esse recrutamento, bem como verificar em que medida as posições socialmente ocupadas pelos agentes selecionados exercem influência no tocante ao acúmulo de recursos passíveis de serem utilizados no sentido da ocupação de cargos no interior da agremiação.

Deste modo, para a análise aqui empreendida, acrescentamos o exame de algumas propriedades sociais e das trajetórias desses líderes. Tal investigação permitirá mostrar os condicionantes sociais (herança familiar, posse de determinados recursos sociais, passagem por universidades, experiências acumuladas, entre outros) que permitem o exercício da liderança político-partidária por parte dos agentes considerados. Isso se justifica na medida em que as posições ocupadas no interior deste partido se colocam como resultado de dinâmicas sociais e de um conjunto de tomadas de posição que caracterizam os deslocamentos internos e a apreensão dos “códigos partidários”. Deste modo, a investigação permite revelar as múltiplas estratégias de carreira e a base dos recursos sociais utilizados por certos agentes para o acesso aos cargos de liderança. Trata-se, portanto, de apreender quais recursos sociais estão na base do processo de recrutamento desse grupo dirigente e como esses agentes lançam mão de tais recursos para acessarem cargos de liderança no partido.

A partir de uma agenda de pesquisa que combinam pressupostos da “sociologia do engajamento” e da “sociologia política” foi desenvolvida uma estratégia teórico-metodológica que permitiu a compreensão da relação entre recursos sociais, culturais e saberes acumulados com o acesso a cargos de destaque no PV sergipano. Tudo isso foi realizado buscando entender os investimentos que estas lideranças fizeram no decorrer de seus trajetos sociais e que os capacitam a assumir os respectivos cargos. Defendemos, portanto, que o engajamento é resultado de um conjunto de tomadas de posição que antecedem o próprio momento em que

o agente “alcança” a posição de liderança partidária. Ou seja, a categoria engajamento aqui é entendida como resultado de uma dinâmica processual e *configuracional*, na medida em que delibera sobre o que poderíamos chamar de disposição ao engajamento um conjunto de fatores, tais como, “origens familiares extensas, origem geográfica e deslocamentos, posições sociais, situações e trajetória do grupo familiar, itinerário escolar e relações com a cultura, pertencimentos profissionais, étnicos e políticos, orientações sexuais e religiosas, acasos e experiências individuais, redes de relações, opções ideológicas, conjunturas históricas” (SEIDL, 2009). Isto é, entender a participação em diferentes esferas sociais e a formação prévia de condições favoráveis ao engajamento e ao exercício de liderança partidária se apresenta como o “fio condutor” para a análise proposta.

Em outras palavras, para entender a posição ocupada pelos agentes em questão se fez necessário um recuo no tempo, através de um exame dos itinerários (social, educacional, profissional e associativo) destes mesmos agentes, que permitisse uma compreensão acerca do conjunto dos recursos disponíveis e acionado pelos agentes considerados, e como a posse/acionamento deste destes recursos possibilitou a ascensão aos cargos de destaque no partido. Para tanto, alguns indicadores nos serviram de auxílio na apreensão deste processo, são estes: i) Quadros de percepção: em que medida a socialização em grupos (família, vizinhos, amigos) interfere no “gosto” pela política partidária? Em que medida a passagem por escolas secundárias e universidades influencia na entrada de agentes na política partidária?; ii) Redes Sociais: em que medida as redes (formais e/ou informais) influenciam nas disposições dos agentes selecionados para a inserção no universo político-partidário?; iii) Envolvimento político-associativo: em que medida a participação em movimentos sociais, ONGs, entidades filantrópicas interferem na entrada e permanência no PV?; iv) Reconversão de recursos: quais recursos são indispensáveis para a ocupação de cargos de liderança no PV sergipano? Estes indicadores possibilitaram a compreensão de como a posse de diferentes recursos (social, cultural e familiar) pode funcionar no tocante ao jogo que permite o acesso aos cargos de liderança no partido em questão.

2.1 Condicionantes sociais do engajamento: socialização e aquisição de disposições

A partir da análise dos trajetos sociais dos líderes do PV no Estado, notou-se uma heterogeneidade quanto aos fatores de entrada na vida política e, conseqüentemente, no engajamento partidário. À exemplo de Bourdieu (1980; 2007b; 2011), alguns trabalhos têm demonstrado que as condições que operam sobre as disposições para a participação política

estão associadas a condições desiguais de origem e de acesso a determinados capitais disponíveis (sociais, econômicos, culturais e políticos). Em termos práticos, isso significa dizer que as disposições e as competências que o engajamento político exige são apreendidas ao longo do trajeto social dos agentes envolvidos, ao mesmo passo em que estes elementos também se encontram relacionados ao capital de origem e com a posição social ocupada por estes.

Em se tratando do universo pesquisado, este postulado nos ajuda a entender o acesso aos cargos de liderança no PV. Pois, tal acesso se apresenta como resultado do investimento de diferentes recursos sociais (origem familiar, redes sociais extensas, recursos culturais, econômicos, políticos) detidos pelos agentes considerados, de modo que os recursos socialmente adquiridos passam a funcionar como “trunfos” a serem utilizados no sentido de permitir o acesso e a ocupação aos cargos disponíveis no partido. Todavia, vale lembrar que o “peso” exercido por estes recursos sobre o recrutamento das lideranças consideradas na pesquisa só poderia ser verificado a partir de um estudo mais detalhado. Pois, o “peso” que determinados recursos exerce sobre um espaço específico vai depender também dos contextos sociais nos quais os agentes se inserem ao longo de seus itinerários (LAHIRE, 2004). Assim, o conjunto dos recursos e das condutas que servem de “trunfos” para acessar as posições consideradas só pode ser compreendido através de um processo metodológico que dê conta de explicar quais recursos exercem maior ou menor “peso” neste processo.

Este postulado ajuda a justificar a opção da investigação proposta, na medida em que a partir da análise das trajetórias dos agentes envolvidos tornou-se possível compreender questões mais amplas relacionadas ao peso que os recursos detidos (de origem ou adquiridos) exercem sobre contextos específicos. Assim, esta investigação demonstrou que a origem, a trajetória e as posições sociais estruturam *disposições duráveis* que ajudam no entendimento dos fatores que presidem e explicam o envolvimento político-partidário. Ou seja, tal como Offerlé (1999), defendemos que o *social background* é um elemento fundamental para a análise da profissão política. Nesta mesma direção, Putnam (1976) observa que o estudo sobre a origem social das elites é muito importante, pois essa conduta investigativa diz mais sobre as características da sociedade em que os membros são recrutados do que uma investigação da elite nela mesma, que ficaria restrita a própria conduta desse grupo. Portanto, através da análise proposta conseguimos destacar e hierarquizar os principais fatores sociais desse tipo de engajamento, bem como os impactos que a posse de determinados recursos têm sobre o processo de ascensão aos postos de liderança disponíveis no partido.

Para tanto, entender e descrever este processo envolve a apreensão das motivações e dos efeitos que a estrutura relacional e cultural exerce sobre o “gosto” no sentido de criar *predisposições* para o engajamento político associativo. Segundo apontado por Marengo e Serna (2007), investigar as diferentes carreiras políticas e os mecanismos de recrutamento dos agentes envolvidos exige que se investigue as posições sociais originárias dos políticos. Também segundo os mesmos autores, essa conduta investigativa contribui tanto para esclarecer as bases sociais de recrutamento dos dirigentes dos partidos e da classe política, quanto para fazer uma aproximação das relações entre a representação política e a representação de grupos e de categorias sociais⁶⁶.

Esta constatação nos serve de argumento na medida em que torna necessária uma investigação que trate de explicar, a partir de um contato mais próximo entre pesquisador e pesquisado, como se opera o recrutamento de lideranças partidárias. Ai também se encontra a relevância sociológica do trabalho em tela, sendo que nossa proposta trouxe algumas contribuições para a literatura sociológica se caracterizando como uma análise que antecede os que “chegam lá” (BRAGA, 2006; BOLOGNESI, 2009; PERISSINOTTO e BOLOGNESI, 2008), ou mesmo dos “selecionados” que os membros das elites partidárias escolhem. Ou seja, nossa investigação se inseriu, portanto, em um momento mais embrionário da investigação sobre elite política, já que analisou os “selecionadores” partidários, um universo mais específico composto por um grupo que dirige e comanda um partido político. Assim, os resultados obtidos demonstraram alguns pontos pouco estudados em outras investigações.

Em se tratando do universo investigado, os quadros interpretativos que lidam com o questionamento sobre os fatores que explicam a posição ocupada no partido, ou mesmo o “gosto” pela política, observou-se uma relativa heterogeneidade no tocante às respostas obtidas. Os dados colhidos revelam que, em sua maioria, os entrevistados lançavam mão de explicações ligadas ao seu passado que justificassem sua posição no partido. Havia um esforço continuo destes para apresentar experiências, saberes, recursos (de origem ou adquiridos) que dessem sentido e explicassem a militância político-partidária. Em outras palavras, cada entrevistado demonstrou que seu envolvimento no PV se relaciona à posse de recursos específicos e adquiridos ao longo de suas inferências em espaços variados. Isso nos leva a crer que o peso atribuído a um recurso específico teria relação direta com a posse dele por um determinado agente. Exemplo disso é o fato de que enquanto alguns entrevistados dispõem de uma carreira militante representada por inserções simultâneas em sindicatos,

⁶⁶ Cf. Marengo e Serna, op. cit. p. 3.

movimento estudantil, manifestações culturais e populares, demonstrando a posse do que poderíamos chamar de *capital militante* e, em função disso, atribuem a esta carreira a justificativa de sua posição no partido, outros que não dispõem desse tipo de recurso buscam associar outros “trunfos” como sendo passíveis de serem acionados para favorecer a ocupação dos postos disponíveis no partido, acionando, muitas vezes os laços familiares ou mesmo as redes de relações extensas (amigos, parentes) entre outras.

2.2 Entrando no “mundo da política”

Desta forma, os pontos a serem tratados neste capítulo têm como objetivo mostrar como se constitui o grupo dirigente considerado e qual a composição social deste. Para tanto, será demonstrado quais as características sociais em termos de idade, sexo e distribuição de funções do grupo pesquisado. Mas não somente isso, como também os recursos que os agentes considerados dispõem para serem designados como líderes do partido.

Ao analisar as trajetórias sociais dos dez (10) líderes considerados, foi possível identificar que tratamos de um grupo bastante heterogêneo em termos de idade, sexo e distribuição de renda. A esse respeito, dos dez entrevistados três (3/10 ou 30%) estão na faixa etária dos 30 aos 40 anos, três (3/10 ou 30%) ocupam a faixa etária entre 40 e 50 anos, dois (2/10 ou 20%) possuem entre 50 e 60 anos e dois (2/10 ou 20%) têm entre 60 e 70 anos de idade. Por um lado, esses primeiros dados indicam que estamos lidando com um universo empírico bastante heterogêneo no tocante à idade de seus membros e deixa clara a existência uma distancia razoável quanto a idade do mais velho e do mais novo. Por conseguinte, observamos que os mais velhos são oriundos da primeira formação do partido no em Sergipe. Dos entrevistados três agentes (3/10 ou 30%) são oriundos da primeira formação do partido no Estado, enquanto os outros sete agentes (7/10 ou 70%) entraram no partido durante a década de 2000.

Quanto à divisão sexual dos líderes do partido, nota-se que apesar do discurso de igualdade de gênero e de esforços da própria constituição federal representadas na lei nº 9.504/1997⁶⁷, o PV não é um partido em que há uma boa mescla entre dirigentes do sexo masculino e feminino (ver Quadro V). À exemplo de outros partidos (RODRIGUES, 2009; PERISSINOTTO e BOLOGNESI, 2009), os dados revelam que o grupo dirigente do qual

⁶⁷ Esta lei assegura um percentual mínimo de 30% e máximo 70% para cada sexo na lista dos partidos políticos, todavia, a lei nº 64228 de 8/09/2010, defende ser irrelevante o surgimento de fração, ainda que superior a 0,5% (meio por cento), em relação a quaisquer dos gêneros, se o partido político deixar de esgotar as possibilidades de indicação de candidatos.

trata esta pesquisa permanece predominantemente masculino. Para ser mais específico, dos entrevistados apenas um (1/10), ou seja, apenas 10% do grupo considerado representa o sexo feminino, enquanto que o restante (9/10 ou 90% dos entrevistados) são do sexo masculino. A esse respeito, dado o fato de a única mulher a ocupar posição de destaque no partido ocupar o posto de Secretária da Mulher, é possível apontar que a ocupação de postos de liderança no partido representa uma divisão também de “competências” no sentido de quem pode falar em nome de determinado grupo. É importante mencionar que este trabalho não analisou a divisão sexual dos postos disponíveis no PV sergipano considerando as posições de liderança enquanto uma prática estritamente masculina e em que as mulheres ocupariam postos segregados e com pouca influência no partido. Com efeito, esses dados podem ser lidos como resultantes das disputas por espaço no universo político-partidário. Ou seja, se temos mais homens do que mulheres no conjunto dos integrantes dos partidos políticos é mais provável que os principais cargos nestas instituições sejam ocupados por pessoas do sexo masculino, enquanto às mulheres restariam os postos que refletem, em alguma medida, sua própria condição de gênero. O trecho à seguir é demonstrativo dessa segunda assertiva:

Sou envolvida com o partido há muito tempo, sabe? Quando comecei a me envolver com o PV buscava um partido sério e com pouco ‘rabo preso’ como outros que vemos por ai. Por isso aceitei me tornar secretária da mulher, mesmo sabendo que se trata de um espaço onde a presença de mulheres ainda é baixa, sei da importância que tenho para o partido, sempre participo de eleições, ajudo no que for preciso, sabe [...] quanto fui convidada para ser secretária da mulher, me falaram que era preciso que eu me dedicasse a essa função, isso me ajudaria em momentos de eleição, me traria maior visibilidade dentro e fora do partido [...] vejo isso de modo bastante positivo e quero continuar até quando der, sabe. (Entrevistado VIII).

A afirmação “buscava um partido sério e com pouco ‘rabo preso’” implica em dizer que deliberou sobre sua escolha de entrar no partido o fato de este representar o que ela almejava para sua “carreira” política. Ou seja, tal como também citado por agentes do sexo masculino, o PV é um partido com baixa expressão política em Sergipe possibilitando aos que pleiteiam disputar cargos e mesmo assumir postos de destaque a obtenção desse objetivo mediante menor esforço. Essa questão sugere, por um lado, que lidamos com um objeto empírico singular em que as posições ocupadas por suas lideranças se mostram resultantes de um recrutamento a partir de redes de amizade e de conhecimento, cabendo aos líderes estabelecer os critérios de recrutamento caso a caso. Por outro lado, para os entrevistados, ao menos para boa parte deles, a posição ocupada no PV não poderia ser alcançada caso fosse objetivada em um partido “maior”. Como diz a entrevistada em questão: “eu não teria entrado

em outro partido e, mesmo se entrasse seria só pra disputar eleição, eu queria só isso, sabe. Mas, consegui me tornar membro da ‘executiva do partido’ [...] isso me levou a conhecer um pouco mais sobre política, participando de reuniões e eleições”. A fala da entrevistada demonstra, entre outras coisas, seu ponto de vista a respeito da posição ocupada, pois a mesma evidencia que sua ascensão na agremiação se deu à medida que passou a “conhecer um pouco mais sobre política”.

Sobre esta questão, o fato de fazer parte da “executiva” estadual do partido confere aos seus líderes algumas vantagens no tocante à escolha de representantes partidários. Além disso, concede a estes uma um conjunto específico de “saberes” e “competências” que só pode ser apreendido mediante a vivência no partido, saberes estes que podem ser acionados como “trunfos” durante o “tempo da política”. Ou seja, observou-se que o fato de estar à frente de algum posto de direção no partido confere, no momento do pleito, aos ocupantes deste posto um recurso acionável no sentido do acesso a um número maior de eleitores. Em relação à citada líder, o fato de estar à frente da “Secretaria Estadual do PV Mulher” lhe concede uma oportunidade de acessar um público específico que “se identificar” com seu “discurso feminista”. A esse respeito, a competência social – e o reconhecimento dessa competência – é, segundo Bourdieu (2007b), a capacidade de pessoas ou grupo de pessoas se sentirem autorizadas à falar em nome de um grupo sobre determinado tema, na medida em que estes recebem uma espécie de “cheque em branco” que lhes transfere tal competência e que, conseqüentemente, lhes dão mais confiança na capacidade de falar sobre determinado tema. Ou seja, o fato de ser do sexo feminino e ocupar a posição de secretária da mulher no PV confere a agente em questão o reconhecimento social e a aceitação de suas competências como legítimas para falar sobre gênero e em nome de um grupo político (o das mulheres).

A exploração dessa condição pode ser observada quando observamos a conjugação entre posto ocupado no partido e saberes técnicos e profissionais num mesmo espaço. Segundo um sítio eletrônico que apresenta politicamente a então candidata (entrevistada VIII), trata-se de uma mulher que ocupa o posto de “Secretária Estadual do PV Mulher” e “formada em Gestão Pública e licenciatura já exerceu cargo na Secretaria Estadual da Educação”⁶⁸.

⁶⁸ Disponível em: <http://www.artdevender.com/2012/06/partido-verde-aracaju-se-lanca-claudia.html>. visualizado em 24/12/2012 às 16:06.

Quadro V
Distribuição de cargos dos Líderes do PV por Gênero

Gênero	Número de Líderes	%
MASCULINO	9	90%
FEMININO	1	10%

Fonte: Entrevistas.

Esses dados permitem mostrar que no que diz respeito à divisão por gênero, o universo dos líderes do PV sergipano é predominantemente masculino. Em relação à inserção das mulheres no partido, além de representarem uma minoria, observou-se que a posição ocupada por elas reflete sua própria condição de gênero, na medida em que ocupam posições que, em tese, não poderiam ser ocupadas por homens.

Em relação à idade destes, observamos que se trata de um conjunto de agentes com idade superior aos 30 anos, sendo que chama à atenção o fato de (4/10 ou 40%) possuírem idade superior aos 50 anos, sendo que destes (2/4 ou 50%) possuem entre 60 e 70 anos. Todavia, ao que tudo indica este quadro de líderes partidários com idade elevada não é uma particularidade do PV sergipano. Contrário disso, a literatura tem demonstrado que, no geral, quando se trata da idade dos membros a composição social dos partidos brasileiros é de agentes com idade superior aos 40 anos. Isso ocorre por que com o tempo os atores sociais tendem a acumular recursos econômicos e profissionais, recursos estes que podem ser potencializados e convertidos em “trunfos” para o acesso mais efetivo aos postos de comando nos espaços onde estão inseridos. Ao analisar lideranças de partidos variados, Rodrigues (2009) observou que, em sua grande maioria, essas lideranças tendem a acessar os postos de destaque com idade avançada. Isso ocorre, segundo o mesmo autor, por que “o patrimônio tende a crescer com a idade, o que significa dizer que cresce com o tempo numa (ou mais) atividade ocupacional” (RODRIGUES, 2009, p. 57).

Os dados apresentados até o momento trazem à tona características a respeito do grupo considerado neste trabalho. Contudo, esses dados mais gerais quanto à idade e ao sexo dos líderes do partido precisam ser associados também a outros indicadores, pois somente através dessa conjugação é que poderemos acessar de maneira mais contundente as variáveis por trás do recrutamento partidário. Portanto, no tópico seguinte passaremos a perseguir outros indicadores, tais como origem social e formação escolar dos genitores e do grupo considerado, competência técnica e exercício profissional, entre outros. Assim, através da relação desses indicadores os dados tratados até o momento podem ganhar mais sentido.

2.3 Origens Sociais e Relações Familiares

A partir da análise das trajetórias dos líderes do PV sergipano alguns indicadores impediram maiores generalizações. Porém, os resultados obtidos demonstraram que estamos lidando com uma elite bastante semelhante à outras elites partidárias. Tal como é observado também em outros partidos (RODRIGUES, 2009), as classes sociais são sub-representadas ou quase ausentes no recrutamento de líderes do partido em questão. Acontece que, em se tratando da origem social destes, há uma predominância de agentes oriundos de classe social média e alta. Os dados revelam que, em sua maioria, os pais dos líderes do PV sergipano ocupam ou ocuparam profissões de média e alta remuneração, divididos da seguinte maneira: em três (3/10) dos casos os líderes do partido são filhos de médios agricultores, comerciantes, e autônomos que, no geral, desempenhavam atividades que não exigiam alto nível de formação escolar; em dois (2/10) casos os pais eram funcionários públicos; em outros dois casos (2/10) eram filhos de profissionais liberais, mais precisamente advogados; em um (1/10) caso o pai era economista; em outro caso (1/10) trata-se de um filho de militar de carreira; e, por fim, identificamos um (1/10) caso em que o pai era professor secundário. Ao tentar relacionar renda e nível escolar, um dos entrevistados aponta:

Meu pai era funcionário público, tinha só o 4º ano primário. Já minha mãe era formada, ela era bacharel em ciências e letras, era formada desde 1937, se formou na Bahia. Quer dizer, minha mãe era uma pessoa de formação excelente. E por isso foi funcionária pública até morrer. Ela era da parte de administração pública. Ela fez curso de administração pública na FUJEVAN, né. E teve curso assim, de dirigir o pessoal do departamento pessoal do governo, né. Já meu pai, trabalhava no setor assim, né [...] bom, quando ele se aposentou ele trabalhava no instituto do açúcar e do álcool. Posteriormente, minha mãe passou a ser funcionária pública federal, É que ela tinha tempo disponível, né, o que favoreceu pra ela se engajar na escola técnica federal, hoje IFES. (Entrevistado IX).

Os níveis de escolaridade dos pais revelam algumas variações: em dois (2/10) casos os genitores tinham 1º grau (completo ou incompleto); em três (3/10) casos estes concluíram o ensino médio; em outros dois (2/10) os genitores não conseguiram concluir o ensino médio; e, por fim, em três (3/10) casos os genitores possuíam diploma de nível superior. Em relação à profissão da mãe: temos quatro (4/10) casos em que a mãe é dona de casa; três (3/10) em que a mãe era funcionária pública, destes últimos uma (1/3) é funcionária pública *via* meritocracia, (mediante concurso público) e as outras duas (2/3) ocupam ou ocuparam postos de confiança conseguido mediante indicação; em um (1/10) caso a mãe é autônoma. Já em

relação a escolarização da mãe: observam-se três (3/10) casos com ensino fundamental completo; um caso (1/10) com o ensino médio incompleto; outros três (3/10) com ensino médio completo; e, por último, três (3/10) casos cujo as mães tinham diploma superior.

No geral, estes dados a respeito do grau de instrução e profissão dos genitores dos líderes do PV sergipano revelam que a maioria dos agentes considerados tem origem social mais elevada, com pais exercendo profissões que requerem um nível técnico médio e alto, reflexo disso, é o nível escolar desses genitores. Todavia, ainda que estes dados contribuam, ao seu modo, para uma primeira ligação entre capital cultural e aquisição de competências políticas (BOURDIEU, 2007b), precisavam ser conjugados com outros indicadores. Neste sentido, passamos a observar a ligação entre capital cultural e social dos genitores e suas influências sobre a inserção do grupo considerado na atividade política (institucional e não institucional) e, conseqüentemente, no recrutamento destes no partido em questão. Especificamente sobre esta questão, não foi observado qualquer elemento que pudesse caracterizar uma ligação entre capital cultural e social dos acedentes e recrutamento de lideranças do partido. Ou seja, ao que tudo indica, mesmo quando os pais possuíam nível técnico e econômico elevado, isso não se configurou como um *link* entre seus filhos e acesso aos postos disponíveis no partido.

Contudo, ainda que não tenha sido observada tal ligação, é possível dizer que o capital cultural e econômico dos genitores deliberaria sobre a carreira escolar das lideranças consideradas, na medida em que os dados revelaram que um coeficiente de 90%⁶⁹ dos dirigentes já tiveram passagens por universidades. Neste sentido, é possível dizer que os dados acerca da formação escolar dos líderes do PV sergipano também fornecem indicações sobre suas origens sociais. Em se tratando dessa questão, observou-se que do conjunto dos dez líderes considerados neste trabalho a formação escolar básica (fundamental e médio) se deu de modo bastante diversificado: quatro (4/10) entrevistados fizeram seus estudos na rede pública de ensino; outros dois (2/10) tiveram formação mista (particular/pública); enquanto que quatro (4/10) iniciaram e concluíram seus estudos na rede particular. No segundo caso, um dos entrevistados apontou que sua migração da escola particular para a pública se deu em função da perda de recursos financeiros de sua família, representado na falência dos negócios da família. Em nenhum dos casos os estudos em escola particular foram subsidiados por auxílio de bolsa de estudos ou coisa desse tipo.

⁶⁹ Esse é um dado bastante geral, na medida em que, não especifica os cursos ou mesmo se estes concluíram ou não, a esse respeito, teremos mais à frente um tópico para tratar dessa questão.

Os dados também revelaram que o investimento em cursos superiores e em cursos de pós-graduação parece ser uma tendência entre os líderes do partido (ver quadro V p. 12). Dos entrevistados, nove (9/10) conseguiram entrar na universidade, sendo que apenas um destes (1/9) não chegou a concluir o curso. Em contraste com este último caso, dois (2/9) dos entrevistados não só terminaram o curso superior como avançaram nos estudos alcançando nível de mestrado (um em educação e outro na área jurídica).

Em relação à passagem pela universidade, dos nove que tiveram acesso à esse nível de estudo quatro (4/9), ou seja, 44,44% dos líderes considerados neste trabalho fizeram seu curso superior em faculdade particular. Destes, nenhum contou com auxílio de bolsa de estudos, todos iniciaram e concluíram com recursos próprios (seus e/ou de seus genitores). Do montante restante, encontramos três (3/9) casos (33,34%) que iniciaram e concluíram seus estudos em universidades federais. Já com relação aos últimos dois (2/10) casos, trata-se de líderes que, apesar de terem passagem por universidades não conseguiram concluir o ensino superior (somando 22,22%). Em relação a estes, o primeiro caso (Entrevistado VI) iniciou em uma universidade particular o curso de administração, tendo trancado no sexto período, o segundo caso (Entrevistado X) trata-se de um líder que tentou por duas vezes concluir o ensino superior, necessário dizer que essas tentativas ocorreram de forma mista, sendo que, num primeiro momento este iniciou o curso de economia em uma universidade particular, tendo trancado ainda no quarto período, tempos depois tentou vestibular para a Universidade Federal de Sergipe, obtendo êxito neste momento, todavia, à exemplo da primeira tentativa, nesta também não obteve êxito ao tentar o curso de história. Esses dados revelam que as condições de acesso aos recursos escolares e culturais dos líderes considerados são relativamente homogêneos. Ilustra isso o fato de lidarmos com um grupo onde o percurso escolar não foi interrompido. Inclusive, nos casos onde ocorreu militância através do envolvimento com a política estudantil (secundarista ou universitária), o ativismo refletiu essa tendência mais linear da formação escolar desse grupo. Quando comparado com os recursos sociais de seus pais, evidencia-se uma ascensão considerável do grupo em questão, pois em sua grande maioria conseguiu entrar no Ensino Superior, inclusive, um número razoável de 20% lograram êxito em cursos de pós-graduação (mestrado especificamente). Alguns dos dados destacados nestes primeiros pontos instrumentalizam a construção do quadro apresentado abaixo.

Quadro VI
Escolaridade e Ocupação Profissional dos Líderes do PV

Nome do Dirigente	Nível escolar	Ocupação profissional
Entrevistado I	Superior Completo (Engenharia Civil)	Servidor Público Estadual
Entrevistado II	Pós-graduação (Mestrado)	Advogado / professor Universitário
Entrevistado III	Ensino Médio completo	Autônomo (produtor cultural e ator)
Entrevistado IV	Superior Completo (Direito)	Advogado / Vereador
Entrevistado V	Superior Completo (Direito)	Advogado
Entrevistado VI	Superior Incompleto (Administração)	Empresário
Entrevistado VII	Pós- Graduação (Mestrado)	Professor
Entrevistado VIII	Superior Completo (Administração)	Outros
Entrevistado IX	Superior Completo (Engenharia agrônoma)	Empresário
Entrevistado X	Superior Incompleto (Economia/história)	Funcionário público Aposentado/ Empresário

Fonte: TSE / Entrevistas

Analisar a relação entre origens sociais e posição ocupada no partido se mostrou bastante pertinente, uma vez que permitiu observar em que medida as posições de destaque nessa agremiação refletem as posições ocupadas na esfera social. Sobre isso, porém, salienta-se o fato de não ter sido observado nenhuma relação entre origens sociais mais altas e acesso aos postos dos quais o partido dispõe. Em outras palavras, embora os dirigentes venham de origens sociais elevadas, dizer que este foi um fator preponderante para o acesso ao grupo se mostra um tanto quanto equivocado. Portanto, é possível dizer que as posições ocupadas no partido não se apresentam como sendo resultado de uma reconversão direta e imediata das posições sociais ocupadas pelo grupo consideradas, mais associadas a este outros recursos que esses líderes dispõem. Ainda que não lide diretamente com o objeto analisado no presente trabalho, mas sim com a composição social das bancadas de diferentes partidos brasileiros, Rodrigues (2009) salienta acerca de alguns perigos em se estabelecer uma relação direta entre o social e o político. Segundo este autor:

Uma das fraquezas desse tipo de análise, que reduz a autonomia do político, deriva de ignorar, ou minimizar, a complexidade das disputas políticas entre os múltiplos grupos de interesses nas democracias de massa, a transformação dos partidos em organizações complexas com interesses específicos e, especialmente, não ver o correlato aparecido do político profissional que irá formar a classe política com valores e objetivos próprios (RODRIGUES, 2009, p.12).

Neste sentido, além das variáveis analisadas no quadro apresentado acima e que tratam do itinerário escolar e familiar, se fez necessário avaliar outros indicadores igualmente pertinentes para a análise proposta. Porém, se investigar o itinerário escolar e familiar não trouxe uma resposta considerável quanto à relação destes elementos e o acesso aos postos disponíveis no partido, essa investigação permitiu, por outro lado, perceber as próprias maneiras que o grupo tem de perceber essa socialização no sentido de sua importância para a “entrada” na atividade política. Ou seja, buscamos avaliar o papel desses espaços na aquisição do desenvolvimento do “gosto” para com a atividade política.

Relevante se mostrou essa questão, sobretudo, a socialização no grupo familiar, na medida em que segundo alguns investigados “a família possibilita as condições financeiras necessárias para ter uma ‘boa’ formação”. Trata-se tanto de currículo escolar e acesso à bens culturais, quanto de um conjunto de valores e saberes valorizados dentro do universo político como, por exemplo, a “capacidade de se doar a uma causa”, a “vontade de querer mudar” ou de “querer ajudar ao próximo” e, em alguns casos em que os pais, avós ou parentes próximos já tenham exercido algum tipo de ocupação política (cargos eletivos, principalmente), a inserção no partido se mostrava como uma tentativa de “dar continuidade a um trabalho”. Trata-se, portanto, de defender a socialização familiar enquanto categoria da prática política não tão diferente do existente em outros grupos sociais (associações profissionais, organizações religiosas, sindicatos etc.). Em outras palavras, defendemos que a socialização familiar exerce “força” sobre a construção do “gosto” pela atividade política e interfere no tempo de entrada dos entrevistados na política.

2.3.1 Socialização familiar e escolar e apreensão do “gosto” pela atividade política.

Entrar na política pode inicialmente significar o acesso a um mundo estruturado por representações políticas. Neste sentido, a socialização política, ou seja, a apreensão de mecanismos e processos transformação dos sistemas individuais de representação e opinião política tornam a infância e a adolescência o primeiro modo de “entrada” na política. Quando falamos em socialização política, estamos considerando as preferências ideológicas e políticas em dado momento, no sentido de tentar apreender “os instrumentos de avaliação e as valorizações (das quais são, em parte, produto), buscando compreender o que essas valorizações devem às diversas socializações constitutivas da experiência do mundo de um indivíduo” (SEIDL, 2009, p. 23).

A maneira de entender a ideia segundo a qual ocorre a adesão em um partido político seria conjugar os efeitos das disposições sociais e individuais, sendo as características das estruturas sociais a primeira a lembrar que as formas como os membros são recrutados não são naturalmente inevitável. Certamente, parece que os adeptos de organizações têm sido muitas vezes "banhados" dentro de universos sociais, sendo conduzidos quase que naturalmente para o engajamento na política. Socialização familiar, especialmente, é um vetor que muitas vezes predispõe a querer defender uma causa, o que ocorre com mais frequência quando os pais são ou eram ativistas políticos, sindicalistas, ou membros de associações (FRETEL, 2011). Ainda segundo Fretel (2011), essa relação era muito visível no caso dos membros do Partido Socialista e o Partido Comunista francês, na medida em que os dados analisados indicavam relativamente numerosos os ativistas que são herdeiros de compromissos familiares anteriores. Em suas palavras:

Bem, entre os membros do Partido Socialista, o Partido Comunista ou da U.M.P. (União Por um Movimento Popular), há relativamente numerosos, que são os herdeiros de compromissos familiares anteriores. Quantas vezes nós ouvimos de ativistas de direita que são assim de uma família "gaullista" ou de parentes "moderados"? Nós sabemos que a herança da família nem sempre é um legado que permanece intacto quando ele vai dez anos depois. Ele pode até mesmo funcionar como ultima ajuda da qual, paradoxalmente, nós construímos uma personalidade política original e uma figura política faz um caminho oposto de seus parentes. Este é o caso, por exemplo, dos filhos de trabalhadores comunistas ou de pequenos funcionários que sempre votaram em socialistas, e hoje em dia são professores e ativistas U.M.P. ou moderno. (FRETEL, 2011, p. 200).

Baseado nessas considerações, buscamos nessa parte do trabalho entender em que medida a socialização na esfera familiar e escolar exerce "força" sobre a construção do "gosto" pela atividade política do grupo considerado. Para tanto, passamos a considerar a família como categoria de prática política dotada de uma capacidade de sociabilidade política não tão diferente do existente em outros grupos sociais (associações profissionais, organizações religiosas, sindicatos etc.).

No processo de identificação dos entrevistados com uma identidade voltada para a aquisição de valores que justificassem o "gosto" pelo envolvimento político-partidário, destacam-se o papel dos laços familiares, sobretudo, a participação efetiva de seus genitores e avós com a política institucional. Em se tratando dos impactos que a socialização familiar tem sobre a entrada dos entrevistados na política partidária os dados mostram que durante a

infância cinco (5/10) dos entrevistados conviveram em um ambiente social favorável à apreensão do que poderíamos chamar de “gosto” pela atividade política e que, destes últimos, pelo menos três (3/5) conviveram com pais ou parentes próximos envolvidos com a política institucional (partidária, sindical, eleitoral). O que chama atenção nestes últimos dados é que entre estes três (3/5) entrevistados que afirmam ter convivido durante a infância e adolescência num ambiente favorável a apreensão do “gosto” pela atividade política, dois (2/3) reconhecem que seu primeiro envolvimento político é resultante das influências de seus avôs e não do convívio com seus pais.

Em se tratando das duas exceções, no primeiro caso (Entrevistado VII) os primeiros contatos com o universo político se deram pelo convívio com seu avô. Neste caso, a origem familiar acaba que se configurando não somente como um elemento de inserção no universo político, mas, e principalmente, seus laços familiares acabariam se convertendo em um “trunfo” político, utilizado tanto para o acesso aos postos disponíveis no partido, quanto como recurso político passível de ser utilizado em disputas eleitorais. Ao que tudo indica, em se tratando deste entrevistado o acionamento dos laços familiares se apresenta como algo natural e constante, sendo verificado por inúmeras vezes durante os encontros entre pesquisador e pesquisado⁷⁰. A principal referência política que marcaria sua infância e adolescência foi seu avô paterno, o qual já fora, entre às décadas de 1960 e 1970, prefeito da cidade de Simão Dias, interior de Sergipe. Já para o segundo caso identificado como exceção do grupo considerado (Entrevistado V) as influências oriundas da origem familiar resultam de seu relacionamento com seu avô materno, acontece que seu avô já foi deputado federal durante a década de 1970. Embora divergentes em alguns pontos, suas trajetórias convergem para o mesmo ponto quando observado de onde parte os motivos que os levaram a ter o primeiro contato com a política. A esse respeito, observa-se o fato de o principal “incentivo” ser seus avôs, em detrimento de um papel mais incisivo de seus genitores quanto à inserção e discussões sobre política.

Para o primeiro caso (Entrevistado VII), por exemplo, o período vivido ao lado de seu avô presenciando o mesmo “servir a cidade” o fez adquirir o desejo de dar continuidade à carreira política e assim “servir a cidade como ele serviu”. Deste modo, sua ligação com o

⁷⁰ Esta entrevista foi realizada no dia 23/03/2010, portanto, alguns meses antes das eleições para executivo e legislativo municipal. Vale dizer que, nesta ocasião o entrevistado demonstrava muito interesse em representar o PV nas eleições para o legislativo municipal. Apesar do encontro para a entrevista ter se dado num único dia, houve outros encontros não formais (por exemplo, reuniões do partido, um dia por coincidência no centro da cidade de Aracaju) nos quais, o entrevistado em lócus também acionava a sua relação com seu avô, atribuindo a esta o real motivo pelo seu envolvimento com a política.

patriarca da família lhe transfere uma espécie de “herança” política que lhe atribui um conjunto de saberes e competências necessários para ser um “bom” político. Como diz:

Pergunta – Qual sua relação com a política?

Eu vejo a política como um ato de servir e promover o bem comum, ou seja, o bem de todos, e como eu sou bisneto e neto de ex-prefeitos e convivi com meu avô até os 18 anos de idade logo após ele ter desencarnado eu tinha 18 anos de idade, né. Então, eu cresci vendo minha família servindo a cidade de Estância, com caráter, honestidade, respeito às pessoas. Então é isso que me motiva a querer chegar a ser prefeito da cidade, para poder servir como ele (seu avô) serviu. (Entrevistado VII).

Na medida em que delibera sobre a entrada na política esse primeiro contato estabelecido ainda no seio familiar, faz-se necessária uma breve apresentação do perfil destes dois entrevistados. Em primeiro lugar, isso serve para mostrar as influências que a socialização familiar tem sobre a aquisição do que estamos chamando “gosto” pela política. Entre as principais indicações a respeito da aquisição de competências políticas, a socialização escolar e familiar ocupam lugar de destaque. Os valores desenvolvidos nos anos de juventude criam um repertório de predisposições à militância e a participação política. Obviamente, essa propensão ao ativismo pode estar mais acentuada a partir de condições específicas como, por exemplo, a presença de políticos no grupo familiar, pessoas que discutam política ou participem de eleições. Já em se tratando da passagem por escolas secundaristas, a inserção em movimentos sociais, grêmios estudantis, entre outros também pode interferir numa maior propensão à inserção na política.

Neste sentido, avaliar também a importância da passagem pela educação básica (secundarista) na politização do grupo considerado, bem como na aquisição do “gosto” pela política se mostra bastante necessário. A esse respeito, quando questionados sobre a passagem pela educação básica, apenas dois (2/10) entrevistados dizem ter sofrido algum tipo de influência que justificasse a aquisição do “gosto” pela política. Em linhas gerais, salvo essas duas exceções que acabariam se envolvendo com a política agremiativa durante a passagem pela escola básica, a primeira militância se deu mesmo através do envolvimento político-partidário. Neste ponto, tratemos de apresentar parte do relato de uma das exceções expostas:

Pergunta: Já participou de grêmio Estudantil, sindicatos, movimento estudantil?

Sim, bom, quando entrei na universidade, isso foi em 1964, então bem no início do período militar, né. Então assim, meu envolvimento foi clandestino, naquele momento em 1964, surgiu uma célula da chamada MCD (Movimento contra a ditadura), inicialmente, a repressão não era

assim muito grande, mas na nossa escola havia tipo assim, uns vinte e tantas pessoas que eram tidos como subversivos. Então lá nos tivemos pessoas que foram presas, assassinadas, banidas do país. Então assim, eu acabei me envolvendo, apesar de ser de uma parte clandestina, isso porque na escola já havia uma perseguição, sabe. A forma encontrada por nós foi essa [...] por que havia essa célula na escola, a gente se reunia dentro da mata mesmo, sabe. A gente fazia e distribuía material que contrariava o regime. Recebíamos instruções de como preparar instrumentos de defesa e de ataque as forças militares. É que naquela época não havia spray como hoje, então tinha que aprender a preparar bastões de pinche, é isso mesmo, preparávamos bastões de pinche, e também coqueteis *molotov*. Outra forma de participar era imprimindo material revolucionário, sabe. O negocio era assim, eu trabalhava numa gráfica, então imprimia, naquela época não havia impressora, tinha mimeógrafo, assim imprimíamos esse material e saímos distribuindo debaixo das portas das casas. Depois disso, surgiu também na escola um grupo mais subversivo. Surgiram outros movimentos, entendeu. Outros movimentos que foram eclodindo no país. Bom, essa era nossa forma de fazer frente ao regime, né. De qualquer forma eu considero o MCD um movimento moderado. (Entrevistado IX).

Diante do exposto, evidencia-se o fato de que a militância estudantil deste agente esta mais relacionada com circunstâncias próprias do momento em que o mesmo entra na universidade (a experiência de vivenciar modificações políticas provenientes do início do período militar). A respeito deste entrevistado, acrescenta-se que ao ser questionado sobre a existência ou não de envolvimento de sua família com a atividade política (de qualquer natureza), o mesmo se mostrou incisivo em relatar a falta de envolvimento dessa natureza por parte dos seus genitores. Para ser mais específico, este afirma não ter presenciado em sua infância ou mesmo na adolescência qualquer indicio de situações que indicassem algum tipo de influência que lhe tornasse propenso à militância política. Apesar disso, em relato durante a entrevista, deixa claro que presenciava, dentro de sua família o envolvimento e, inclusive, ajuda de seus pais à políticos da cidade. O fragmento da entrevista a seguir demonstra claramente isso:

Meus pais participaram uma vez da eleição em minha cidade, acho que foi pra ajudar o PSD na época, eles assim, não trabalhavam na política, né. Mas ajudaram um amigo durante uma campanha. Apesar de não serem atuantes, ajudaram bastante nessa campanha a fim de eleger aquele candidato que eles apoiavam em Nossa Senhora das Dores. (Entrevistado IX).

Quando se lê “apesar de não serem atuantes” o entrevistado esta tentando justificar seu ponto de vista sobre a participação política, logo não ser atuante é o mesmo que participar esporadicamente e isso, segundo o mesmo, não pode caracterizar um envolvimento político propriamente dito. Todavia, acrescenta-se que esse entrevistado, salvo um envolvimento

durante o período universitário, não se filiou ou participou de movimentos ou de partidos políticos. A esse respeito, isso parece também ser uma tendência entre as lideranças do PV sergipano. Uma boa parte dos agentes considerados no trabalho não possuem um “currículo” extenso de participação em movimentos sociais, sindicais e partidários. Contrário disso, em muitos casos o engajamento no PV se mostra o primeiro engajamento de suas vidas. Em função disso, conforme já destacado em outro momento, lidamos com um universo composto de agentes com idade elevada e, não menos importante, que possuem uma carreira relativamente curta na política, sendo que, em média, o tempo de entrada ocorreu por volta dos 25 anos de idade.

Quadro VII
Esfera Associativa e Política dos Líderes do PV

TEMAS	Nº	%
Engajamento em outros espaços		
Religiosos	5	50,00
Conselhos	1	10,00
Movimentos Sociais		
Organização da Assistência Social	1	10,00
Sindicatos	2	20,00
Todos os itens		
NS/NR ⁷¹	1	10,00
Total	10	100,00
Acompanha Notícia Política		
Todos os dias	8	80,00
Uma vez na semana		
De vez em quando	2	20,00
Nunca		
NS/NR		
Total	10	100,00
Já participou de Campanha Política		
Comparecimento a Comícios		
Colocou adesivo em casa, no carro.		
Usou broches		
Fez Trabalhos Gratuitos (colar cartazes etc.)		
Defendeu seu candidato em conversas		
Doou dinheiro para campanha	2	20,00
Todas as alternativas acima	8	80,00
NS/NR		
Total	10	100,00

Fonte: Entrevistas

⁷¹ NS= Não soube / NR= Não Respondeu.

Bastante importante foi essa questão, pois mediante a ausência de envolvimento com a atividade política durante a infância e adolescência, mais precisamente, através da presença de políticos no grupo familiar ou mesmo de familiares interessados pela política (institucional ou não) o PV se configurou para uma boa parte dos agentes que compõem o grupo considerado um primeiro contato com o universo político-militante propriamente dito. Igualmente importante se mostrou a vinculação dos líderes considerados com organizações dos mais diversos gêneros (religiosas, associativas, movimentos sociais, sindicais, assistencialistas entre outras). Em muitos casos, a inserção em organizações se deu após o ingresso no PV e não antes. Por falar nisso, em apenas quatro (4/10) casos o envolvimento político-associativo antecedeu o engajamento no PV, de modo que os seis (6/10) casos restantes a inserção em organizações ocorreu simultaneamente com o engajamento no partido. No entanto, interessa destacar que os tipos de engajamento destes ocorrem principalmente através da militância religiosa. Dos dez entrevistados, cinco (5/10) argumentam terem se engajado na esfera religiosa (Ver quadro VII), destes um dado se mostra pertinente, é o fato de que em três (3/5) dos casos a militância religiosa acontece por meio do envolvimento na religião espírita kardecista. A incidência da vinculação do grupo considerado com organizações religiosas se deve ao fato de que o engajamento partidário limita, em alguma medida, as opções de ingresso em outras associações como, por exemplo, em movimentos sócias, sindicais e mesmo assistencialistas.

Portanto, diante da ausência de recursos políticos e militantes que justificassem uma carreira política ascendente em partidos maiores, por se caracterizar como um partido “nanico” dentro do espectro político o PV sergipano possibilita às suas lideranças a construção de uma carreira política mais provável à estes. Consoante a isso, identificamos que mesmo nos casos onde o PV não representou o primeiro engajamento, foi somente neste que o agente pôde ter acesso à postos de liderança. Ou seja, em outros partidos ocupavam posições menos expressivas, como por exemplo, militante, associado ou filiado. Em termos práticos, em cinco (5/10) dos casos o primeiro engajamento político aconteceu no PV, sendo que em outros três (3/10) casos o partido se configurou como o segundo engajamento. E em apenas dois (2/10) casos o engajamento no partido se deu após outros engajamentos. Como aponta alguns entrevistados:

Pergunta: Já militou em outros partidos políticos?

É assim, na política partidária mesmo eu me envolvi mais ou menos em 1982, foi por ai mesmo. Foi quando eu comecei a me envolver, depois eu recuei um pouco. Mas sabe como é, quando a gente se envolve pega o gosto

da coisa, como um vício [...] *Então o Senhor já teve outras filiações partidárias?* Não! Nunca me filiei a nenhum partido, nunca levantei bandeira partidária, nem no meu trabalho, que era um trabalho um pouco político, nem em lugar nenhum sabe. Minha primeira filiação foi no PV mesmo [...] foi depois de um cunhado meu ser eleito vereador numa cidade do interior que eu comecei a me envolver mais, sabe. Hoje no PV eu sou, além de ocupar um posto na executiva estadual, sou também presidente municipal no interior, sou presidente municipal lá em Malhada dos Bois. (Entrevistado X).

Pergunta: Já militou em outros partidos políticos?

Hoje, encontro no PV tudo que sempre quis, quer dizer, já militei em outros partidos, mas não conseguia despontar, nunca fui líder, nunca encabecei nada, sabe. Mesmo que sempre estivesse envolvido nas discussões nunca cheguei a ocupar posto nenhum no partido em que estive, e hoje no PV acumulo funções, sou presidente municipal do partido, sou também secretário estadual da juventude e também estou na suplência da nacional. E isso, eu entendo que consegui só por que estou no PV, em outro partido seria diferente, sabe. Não teria as mesmas oportunidades (Entrevistado V).

Todos esses excertos são demonstrativos da grande importância que o PV exerce na aquisição de saberes e competências dos agentes investigados. Apresentamos também que apesar da socialização familiar se constituir como um primeiro contato com a política, ao avaliar o “peso” dessa socialização para a tomada de “gosto” por essa atividade os resultados não demonstraram uma relação entre o grupo considerado e a aquisição de saberes e competências advindas do grupo familiar. Essa ausência produz um grupo carente de capital político. Logo a inserção no PV se configura como uma “boa” oportunidade de ter acesso a postos de comando e, conseqüentemente, a um prestígio social ao acionar essa liderança em momentos de disputas eletivas, por exemplo.

Esses dados também levantam algumas características a respeito do papel do grupo familiar no tocante a apreensão de competências e saberes que a atividade política exige. Permitem, entre outras coisas, conhecer o grupo analisado e saber em que medida a socialização nesses grupos explica os motivos de entrada e ascensão no partido. Por falar nisso, os dados demonstram que lidamos com um universo com baixo coeficiente de capital político advindo do grupo familiar, com efeito, o partido em questão acaba se configurando, para boa parte dos entrevistados, como um importante espaço de sociabilidade e de apreensão da “gramática” política. Obviamente, analisar o itinerário familiar e escolar não esgota todas as variáveis possíveis a respeito da apreensão do “gosto” e de competências que a atividade política exige, porém, serve de “norte” para entender o grupo do qual o trabalho lida. Com características bastante particulares e que não podem ser negligenciadas já que o objetivo é descrever, ao máximo, as características socialmente adquiridas ou herdadas por estes.

O quadro apresentado acima (Quadro VII) revela algumas particularidades do universo de pesquisa: estamos lidando com um universo empírico com baixa incidência de agentes envolvidos com a atividade política⁷² durante a infância ou adolescência. E, conforme exposto, mesmo se tratando dos que se envolvem com a política até a adolescência, este envolvimento não lhes confere um volume significativo de capital militante. A esse respeito, é necessário que se faça uma diferenciação que justifique esse argumento, pois consoante Pechú (2001) entendemos que há uma diferenciação entre “campo militante” e “campo político”. Assim, por um lado teríamos o capital político adquirido por meio de militância estudantil ou partidária e, no paralelo oposto, o capital militante adquirido em experiências menos formais como o envolvimento com militâncias múltiplas (seja sindical, de gênero, sexual, negros entre outras), por exemplo. Com relação a estas últimas atuações, vale ressaltar que mesmo não sendo atuações propriamente político-partidárias, elas se colocam como instrumentos favoráveis ao envolvimento com partidos políticos. Apesar das experiências descritas acima a respeito da socialização familiar e escolar serem determinantes sociais para a aquisição do “gosto” pela atividade política, não são fatores preponderantes para a compreensão do engajamento, nem tampouco explicam as variáveis que um estudo sobre recrutamento político pode exigir. Assim, outros elementos devem ser levantados para um maior esclarecimento do que estamos buscando entender.

2.4 Competências técnicas e recrutamento político: a importância da passagem pela universidade frente ao recrutamento de lideranças do PV.

Argumentamos neste capítulo que os agentes que ocupam postos de liderança no PV são desprovidos de capital militante e político, o que lhes confere uma maior possibilidade de sucesso quando inseridos em partidos “nanicos”. A esse respeito, notou-se que mesmo os que já se engajaram em outros partidos não conseguiram acessar postos de liderança nestes. Argumentamos também que uma relativa ausência deste capital militante e político (advindo de militâncias em movimentos estudantis, sindicais, lideranças de bairro, associações, partidos políticos entre outros) só foi suprimida a partir do acionamento de outros “trunfos”. Tais “trunfos” dizem respeito à classe social nas quais estes entrevistados se inserem, ou mesmo à outros recursos como as redes de relações tecidas em outras inserções na esfera social. Deste

⁷² Por atividade política entendemos um conjunto de possibilidades, que vão desde vinculação em grêmios estudantis, participação em movimentos sociais, participação eleitoral, apoio à candidatos entre outros.

modo, se faz necessário, neste momento, avaliar os impactos que a passagem por universidades e a obtenção de diploma superior têm sobre o recrutamento de lideranças do PV. Busca-se, portanto, de investigar a existência ou não de determinados saberes e competências técnicas que exerçam maior incidência na composição do quadro de dirigentes considerados. Assim, consoante a esta constatação poderíamos fazer um paralelo que indique qual conjunto de saberes técnicos exerce maior “força” de recrutamento para o partido em questão.

Os dados a respeito das formações universitárias dos líderes considerados na pesquisa mostram que três (3/10) dos dirigentes são formados em direito (um destes possui mestrado na área); outros dois (2/10) fizeram a faculdade de engenharia (civil e agrônoma respectivamente); em um dos casos (1/10) a formação é em economia; outro caso (1/10) em administração; um (1/10) formado em licenciatura (inclusive com mestrado na área de educação); e dois (2/10) com nível médio, sendo que destes (1/2) já tentou por duas vezes concluir o nível superior. Nesse sentido, o grupo de líderes do PV sergipano apresenta características bastante heterogêneas quanto à carreira universitária, todavia, a posse de diploma universitário parece ser uma tendência entre esses líderes.

Apesar de alguns trabalhos terem demonstrado a relação entre determinados cursos (humanas, direito, jornalismo) e a aquisição de saberes passíveis de serem convertidos em saberes políticos (RODRIGUES, 2009; CORADINI, 2001; PETRARCA, 2007; OLIVEIRA, 2005; 2008b), no caso dos líderes partidários que compõem o escopo de nossa análise, não se observou um conjunto de saberes provenientes da atividade acadêmica que seja preponderante quanto à chegada aos postos disponibilizados pelo partido. Não há, portanto, uma correlação entre formação secundária e universitária e o recrutamento de lideranças do PV sergipano. Ao menos no sentido de converter os saberes técnicos em oportunidade de inserção profissional no partido. Sobre essa questão, conforme já debatido em outro momento, o partido do qual se trata esse trabalho não dispõe de funções remuneradas para suas lideranças, nem tampouco, de espaços nos quais esses saberes podem ser empregados e devidamente remunerados. De modo que não foi verificado no decorrer da pesquisa qualquer sinalização de que determinados saberes pudessem ser utilizados, ou mesmo servidos de “trunfo” para ocupar postos e/ou mesmo exercer funções das quais o partido dispõe.

O que se notou, porém, foi que em se tratando do universo pesquisado os saberes e as competências necessárias capazes de garantir acesso aos postos disponíveis estão mais ligados a uma correlação de fatores que podem ser caracterizados, por um lado, pela passagem destes líderes pela universidade o que permite identifica-los como um grupo dotado de cultura e

política oriundo de um capital escolar elevado e, por outro lado, pela “experiência” e a socialização no interior do partido de modo que a passagem por instituições (partidos, sindicatos, por exemplo) transfere saberes e competências passíveis de serem convertidas em capital cultural e político de substituição. Conforme sugere Seidl (2009) “quando se trata de partidos e sindicatos, a passagem por estas instituições funcionam como mecanismos de acúmulo de um capital escolar de substituição, isto é, uma capacidade de orientar-se dentro do espaço político”⁷³. Neste sentido, ainda que os dados revelem um número significativo de dirigentes detentores de formação superior (80% dos postos ocupados), isso não é um sinal de que estamos tratando de um engajamento cuja base social seja proveniente da chamada “classe média intelectualizada”. A esse respeito, como demonstra Oliveira (2005), ao analisar os militantes ambientalistas no Rio Grande do Sul, observa que se trata de um grupo relativamente intelectualizado, conclui que “o peso da formação universitária não pode ser tomado como um traço que define a classe de origem dos dirigentes, tratando-se antes de uma resultante do processo de expansão do ensino universitário que de forma diferenciada tem atingido diferentes camadas sociais”⁷⁴.

Assim como este pesquisador, também entendemos que o número elevado de líderes com nível superior tem mais a ver com uma demanda social e com a aplicação de políticas que favorecem a “entrada” na universidade do que com um critério predefinido pelos “selecionadores” do partido. Sobre essa questão, portanto, vale lembrar que estamos lidando com um grupo cuja base social é proveniente da classe média e alta, e que seus genitores possuem um grau de instrução, em sua maioria, médio e superior, fatores estes que implicam num grupo cujo capital cultural proveniente da origem familiar também é elevado e, portanto, propenso a desenvolver capacidades e condições de ter acesso a uma carreira universitária ascendente. Em segundo lugar, deve-se lembrar de que a escolaridade de nível superior não é um traço apenas de elites partidárias, na medida em que em outros grupos associativos (movimento negro, gênero, sindical entre outros) o grupo dominante tende a possuir grau de instrução elevado. Igualmente importante é uma implicação que essa consideração faz surgir: temos em mente que a escolaridade é um dos fatores que contribuem para melhor explicitar e verbalizar a experiência política (BOURDIEU, 2007a). Logo, a competência técnica, ainda que não seja preponderante enquanto recurso para explicar o recrutamento dos agentes considerados, observa-se que o diploma cria condições assimétricas entre aqueles que possuem o “dom” da fala e de se posicionar diante de situações conflitantes, e aqueles que não

⁷³ Cf. Seidl, op. cit. p. 27.

⁷⁴ Cf. Oliveira, op. cit. p. 174.

possuem a mesma destreza. Com efeito, essas duas variáveis implicam em dizer que, ainda que se observe uma concentração significativa de formações em engenharia, economia, administração e licenciatura, não se deve considerá-las como indicadores de formação e de saberes técnicos preponderantes à formação do grupo em questão, já que ao que tudo indica a aquisição da gramática de ação, proveniente da “experiência” no interior do partido também se configura como elemento fortemente valorizado.

A intensa mobilidade social também se apresenta como uma característica marcante desse grupo. Apesar de estarmos tratando de um grupo proveniente de famílias cujas bases sociais se situam na classe média, quando perguntados sobre a existência ou não de mobilidade social, em 70% dos casos a resposta foi sim. Sobre isso, algo chamou atenção nas respostas do grupo considerado na pesquisa: o fato da mobilidade social estar relacionada à mobilidade geográfica, mais precisamente, da saída de alguns agentes e de suas famílias para Aracaju. Podemos dizer que há uma distribuição das lideranças do partido à nível estadual, os quais estão distribuídos da seguinte maneira: dos dez líderes três (3/10) residem no interior do Estado — ainda que alguns destes se desloquem frequentemente para Aracaju onde mantém relações de trabalho —, enquanto os outros sete (7/10) são residentes na própria capital. Por falar nisso, dos que vivem na Capital apenas três (3/7) nasceram e “se criaram” em Aracaju. Há também um caso de deslocamento entre cidades do interior do Estado. Desse modo, mesmo que a maior parte desses dirigentes resida atualmente na capital (70%), em 40% dos líderes considerados não foi nessa localidade que eles nasceram. A esse respeito, conseguimos categorizar dois grupos de migrantes: i) a migração que chamamos de endógena (2/4), ou seja, migrantes do interior do Estado para a capital e que é bastante comum, já que se trata do menor Estado da federação e a maior parte das atividades político-administrativas se concentram em Aracaju; ii) migração exógena (2/4), o que equivale a uma migração de “fora” pra “dentro”, ou seja, de outros Estados para a capital de Sergipe.

A respeito da importância que a capital exerce sobre o grupo que constitui a liderança do partido, quando questionado a respeito dos motivos que os levariam a morar ou vir com frequência para a capital algumas respostas indicam que é em Aracaju onde “acontecem as coisas”:

Em momentos em que se faz necessário discutir estratégias políticas, coligações eleitorais, apoios a outros partidos, ou mesmo escolhas de novas lideranças, todos nós nos encontramos em Aracaju. Acontece que aqui têm o diretório estadual [...] quer dizer, aqui temos uma estrutura para falar dessas coisas. (Entrevistado VII).

Para a maioria dos entrevistados, morar ou vir constantemente para a Aracaju significa ter mais acesso a oportunidades profissionais. Essa questão fica mais evidente nas falas de alguns destes agentes, conforme relatos a seguir:

Pergunta: Comparando à situação de seus pais, você avalia que houve ascensão social?

Houve uma ascensão social sim, por que assim, meu pai saiu do interior ele cortava lenha, né. Eu ajudava ele e também cortava lenha. Meu pai era tipo assim, um roceiro, sabe. Mas assim, mesmo tendo apenas o quarto ano primário ele escrevia e lia muito bem. Ele viajava o mundo todo somente lendo, né. Assim, houve uma ascensão social. ***Você poderia dar exemplos que ilustrem isso?*** Bom, a unidade familiar cresceu, éramos quatro irmãos, eu sou o mais velho e havia outros três, hoje somos só três, o caçula já é falecido. Assim, em 1951 ou 1952, não lembro ao certo, nós nos mudamos pra Aracaju. Nós nos mudamos por quê? Bom, foi assim, minha mãe foi a primeira funcionária pública da prefeitura de Nossa Senhora das Dores e, modéstia parte, minha mãe tinha “uma bela de uma cabeça”, ela tinha uma “cabeça muito florescente⁷⁵”, e começou estudar administração, foi aí que ela foi estudar na fundação Getulio Vargas, acho que isso foi em 1953, e aí quando voltou pra Dores, já voltou como diretora do serviço de pessoal, seria hoje a secretária de administração, que na época chamava SP (Serviço de Pessoal). Isso foi no governo de Arnaldo Garcez, que era governador do PSD. Bom, naquela época era assim, um governador e uma sigla, não é como hoje, o povo muda de partido como muda de camisa [...] e na época meus pais participavam do PSD, eles assim, trabalhavam na política, né. Eles eram partidários atuantes, trabalhavam duro durante as campanhas a fim de eleger aquele candidato que eles apoiavam, seja em Nossa. Senhora das Dores ou também à nível estadual. Isso lhes permitiu conhecer muita gente, sabe. (Entrevistado IX).

Vir para Aracaju foi muito importante e me permitiu avançar em meus estudos, fazer a faculdade e um curso para corretor de imóveis, profissionalmente foi muito bom, e na questão política também foi, acho que acabei me envolvendo mais, parece que eu procurava isso, sabe? Como se fosse uma necessidade de estar envolvido [...] foi nessa época que conheci o pessoal do PV, mas não tinha me filiado ainda, não era o que queria na época. (Entrevistado VII).

Pelo exposto, podemos comprovar que a vinda dos entrevistados e/ou de suas famílias para a capital do Estado remete a ideia de mobilidade social. Mesmo voltando para suas cidades de origem os entrevistados não perderam contato com Aracaju. Contrário disso, os contatos adquiridos na capital favoreceram os mesmos no sentido da ampliação de suas redes profissionais e de amizade.

Quando argumentamos anteriormente sobre a formação dos genitores e dos líderes considerados no trabalho, observamos a existência de um relativo distanciamento entre esses

⁷⁵ Quando o entrevistado faz uso dos termos “uma bela de uma cabeça”, “cabeça muito florescente” ele queria dizer que sua mãe tinha uma mente privilegiada e dotada de capacidades que ele julgava como intelectuais.

dois grupos. Ainda que os genitores tenham se dedicado a formação acadêmica, comparativamente notamos que os líderes do partido possui maior grau de instrução. A esse respeito, igualmente importante, é o distanciamento entre os irmãos desses líderes em relação à seus pais. De modo que, são raros os casos em que os irmãos desses líderes não possuem grau superior. Sobre essa questão, tal como evidencia Oliveira (2005) é importante considerar os aspectos relacionados ao itinerário escolar e universitário dos líderes investigados e de seus irmãos, pois os resultados sugerem que “não se trata apenas de uma mudança do grau de escolarização do dirigente em relação à família de origem e sim de modificações que atingem as novas gerações do grupo familiar em seu conjunto”⁷⁶. Colocados nestes termos, observamos no caso em pauta os dados referente a formação superior dos agentes considerados, de seus irmão e genitores implicam na condição de estarmos lidando com um grupo de agentes cuja base familiar se insere em um nível social relativamente elevado.

Estamos argumentando sobre a composição sociocultural dos líderes do PV. Sobre essa questão, demonstrou-se que lidamos com um grupo bastante específico de líderes partidários providos, por um lado, de capital cultural e social relativamente elevado, por outro lado, há uma carência entre essas mesmas lideranças de capital político e militante. Os dados apresentados até o momento permitem traçar alguns paralelos a respeito desse grupo, já podemos constatar, por exemplo, que há uma coerência entre origens sociais e a posição ocupada pelos agentes selecionados. A esse respeito, observamos que lidamos com um grupo cujas bases sociais elevadas permitiram a aquisição de competências técnicas passíveis de serem convertidas em melhores colocações na esfera profissional, mediante a passagem por universidades e a conclusão de cursos que garantem um “bom” acúmulo de recursos econômicos (ver quadros VII e VIII).

Por falar nisso, o exame das declarações de bens do grupo considerado ajudam a compreender melhor o grupo do qual trata esse trabalho. Conforme dados apresentados nos quadros a seguir (Quadros VII e VIII), revelou-se um padrão de distribuição de líderes com valor patrimonial relativamente elevado. A renda destes revelou-se igualmente elevada, pois dos dez entrevistados seis (6/10) possuem uma renda superior à 15 salários mínimos, sendo que destes últimos três (3/6) possuem renda superior à 20 salários mínimos. Temos também três (3/10) agentes com a renda média entre 06 e 10 salários mínimos, por fim, um único caso onde a renda não passa de 05 salários mínimos. Convém lembrar, que quando tratamos da declaração da renda estamos levando em consideração os dados colhidos em entrevistas.

⁷⁶ Cf. Oliveira, op. cit. p. 175.

Todavia, quando lidamos com os bens declarados, lidamos diretamente com dados colhidos no sítio eletrônico do TSE, portanto, não podemos certificar que estamos tratando de dados confiáveis. Pois, a declaração de bens não permite mensurar o nível de fortuna dos entrevistados, já que não existe um órgão que fiscalize a veracidade da declaração desses bens, por esse motivo os dados a respeito dos bens dos líderes do partido devem ser tomados como indicações que somente sugerem tendências e situações. Sobre essa questão, convém lembrar também que, em função dos dados serem apenas dos líderes que já se candidataram a algum cargo eletivo, não foi possível colher dados acerca dos bens de todos os agentes considerados na pesquisa, na medida em que nem todos disputaram algum tipo de cargo eletivo. Desse modo, foram aproveitados para a pesquisa apenas um montante de oito (8/10) dos líderes considerados. Os dados apresentados e discutidos viabilizam a afirmação de que o grupo do qual trata essa pesquisa sofreu mobilidade social.

Quadro VIII
Indicadores salariais e de classe dos Líderes do PV

Estimativa salarial	Faixa salarial ⁷⁷	Situação de classe
Até 5 salários mínimos	1	Média BAIXA
De 6 à 10 salários mínimos	3	Média
De 11 à 20 salários mínimos	3	Média Alta
Acima de 20 salários mínimos	3	Alta

Fonte: Entrevistas.

Quadro IX
Indicadores de classe e de patrimônio dos Líderes do PV (Fornecidos pelo TSE)

Nome do Dirigente	Ano de disputa ⁷⁸	Cargo disputado	Total dos bens declarados (em R\$)
(Entrevistado I)	2012	Prefeito (ARACAJU)	402.000,00
(Entrevistado II)	2010	Deputado Estadual	309.187,66
(Entrevistado III)	2010	Senador	350.000,00
(Entrevistado IV)	2012	Vereador (Rosário do Catete)	145.437,60
(Entrevistado V)	2010	Vereador (Aracaju)	94.550,00
(Entrevistado VI)	2012	Vereador (ARACAJU)	93.865,00

⁷⁷ Na ocasião em que foram feitas as entrevistas o salário mínimo correspondia à 675,00 reais.

⁷⁸ A importância deste dado se deve ao fato de que, é a partir dele que conseguimos saber o período ao qual se refere a declaração do patrimônio dos agentes investigados.

(Entrevistado VII)	2012	Vereador (Simão Dias)	53.900,00
(Entrevistado VIII)	2010	Deputado Federal	23.580,00
(Entrevistado IX)	—	—	—
(Entrevistado X)	—	—	—

Fonte: TSE-SE⁷⁹ / Entrevistas.

De antemão, observamos que tanto os recursos sociais advindos da socialização familiar, quanto o relativo capital cultural advindo dessa socialização e da passagem por universidades funcionaram como mecanismos de substituição no tocante ao acesso aos postos disponíveis no PV. Por falar nisso, o partido também se configurou como importante espaço de sociabilidade e, acima de tudo, espaço de politização, onde os agentes investigados passariam a ter acesso a uma “gramática de ação” que representa saberes e competências políticas. Essa “gramática de ação”, diga-se de passagem, é adquirida através da participação em reuniões, debates e encontros entre os membros do partido. Todavia, ainda que estes elementos sejam imprescindíveis para o entendimento da composição social dos líderes do PV sergipano, se faz necessário observar outros elementos igualmente importante. Este é o caso dos recursos ocupacionais destes.

2.5 - Profissão da Profissão Política: As competências profissionais dos “Verdes”.

Portanto, neste momento do trabalho, tentamos responder se há alguma relação entre determinadas categorias profissionais e a ocupação de postos de liderança no Partido Verde em Sergipe. Para dar conta disso, seguimos uma linha já bastante debatida nas ciências sociais que, sobre influência weberiana, tem se esforçado para identificar se existem ou não afinidades entre determinadas profissões e envolvimento com a política. Levando para o caso em pauta, buscamos identificar de quais grupos profissionais tratamos quando lidamos com uma investigação sobre lideranças políticas. Sobre essa questão, observamos que tratamos de um grupo homogêneo, na medida em que poucas categorias profissionais são representadas no grupo considerado. Se por um lado, pelos motivos já mencionados anteriormente, a passagem pela universidade e a aquisição das competências técnicas que esta passagem poderia trazer não se apresentou como fatores preponderantes no tocante recrutamento de lideranças do partido, por outro lado, os dados que tratam da relação entre categorias profissionais e

⁷⁹ Todos os dados apresentados nesta tabela estão devidamente disponíveis em: <http://www.tse-se.jus.br> e foram visualizados no dia 15/11/2012 às 19:45min.

ocupação dos postos de liderança no partido revelou-se a existência de um *link* entre determinadas categorias profissionais e o recrutamento de líderes do PV sergipano. A esse respeito, os dados demonstram de maneira mais genérica que as atividades empresariais, as profissões liberais, o alto funcionalismo, o magistério e o setor de prestação de serviços constituem, nessa ordem, são os principais segmentos ocupacionais e profissionais de quase a totalidade dos líderes do partido.

Para se ter uma visão mais detalhada das categorias profissionais que compõem os postos de liderança no PV, os dados foram desmembrados de modo a permitir uma avaliação mais sistemática dessas categorias. Desse modo, os postos disponíveis no partido estão distribuídos na seguinte ordem de categorias profissionais: a categoria “empresário” abrange, em nosso caso, tanto proprietários de empresa quanto os que ocupam postos executivos (diretores, gerentes e administradores) e constitui o primeiro grupo de atividade profissional dos líderes do partido, sendo que três (3/10) dos líderes representam esse segmento profissional. O segundo grupo profissional a servir de fonte de recrutamento dos líderes do partido são as “profissões liberais tradicionais⁸⁰”, os advogados (ou bacharéis em direito) compõem o principal grupo e representa a profissão de três (3/10) líderes, seguidos dos diplomados em engenharia (um civil e outro agrônomo) que também perpassam um total de dois (2/10) líderes. O terceiro setor ocupacional na ordem do fornecimento de lideranças para o partido é o “setor de serviços” e compreende a um (1/10) líder. O “magistério” é o quarto setor na ordem de importância das profissões que configuraram a distribuição socio-ocupacional dos líderes do PV. Dos dez entrevistados um (1/10) é professor (secundarista e posteriormente, trabalhou no magistério superior). Contando todos os setores e ramos de atividade encontrado no partido somaram-se quatro setores apenas, o que torna o grupo investigado homogêneo no quesito ocupação profissional. Ao desmembrar esse último dado observamos um elemento que indique uma forte concentração de lideranças em dois setores profissionais, sobretudo, entre os empresários e os profissionais liberais, que juntos somam 80% dos líderes considerados no trabalho (Ver quadro IX).

Em meio a esse contingente de situações profissionais dos líderes do PV, nota-se que há uma concentração de atuação no setor privado. Assim, num total de dez entrevistados,

⁸⁰ Para o presente estudo, a categoria descrita como “profissionais liberais tradicionais”, contempla o quadro profissional de engenheiros e advogados. Obviamente, esta categoria é muito mais ampla, sendo que além dos cargos descritos acima poderiam estar sendo inseridos neste mesmo panorama profissões como médicos, farmacêuticos, dentistas entre outros, porém, nos restringimos ao que nos foi revelado pelos dados, ou seja, somente as profissões encontradas no universo de pesquisa.

observa-se que uma maioria trabalha no setor privado (7/10), enquanto uma parcela menor trabalha no setor público (3/10).

Quadro X

Categorias profissionais / Ocupação de Cargos

Profissão	Número de Líderes em %
Empresários	30%
Profissionais Liberais	50%
Produtor cultural / Ator	10%
Magistério	10%

Fonte: Entrevistas.

Ao desmembrar estes primeiros dados verificamos algumas questões pertinentes, no caso dos empresários, por exemplo, notamos que mesmo se tratando de um universo relativamente pequeno, sendo que três (3/10) representam este segmento profissional, no tocante percentual de líderes do partido notamos uma notoriedade dessa categoria profissional. Em se tratando dos líderes categorizados como “empresários” observou-se uma relativa heterogeneidade quanto ao capital econômico e de relações dos quais estes agentes dispõem. Tendo em vista que essa categoria profissional pode distribuir de maneira desigual os recursos econômicos, ou seja, encontramos no universo pesquisado um (1/3) dirigente que pode ser considerado um alto empresário. Esse entrevistado (Entrevistado IX), empresário do setor avícola reside no interior do Estado e sua empresa é responsável por empregar aproximadamente três mil funcionários (contando apenas os que trabalham diretamente com ele), o que corresponde entre 40% e 50% da mão de obra ativa do município e, como ele mesmo diz, “emprega mais gente do que a prefeitura”. Ocorre que, além de empresário, este é importante fornecedor de aves e derivados para Sergipe e para outras partes do nordeste, assim, criou uma vasta rede comercial através de franquias de seu produto. Ou seja, este empresário criou redes de relações relativamente amplas e que extrapolam os limites de seu município. Essa questão, por sinal, ajuda a entender, em parte, sua relação com o segundo entrevistado e com o PV. Ocorre que o segundo entrevistado (Entrevistado VI) também é empresário deste setor, o qual possui uma pequena empresa que fornece ovos de granja para supermercados e também para o “comprador final” de Aracaju e “grande Aracaju⁸¹”, portanto,

⁸¹ A grande Aracaju é outra demoninação para Região Metropolitana de Aracaju, criada pela Lei Complementar Estadual nº 25, de 29 de dezembro de 1995, é composta pelos Municípios de Aracaju,

enquadra-se na categoria de pequeno empresário. Ao que foi demonstrado durante as entrevistas, esta ligação profissional funcionou como um *link* entre ambos e o acesso ao PV, ocorre que o líder em questão (Entrevistado VI) já militava no PV convidando seu amigo e também parceiro comercial a fazer também parte da “executiva do partido” (veremos o “peso” das redes sobre o recrutamento dos líderes do partido em outro tópico). Ou seja, no caso em pauta as redes profissionais e de amizade serviram de base de recrutamento para os agentes que foram categorizados como empresários.

O segundo grupo profissional a servir de fonte de recrutamento dos líderes do partido são as profissões liberais tradicionais (advogados e engenheiros respectivamente). Sobre essa questão os dados são enfáticos ao demonstrar que 50% dos líderes do PV advêm dessa categoria profissional. Ao que tudo indica essa é uma categoria importante no recrutamento de todos os partidos, a esse respeito, quando analisado a porcentagem das categorias profissionais em diversas legendas, Rodrigues (2002), observou que:

Obviamente, a porcentagem das categorias profissionais nas legendas varia em decorrência da participação das outras. Se os empresários, por exemplo, são fortemente representados numa bancada, nela sobra menos espaço para outras profissões/ocupações [...] o espaço dos profissionais liberais reduz-se em razão do número dos integrantes de sua bancada que eram professores, empregados de serviços, trabalhadores manuais e lavradores. Mas uma forte presença das profissões liberais e intelectuais na representação parlamentar é também um indicador de disposições políticas e ideológicas mais para a esquerda, embora seja um indicador menos forte do que o volume de deputados originários das classes assalariadas [...] o número de parlamentares que vieram das profissões liberais tradicionais, como já vimos, é muito superior ao das demais profissões de nível superior que foram aqui designadas como “profissões intelectuais”. Esse fato indicaria uma tendência de crescimento linear, ainda que não muito acentuada, da proporção das profissões liberais à medida que se vai da direita para a esquerda. (RODRIGUES, 2002, p. 35).

Os argumentos destacados pelo autor supracitado chamam atenção para alguns pontos. Num primeiro nível, chama a atenção o fato de que algumas categorias profissionais tendem a substituir ou mesmo “sufocar” outras, quando se lê “a porcentagem das categorias profissionais nas legendas varia em decorrência da participação das outras” esta levando a crer que em função da baixa representatividade de outras categorias profissionais, a tendência natural é a ocupação desproporcional de uma ou outra. Sobre essa questão, por sinal, as

Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, tendo como sede o município de Aracaju. Possui população estimada de 899.239 habitantes. A região compreende os mesmos municípios que a Microrregião de Aracaju.

categorias observadas como preponderantes em outros partidos também são os “empresários” e os “profissionais liberais”. Num segundo nível, o autor também chama a atenção para o fato de que essa representação ocupacional também tem a ver com a posição do partido dentro do espectro político. A esse respeito, quando questionado sobre a posição ideológica que o PV ocupa dentro do espectro político brasileiro as respostas tendem a coloca-lo como um partido de centro-direita. Quando indagados, durante entrevistas, a posicionar o partido numa escala ideológica que ia de 1 à 7, sendo que 1 representa a extrema esquerda e o 7 a extrema direita, 70% dos líderes considerados no trabalho inseriram o partido na posição 3,5. Isso significa dizer que, segundo seus dirigentes, o PV ocupa uma posição central no espectro ideológico brasileiro com tendências à migrar para a direita a depender das conjunturas políticas.

Por fim, os setores de prestação de serviços e magistério ocupam, juntos, o número de dois (2/10) líderes, o que equivale a um percentual de 20% dos agentes selecionados. Em se tratando do magistério, se tomarmos outro cálculo veremos uma ampliação do número de envolvidos. Ocorre que um dos agentes categorizados como bacharel em direito é também professor universitário, inclusive, segundo entrevista, foi por influências dessa segunda “carreira” profissional que decidiu se engajar no partido. Como diz:

Pergunta: O Sr. consegue encontrar alguma relação entre sua profissão e a política?

Eu, quando comecei a ensinar, eu trabalho uma disciplina que se chama ciência política que é do curso de direito, eu sempre quero que meus alunos discutam política e não apenas descrevam. Peço trabalhos para eles de coisas reais, entende. Fico temeroso quando universitário brasileiro vê política como coisa safada, confesso que fico preocupado, será que estamos nos encaminhando para uma nova ditadura? Mediante essa angustia, eu quis me tornar uma espécie de ponte, uma referência para esses meus alunos. A escola tem um papel importante, quer dizer, a escola ministra o conhecimento, mas deve saber que seu principal papel é educar pra vida [...] me recordo, aliás, que em 1950, eu era aluno da escola primária, isso lá no Rio de Janeiro, estava tendo eleições para presidente, eu entrei correndo na sala com a foto de Getúlio Vargas dizendo pra professora “olha o velhinho, vote no velhinho” foi quando ela se voltou pra mim e disse: (?), eleição é uma coisa séria. Desde então passei a ver a política como uma coisa séria e que deve igualmente ser levado à sério. Diante de coisas desse tipo passei a me envolver e conhecer mais sobre política [...]. ***E qual a importância do PV nesse contínuo de ‘servir’ de referência para seus alunos?*** Vejo que posso canalizar essa descrença do meio universitário para a política, em um partido mais novo, que não tem a marca da corrupção, até mesmo por que nunca estive no poder, e me tornar uma espécie de ponte por onde esses meus alunos possam passar. Eu mesmo não penso em chegar ao governo, pode acontecer, mas eu olho como um sonho que ficou pra trás. Até hoje mesmo eu sonho em

acordar com alguém em minha porta dizendo que eu assumiria o cargo, ocorre que sou suplente do senado. (Entrevistado II)

Em outro momento da entrevista, o referido dirigente aponta que diante das discussões em sala alguns de seus alunos o indagavam sobre o porquê de ele não se envolver com um partido. Nessa situação, o mesmo “respondia com um certo constrangimento que não, quer dizer, como eu que leciono uma disciplina que tem tudo a ver com a política não estava, digamos assim, imerso em nenhum grupo político”⁸².

Estamos argumentando neste momento do trabalho sobre a importância da ocupação profissional do grupo selecionado no tocante recrutamento de lideranças para o PV. Apesar do recurso profissional ser tomado como um dos principais recursos a serem utilizados como “trunfo” no recrutamento político (RODRIGUES, 2002; 2009), observamos que o “sucesso” profissional esta também relacionado a características que se obtém por uma determinada posição de origem. Seja através da base cultural de seus genitores ou por meio do acesso à cultura mais elevada, da passagem por escolas de “elite”, entre outras, essas passagens se caracterizam como capital “herdado” pela socialização familiar e passagem por “boas escolas”. Ou seja, para interpretar o que no fundo as categorias profissionais querem dizer a respeito do recrutamento de lideranças deve ser feito, de antemão, uma interpretação de outras variáveis.

2.6 O papel das redes formais e informais no recrutamento de líderes do PV.

A partir da análise dos itinerários sociais dos entrevistados, notou-se uma característica preponderante: a importância das redes formais e informais no recrutamento de lideranças do PV. Isso significa dizer que, apesar dos pontos tratados até o momento, de maneira objetiva, os princípios gerais do recrutamento de lideranças do PV sergipano são as redes de relação que assumem a forma de mediação no sentido de viabilizar e tornar possível o recrutamento dessas lideranças. Num primeiro nível, observa-se que as redes funcionaram como instrumento de aproximação entre os agentes e a agremiação política em foco. Ou seja, através da mediação de amigos próximos já engajados no partido (redes informais), alguns agentes passam a ter um contato direto. Acrescenta-se também que esses “recrutadores”, em sua maioria, além de já estarem engajados no PV também exerciam algum tipo de liderança neste. Num segundo nível, encontram-se as redes formais que ganham vida nas organizações

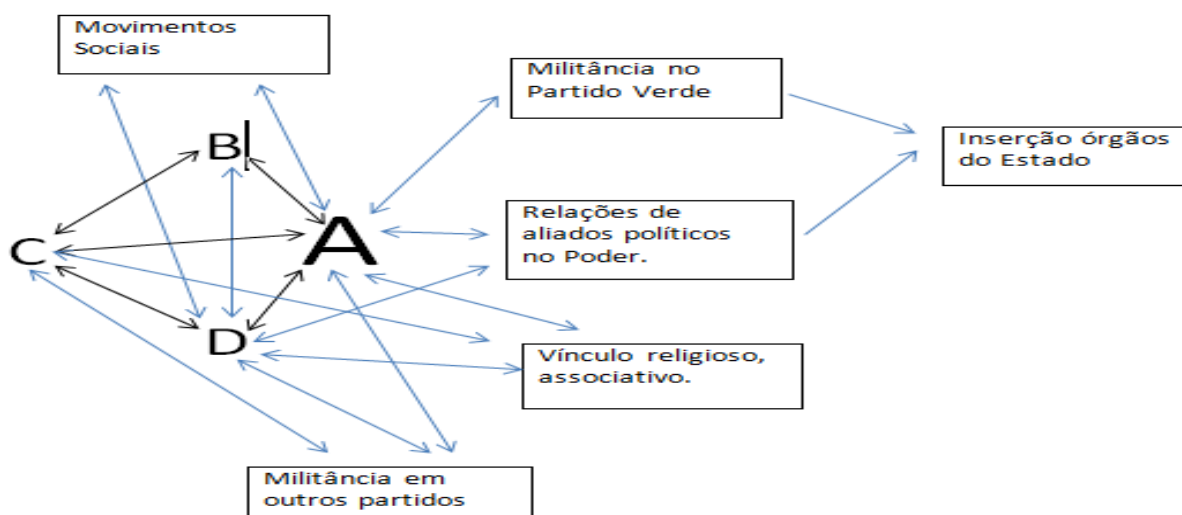
⁸² Trecho de entrevista. Entrevistado II.

profissionais, nas entidades religiosas, nas universidades, nos sindicatos, entre outros, e que também apresentam relativa importância enquanto mecanismo de recrutamento dos agentes considerados.

Conforme já demonstrado por um conjunto de autores, a exemplo de Mercklé (2011), as redes ou o “capital de relações” são fundamentais para o acesso privilegiado a determinados espaços. Esses argumentos sugerem que quanto mais extensas essas redes e quanto maior a capacidade de mobiliza-las maior é a possibilidade de acesso a postos de comando em espaços variados. Em outro lugar Mercklé (2004), define redes sociais como sendo “constituídas de um conjunto de unidades sociais e das relações em que essas unidades mantêm umas com as outras, direta ou indiretamente, por meio de encadeamentos de extensões variáveis”⁸³. Tais unidades podem ser indivíduos, grupos familiares, grupos de amigos, ou organizações empresariais e associativas. Considerando que os líderes tratados neste trabalho encontram-se igualmente inseridos em variadas esferas sociais (profissionais, políticas, sociais, educacionais, religiosas, entre outras) que se articulam e interagem com a atuação no partido, é pertinente dizer que as redes de relações exercem um papel fundamental no recrutamento desses agentes.

O organograma abaixo busca explicitar a relação entre os líderes e as redes internas e externas ao partido.

Organograma II – Entendendo as redes nas quais os líderes do PV estão inseridos.



Fonte: Entrevistas.

⁸³ Cf. Mercklé, op. cit. p. 4 – *livre tradução*.

Como podemos observar no organograma II, os dirigentes representados pela letra A são mediadores, uma vez que estão posicionados em diversas redes sociais e transitam por elas sem grandes problemas, pois se identificam e são identificados como membros de mais de um grupo. No caso observado, a posição de mediador está relacionada com a posição ocupada no partido, o que significa dizer que, no geral, aqueles que ocupam os postos mais elevados dentro da hierarquia agremiativa conseguem mobilizar maior número de redes e, conseqüentemente maior número de recrutamentos. Desse modo, a noção de mediação (MISCHE, 1997) nos ajudou a refletir sobre o importante papel de militantes mediadores inseridos em diversas redes de militância, como partidos políticos, diversas organizações, sindicatos, universidade, entre outros, realizando a comunicação entre estes diversos espaços sociais e o partido.

No caso em pauta, esses mediadores são também, tal como no caso que veremos à seguir do Entrevistado I, recrutadores de novos líderes. Suas decisões são quase que determinações a serem seguidas pelos demais membros do partido. O fato é que, seja pela sua vinculação em diferentes espaços ou mesmo – e principalmente – por serem “históricos no partido”, esses líderes possuem grande influência sobre as decisões do partido, as atribuições vão desde escolher novos líderes, barrar possíveis opositores internos, exonerar lideranças do partido que não tiverem postura “condizente” com suas expectativas. São, de fato, “donos” do partido e usam a máquina partidária ao seu bel prazer. Suas influências se caracterizam como um tipo de autoridade que transcende o fato de estarem ou não na posição de liderança. Assim como foi evidenciado em outro momento da dissertação, ser “histórico no partido” tem a ver com o tempo de filiação no mesmo, normalmente essa expressão é designada aos dirigentes que ajudaram a formar o partido e/ou mesmo estejam engajados desde a década de 1980.

Salvo poucas exceções, notamos claramente as influências das redes de relações sobre o recrutamento de líderes do partido. Ocorre que, diante de um universo restrito de lideranças, o fato de “ter um conhecido no partido favorece, por que não é qualquer um que vamos chamar para o partido”⁸⁴, ou seja, como já demonstrado em outro momento, a escolha de lideranças partidárias não ocorre por meio de uma eleição, mas sim por indicação, logo os laços sociais podem ser concebidos como credenciais, que garantem as possibilidades individuais de acender, tanto a recursos disponíveis através das suas redes, quanto às posições favorecidas dentro do grupo.

⁸⁴ Trecho da entrevista 2: realizada em fevereiro de 2012.

Para ilustrar essa questão, em um dos casos analisados, observou-se que, mesmo em posse de variados recursos (sociais, políticos, profissionais) o fator preponderante para torná-lo uma das lideranças do partido é o acionamento dos laços de amizade que nutre com o presidente do mesmo. Conforme relata: “quando me pediu, eu não tenho tempo, mas não poderia negar essa ajuda ao partido [...]”⁸⁵, acontece que, este dirigente foi recrutado para o PV pelo presidente estadual do partido, fato este que lhe trouxe maior prestígio entre os outros membros do partido.

Esse é o caso do Entrevistado III. Este entrevistado é natural de Natal-RN, nasceu em 1941, trabalha como advogado e também como professor universitário. Filho de pai militar e mãe dona de casa. Em entrevista dizia que teria tido uma educação bem rígida, e com pouco envolvimento com a política em sua socialização primária. Todavia, ainda cedo começa a se envolver com a política, iniciando-se ainda no período escolar e avançando ao longo de sua formação acadêmica, período em que chegara a ser perseguido político do regime militar.

Sua carreira político-partidária é relativamente extensa e, segundo seus próprios relatos, sempre com um viés “esquerdista”. Já disputara sete eleições, concorrendo para diversos cargos legislativos à exemplo dos cargos de vereador, de deputado federal e estadual, sendo eleito vereador da cidade de Aracaju em 1992, ocasião em que ainda era filiado ao PDT. Conforme apresentado previamente, sua filiação ao PV partiu de um convite do então presidente de honra do partido no Estado, Entrevistado I, fato ocorrido em 2009. Sua chegada ao partido, e a súbita ascensão no posto de vice-presidente do mesmo, se deve, em alguma medida a sua relação de amizade com o presidente do partido, ainda que quando questionado ambos neguem isso, sendo comum a justificativa de que, a posição ocupada é resultado da posição social que ocupa frente a sociedade aracajuana,

Sua filiação no PV coincide com o momento em que o partido se estruturava no sentido de recrutar membros para compor o quadro de candidatos para eleição do ano seguinte. Certamente, sua chegada foi entendida por outros dirigentes como uma possibilidade de mais um nome “forte” para concorrer à algum cargo público. Segundo seus relatos,

O partido verde me chamou primeiro para me filiar, quando cheguei lá me foi perguntado por algum dos dirigentes se eu estava me filiando pra me candidatar para senador [...] aí na medida em que eu fui me entrosando a cúpula do partido foi me dizendo, olha você é um bom nome, você vai divulgar o partido, você deveria disputar o senado e eu fui pensando, bom, se o partido tem esta visão se com isso eu vou ajudá-lo a crescer, então eu dispueto (Trecho da entrevista 2: realizada em fevereiro de 2012).

⁸⁵ Trecho da entrevista 2: realizada em fevereiro de 2012.

Suas vinculações externas ao partido demonstram uma boa relação com adversários e aliados do PV, relações estas que foram estabelecidas durante sua carreira de advogado de notório reconhecimento na cidade de Aracaju e mesmo por sua atuação como professor universitário. Conforme Portugal (2007), “as relações sociais reforçam a identidade e reconhecimento – ser conhecido como indivíduo e membro de um determinado grupo, além de garantir suporte emocional, possibilita reconhecimento público no que respeita ao direito a determinados recursos”⁸⁶.

Nesse sentido, observamos que apesar de as formas de entrada no PV não serem uniformes, há uma convergência bastante significativa para as redes de amizade e redes formais no tocante ao recrutamento de lideranças para o partido. Esses recrutados são levados ao partido por amigos de bairro, de trabalho e mesmo de frequentadores de uma mesma igreja. Todavia, ainda que as redes de amizade, familiares, classe social etc., enfim, os laços sociais, operem como um incentivo ao engajamento (MCADAM e PAUSEN, 1993), é preciso ter cautela para afirmar seus reais significados mediante o recrutamento dos líderes considerados. Ou seja, só pode ser observada a importância desses laços sociais mediante a observação da carreira dos líderes do partido, a fim de visualizar como o conjunto de recursos dos quais estes líderes dispõem se relacionam com as redes nas quais estão inseridos permitindo-lhes a inserção no partido. Isso veremos no capítulo seguinte.

⁸⁶ Cf. Portugal, op. cit. p. 16.

CAPÍTULO III

PADRÕES DE CARREIRA E FORMAS DE RECONVERSÃO DA MILITÂNCIA NO PARTIDO VERDE.

Os dados apresentados no capítulo anterior nos permitiu apresentar um perfil do grupo considerado, sobretudo, no que diz respeito às origens sociais, recursos culturais e profissionais destes. Enfim, permitiu-nos identificar a composição social do PV. Deste modo, o presente capítulo se apresenta com o objetivo de apresentar as diferentes modalidades de carreira e de reconversão dos recursos anteriormente apresentados. No sentido de analisar os mecanismos que transformam os diversos recursos sociais, escolares e profissionais em “trunfo” que permite a inserção do grupo considerado aos postos de destaque no partido.

Ao apresentar diferenças entre recursos sociais, profissionais e militantes entre os agentes que compõem o grupo considerado, chama atenção às diferenças nos itinerários destes e o fato de que, mesmo com percursos diferentes, foram conduzidos ao engajamento no PV. A esse respeito, há um conjunto de trabalhos que se esforçam em demonstrar o quão desiguais podem ser as condições de partida em relação às posições de chegada (BOURDIEU, 1980; 2007a). Em sua maioria, esses trabalhos convergem no sentido de identificar que as posições de chegada têm a ver com determinantes e bases sociais que precisam ser consideradas, como por exemplo, as origens sociais, a inserção em espaços de socialização e, inclusive, a inserção profissional. Trata-se, portanto, de considerar as estruturas que determinam os percursos nos quais os itinerários biográficos ocorrem, de modo que, tais estruturas acabam sendo determinantes para o desenvolvimento de diferentes carreiras.

Isso significa dizer que, as determinações por estarem associadas aos espaços sociais onde os agentes transitam criam circunstâncias para o desenvolvimento de carreiras variadas. Essa questão remete a ideia de que, a relação entre os diferentes espaços faz com que os agentes neles inseridos representem “papéis” específicos para cada uma destas esferas, de modo que a maneira como estes agentes articulam estes “papeis” estrutura o que se pode chamar de identidade coletiva (MISCHE, 1997; THEVENOT, 2006). O principal desafio deste capítulo consiste justamente na necessidade de compreender o líder do partido enquanto um agente imerso numa rede de relações estabelecidas ao longo de sua trajetória (FILLIEULE, 2001). Dito de outro modo, o objetivo principal deste capítulo é de perceber em que medida as diferentes esferas em que os líderes do partido se inserem (espaço de

socialização, de acúmulo de recursos e de inserção em redes) permitem o acesso aos postos disponíveis pelo partido. Ou seja, dentro de uma ordem de variáveis possíveis que explicam o engajamento do grupo considerado, o texto avaliou as questões acima destacadas a respeito das origens sociais (grupo familiar e escolar), da inserção em associações (movimentos sociais, religiosas entre outras) e a esfera profissional, no sentido de identificar como operam as condições de uso e de reconversão dos recursos variados dos quais os agentes dispõem para explicarmos o acesso destes nas posições de dirigente do PV.

No capítulo anterior foi demonstrado que os líderes que compõem o PV são, em alguma medida, semelhante às outras elites partidárias, sobretudo, quando se tratando de origens familiares e categorias profissionais, contudo, demonstrou-se também que são desprovidos de capital político e militante, recursos estes, que servem como “trunfo” para garantir a ascensão em qualquer espaço do universo político. Portanto, dito isto, é de se convir que a ausência deste tipo de recurso foi suprida pelo acionamento de outros recursos igualmente reconhecidos no meio político, como por exemplo, o nível social elevado e inserção em redes de relação favoráveis, capital cultural, ocupação profissional entre outros. Neste capítulo objetivamos ir além dos dados objetivos destacados no capítulo anterior, demonstrando como os diferentes recursos dos quais estes dispõem funcionam no sentido de lhes permitir a ocupação dos postos de comando no partido. Demonstrando, entre outras coisas, os padrões de carreira que explicam o engajamento político-partidário e a ascensão dentro do grupo considerado.

Em sentido parecido, quando pretendido analisar os diferentes padrões de carreira de jornalistas no Rio Grande do Sul, Petrarca (2007), identifica que a comparação entre as diferentes carreiras destes “permite analisar as divisões do grupo, a hierarquização dos segmentos e as combinações entre os recursos de origem, aqueles obtidos pela militância político-partidária, e o crescimento na hierarquia do jornalismo, em seus postos e em seus cargos⁸⁷”. Este texto, embora não trate diretamente com o objeto empírico do qual trata o presente trabalho, apresenta algumas considerações a respeito do grupo dirigente – lá os jornalistas –, assim, alguns destes apontamentos fornecem pistas a respeito dos “caminhos” a serem percorridos pelo presente trabalho.

Deste modo, para alcançarmos os objetivos acima identificados se fez necessário, num primeiro nível, categorizar os dirigentes dentro de uma ordem dos prováveis, ou seja, encontrar padrões e lógicas de investimentos que expliquem o acesso aos postos de destaque

⁸⁷ Cf. Petrarca, op. cit. p. 210.

no PV e, num segundo nível, identificar as retribuições materiais e simbólicas que estes podem ter acesso em função da posição ocupada no partido.

Portanto, identificar os diferentes padrões de carreira que explicam os pontos de “chegada” e ascensão no partido implica em ter de fazer uma comparação entre diferentes trajetórias sociais. Em termos práticos, essa comparação que será feita a partir da diferenciação de três padrões de recrutamento/engajamento (política por vocação/militantismo real/categorias profissionais) permite avaliar de que maneira a conjugação desse conjunto de determinantes (sociais, culturais e profissionais) define as posições de destaque no partido. A esse respeito, é pertinente dizer que, os dirigentes que fazem parte do grupo considerado embora em posse de recursos semelhantes (como demonstrado no capítulo anterior), suas posições no partido se apresentam como resultado de diferentes trajetórias sociais.

3.1 Políticos por “Vocação” ou tentativas de aquisição de um capital político?

O caso a ser apresentado tem uma importância para o estudo em tela, na medida em que representam o recrutamento de “dirigentes-políticos”. Ou seja, de líderes que se inserem no ambiente do partido visando exclusivamente maiores oportunidades para disputar eleições. Como ponto de partida, conforme já demonstrado em outro lugar (VIEIRA, 2012), o fato de ocupar postos de destaque no partido favorece a estes em momento de escolha de representantes⁸⁸ para às eleições. Ou seja, dentro de um universo de “aspirantes” à representante do partido no pleito, o fato de ser dirigente serve de “trunfo” entre o dirigente e os demais que são apenas filiados. Não raro, esses dirigentes são favorecidos em momentos de crise e de escolhas desses representantes. Outra questão, igualmente importante, tem a ver com o fato de que, mediante a posição ocupada dentro do partido e das exigências que essa

⁸⁸ Alguns trabalhos têm se esforçado para analisar o papel dos partidos na sociedade. Por um lado, temos trabalhos que partem do princípio de que os partidos seriam uma espécie de *link* entre a sociedade e o universo político, assim, estes funcionariam enquanto instituições capazes de formar uma elite específica, à saber, a própria elite política (DUVERGER, 1980; WEBER, 2003). No geral, esses trabalhos convergem no sentido de indicar que o recrutamento aconteceria de baixo para cima, de modo que os membros recrutados para compor a elite política seriam recrutados das bases sociais e, como consequência, dentro deste esquema esses partidos deveriam representar variados grupos desta mesma sociedade, fazendo valer o direito destes (os grupos sociais) de serem representadas em sua plenitude por parlamentares. Por outro lado, temos uma linhagem de estudos que apresentam os partidos enquanto instituições autônomas e não subordinada à sociedade, assim, seus representantes tendem a representar os anseios do partido e não os grupos sociais. Dentro dessa lógica, nos partidos ocorreria uma “filtragem” por meio da qual o amplo universo de “selecionáveis” (aspirante aos cargos eletivos) seria reduzido, pelos “seletores” (líderes) partidários, a um universo bem menor de aspirantes e candidatos (PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009).

posição requer, esses dirigentes passam a adquirir um *savoir-faire* política. Ou, dito de outra forma, estar no partido ocupando postos de destaque permite aos líderes o acesso a uma “gramática de grupo” de modo que, tanto os saberes adquiridos quanto a posição ocupada, possam ser acionados durante o pleito enquanto “trunfo” político.

O primeiro caso é o de um dirigente, atualmente com 43 anos, proveniente de uma família de políticos, tendo convivido durante sua infância e adolescência com seu avô paterno, que exerceu três mandatos de prefeito em uma cidade do interior, isso entre às décadas de 1960 e 1970. Trata-se de Simão Dias, cidade do agreste sergipano, segundo dados do IBGE/2012 com aproximadamente 38.988 mil habitantes, e classificada como uma pequena cidade. Em função desse contato (entrevistado/avô), o entrevistado se diz “herdeiro” político de seu avô, pretendendo “seguir seus passos” e “servir ao próximo como ele serviu”. Chama atenção neste caso, o fato de seu pai não ter dado continuidade a “carreira” política de seu progenitor, em virtude dessa ruptura por parte de seu genitor o entrevistado perderia o reconhecimento social da “herança” política da família. Neste sentido, o trajeto social deste agente demonstra algumas tentativas de, por um lado, acessar os *bens simbólicos* advindos do reconhecimento social dessa “herança” e, por outro lado, de alcançar seus objetivos de ocupar um cargo eletivo em sua cidade. A questão que interessa saber é: Em que medida ser dirigente do PV permite ao entrevistado a possibilidade de ter acesso à seus anseios políticos.

Trata-se, portanto, da trajetória social do Entrevistado VII. Sua carreira política iniciou-se quando tinha 21 anos de idade. É pertinente destacar que esta carreira se deu, exclusivamente, através de filiações em partidos políticos, ou seja, tal como outros dirigentes do partido, não se observou em sua trajetória qualquer tipo de engajamento militante, participação em movimentos estudantis que demonstrasse associação em organizações não partidárias. Sendo que seu único envolvimento é o religioso de *viés* kardecista. Religião esta que segue desde muito cedo, desde que tinha 17 anos de idade, o que contrariava alguns membros de sua família, de maioria católica.

Suas principais referências na política advêm mesmo do ambiente familiar. Ocorre que, esse entrevistado é bisneto e neto de políticos que ocuparam em momentos diferentes o posto máximo do executivo municipal. Seu bisavô, Leopoldo Araújo de Sousa, foi prefeito por três mandatos (1930, 1935 e 1937), seu avô, Raimundo Oliveira Sousa, também conhecido na região como “seu Raimundinho”, à exemplo do pai, também se envolverá com a política local, sendo eleito prefeito também por três vezes (1946, 1967 e 1973). Em função dessa referência “caseira”, o entrevistado em questão apresenta sua família como uma família de “políticos natos” de modo que a política estaria “no sangue” de seus membros.

Embora não tenha conhecido seu bisavô, viveu com seu avô até os 18 anos de idade quando este “veio a desencarnar”. Para o entrevistado, o período vivido ao lado de seu avô foi de fundamental importância para sua politização, pois lhe permitiu a aquisição de um “entendimento da política” e de saberes que faria parte de sua vida pública. Todavia, apesar dessa “linhagem” política bem definida, seu pai não se envolve com essa atividade, rompendo com uma “carreira” de bases familiares. Essa ruptura vai repercutir diretamente na carreira política de nosso entrevistado, ocorre que o mesmo passaria a buscar o reconhecimento social de sua “herança” política através do acionamento de sua ligação com seu avô. Aliás, no decorrer de sua fala o entrevistado demonstrava seu ponto de vista a respeito do não envolvimento de seu pai com a política, como diz: “meu pai não se envolveu por fraqueza, por medo”, demonstrando total aversão ao posicionamento de seu pai. O fato é que seu tio (irmão de seu pai) teria dado continuidade na “carreira” política da família, disputando e sendo eleito vereador desse município por dois mandatos (1992 e 1996), por sinal, o primeiro mandato de seu tio coincide com o tempo em que o entrevistado iniciou sua carreira eleitoral. O que levou a uma disputa entre familiares, tornando-se rivais políticos no município, fato este associado à busca pelo reconhecimento dos laços familiares, ou seja, quem pode se apresentar como legítimo “herdeiro” de seu Leopoldo (bisavô) e seu “Raimundinho” (avô). A esse respeito, tal como observa Cãnedo (2005), os laços familiares podem ser convertidos em capital político, porém essa conversão não se dá de maneira automática, contrário disso, a transmissão da “herança” familiar e sua reconversão em recurso político só pode obter êxito através do acionamento destes laços, de modo que a sociedade possa assimilar e associar a relação entre uma família política e seus respectivos membros.

À exemplo de tantos outros sergipanos, sua trajetória fica marcada por um deslocamento geográfico caracterizado pela saída de sua cidade natal para Aracaju. Fato justificado em função de suas atribuições profissionais, ocorre que, no final da década de 1990, exercia um cargo comissionado de oficial de justiça, sendo transferido dessa cidade para Aracaju em função de mudanças políticas ocorridas no município. Ao que tudo indica, esse deslocamento repercutiria em sua ascensão escolar, na medida em que “passaria a ter mais facilidade de estudar morando aqui”, assim pôde dar continuidade nos estudos que havia sido interrompido anos antes, quando concluído a educação básica em sua cidade. Dessa forma, em 2000 passou a cursar pedagogia, concluído em 2004, e já no ano seguinte iniciaria uma nova etapa profissional e escolar, caracterizado por sua entrada no mestrado em Educação. Conforme relata em um trecho da entrevista:

Vir para Aracaju foi muito importante e me permitiu avançar em meus estudos, fazer a faculdade no curso de pedagogia, profissionalmente foi muito bom também, por que passei a trabalhar na área que realmente gostava. Pense você que quando era oficial de justiça tinha que levar ofícios, intimações para as pessoas, era muito perigoso, já fui até ameaçado de morte, sabe como é essas coisas. Logo que terminei a faculdade, quis dar continuidade nos estudos, foi aí que entrei no mestrado em Educação lá na UFS [...] nessa ocasião já tinha voltado pra Simão Dias. (Entrevista VII).

Em outro momento, o entrevistado passaria a apontar a importância política de sua vinda para Aracaju, sobretudo, para sua entrada no PV, em suas palavras, “foi nessa época que conheci o pessoal do PV, mas não tinha me filiado ainda, não era o que queria na época”. Apesar de ter se inserido em redes profissionais e políticas durante o período que esteve na capital, sua “raiz” política estaria mesmo em Simão Dias. Ou seja, mesmo morando em Aracaju, seus objetivos políticos só poderiam se concretizar em Simão Dias, em função desta “ligação política” ele nunca perdia a oportunidade de ir passear em sua cidade natal. Por sinal, o entrevistado relata algo bastante interessante, e que com frequência é destacado pela mídia local, o fato de muitos sergipanos que moram na capital estarem sempre ligados à política das cidades onde nasceram, algumas cidades, inclusive, o número de eleitores é maior que o de habitantes. O fato é que, mesmo morando em Aracaju passaria a disputar eleições em Simão Dias. Essas várias tentativas de acessar cargo eletivo em sua cidade o levaria a “construção” de um “currículo” extenso de filiações partidárias. Como diz:

Já atuei no PMDB, que no início era MDB, meu avô foi um dos fundadores desse partido, sabe! Disputei três cargos para vereador nesse partido, depois por questão de existir uma ditadura disfarçada no partido, quer dizer, todos os partidos pregam a democracia, mais tem sempre um grupo que comanda quem vai e quem não vai disputar os cargos. Então, eu saí desse partido, né. Em consequência disso eu fui pro PHS pra disputar a eleição pra deputado estadual, em 2006, apoiando João Alves Filho e, depois disso, pra disputar a prefeitura eu fui para o PMN, agora estou no PV, espero poder representar o partido nessa eleição, mas como sabemos o sistema é bruto. (Entrevista VII).

Em outro caso, essa questão também pode ser observada, quer dizer, a migração de um partido para o outro com o objetivo de poder disputar eleições:

Pergunta: O senhor já disputou alguma eleição? Já me candidatei em Rosário do Catete pra vereador em 2004, nesse momento eu me candidatei pelo PFL, acho que não consegui êxito por conta de inexperiência política, eu não tinha experiência como candidato mesmo, essa é a verdade. O grupo político que eu estava inserido no momento também não favoreceu, acredito eu que, o principal problema enfrentado foi mesmo por conta do grupo político que não me favoreceu em nada [...] **Pergunta: O senhor pode dizer**

como foi sua filiação nesse partido e o que te fez sair? Me filiei em 2003, por conta de alguns amigos lá, ocorre que o PFL era o partido de oposição ao partido do prefeito. Então, assim que me filiei disputei “logo de cara” a eleição de 2004, após o fim desta eleição, em conversa com meus familiares percebi que fui desfavorecido pelo grupo que controlava o partido na cidade, assim me “desfiliei” do partido [...] foi quando eu fui para o Partido Verde, já fui de imediato. Na verdade, já me filiei com a intenção, a filiação no partido demorou por conta de alguns problemas burocráticos, mas a intenção mesmo era me filiar para poder disputar às próximas eleições representando o partido. (Entrevista IV).

Os dois relatos apresentados acima chamam atenção para a migração partidária entre dirigentes do partido, manifesta-se em ambos os casos o objetivo de disputar eleições, isso pode ser verificado, sobretudo, na fala do Entrevistado IV, quando este diz ter entrado no Partido Verde já “na intenção” de se candidatar. Relatos como estes implicam em dizer que a migração entre os dirigentes se dá pela busca de um espaço que lhes permita disputar cargos eletivos. Assim, sempre que surgir algum entrave a tal objetivo não hesitam em se “desfiliar” e filiar em outro partido.

Após ter saído do PMN não teria entrado direto no PV, ocorre que, este havia dado “entrada nos papéis” necessários para instituir um novo partido no Estado, o PN (Partido Nacional), chegando ir à Brasília estabelecer as relações e os contatos necessários. A instituição desse novo partido, segundo ele, garantiria a possibilidade de dominar as “regras” e o “jogo” interno, de modo que pudesse se promover e disputar eleições “quando bem quisesse”. Foi nesta mesma ocasião que procurou o então presidente do PV, na época Carlos Pinna Júnior, o qual conheceu durante o período em que morou em Aracaju, quando ambos trabalhavam em uma faculdade particular da cidade.

Tais contatos, favorecidos pela ocupação profissional permitiam-lhe uma primeira aproximação com o PV. Assim, diante das imposições acerca da formação de um partido político, o PN, o dirigente em questão procuraria Carlos Pinna Júnior novamente, objetivando desta vez a possibilidade de fundar o diretório municipal tal como lhe havia sido oferecido em outra ocasião. Tanto o presidente do partido quanto outros membros aceitaram essa oportunidade e deram “carta branca” para formar tal diretório em Simão Dias. Nesta cidade, o entrevistado em questão seria designado como presidente municipal, tendo obrigatoriamente que recrutar outros membros para formar o contingente necessário. Isso ocorreu em 2007, mesmo ano em que ele seria mais uma vez convocado pelo presidente do partido para uma conversa onde lhe seria oferecido “um posto na estadual”, aceito prontamente, passaria a ocupar também a função de secretário de formação do PV estadual.

Os efeitos dessa relação com o PV foram sentidos na cidade onde mora, pois por ser uma cidade relativamente pequena todos passariam a ter conhecimento de tal filiação bem como suas pretensões futuras de se candidatar enquanto representante da agremiação no município. É pertinente destacar que, dado o fato de se tratar de uma cidade pequena, onde o espaço político é reduzido, onde poucos podem ter acesso à disputas eletivas, o fato de poder disputar eleições já pode ser o diferencial, pois, não raro, grande parcela dos que pleiteiam tal participação são excluídos do “jogo” pelos “selecionadores” antes mesmo de filiar em partidos políticos. Ou seja, em se tratando da trajetória política deste, o acionamento dos laços familiares e das capacidades adquiridas pelo convívio com seu avô poderia lhe trazer vantagens, de modo que o reconhecimento social desta “herança” seria convertido em “trunfo” político, na medida em que o voto deixaria de ser individual, tornando-se um voto de adesão a facções políticas distintas (CÂNEDO, 2002; 2005; PALMEIRA, 1996). Porém, como visto ao longo do texto, às disputas internas por conta de quem pode se apresentar como “herdeiro” de seu “Raimundinho” acabou prejudicando os anseios políticos do entrevistado em questão, na medida em que o “reconhecimento” da “herança” política de seu avô ficaria mesmo nas mãos de seu tio. Em virtude disso, ainda que seja possível se filiar em outros partidos – como o fez sempre – a indicação como representante destes para disputar eleições dificilmente ocorreria. Neste sentido, se engajar no PV e ascender hierarquicamente neste partido lhe permitiu dominar o “jogo” dos “selecionadores”, passando a disputar, desde então, campanhas políticas no município ou mesmo à nível estadual como o fez em 2010 quando concorreu para deputado estadual.

Essa modalidade de engajamento permite mostrar a importância do partido frente às necessidades dos “dirigentes-políticos”, quer dizer, de agentes que se filiam em partidos políticos objetivando exclusivamente disputar eleições. As relações estabelecidas a partir da posição ocupada por estes permite uma atuação mais eficaz no meio político, pois na qualidade de dirigente de um partido pode acessar tanto o reconhecimento social de uma “gramática de ação” própria, quanto a oportunidade de estar concorrendo a cargos eletivos, na medida em que mediante a posição ocupada no partido passa a ser um “selecionador” e não mais um “selecionável”. Ou seja, nesta perspectiva, segundo Gaxie (1977), o partido funcionaria como uma “empresa” comprometida com a conquista do poder político de suas lideranças.

Todavia, há alguns perigos em categorizar os líderes considerados nessa pesquisa desta forma, se num primeiro ponto, às ideias lançadas nesse tópico parecem mesmo encontrar embasamento, na medida em que um grupo de dirigentes encontra no partido meios

para se inserir em disputas eletivas, por conseguinte, essa conduta analítica não aborda todas as variáveis que podem estar por trás dos motivos pelos quais os agentes se engajam em um partido, contrário disso, essa visão levantada no trabalho de um “dirigentes-políticos” dá a impressão que lidamos com um universo empírico extremamente politizado, e não foi o que demonstramos ao longo do texto. Ou seja, se foram encontrados dirigentes com essas características, também surgem outros padrões de engajamento que merecem ser destacados.

3.2 “Ser engajado é ser militante”: O ativismo real dos dirigentes do PV.

Obviamente, nem todos que se engajam em partidos políticos objetivam acesso às disputas eleitorais, nem tampouco, às retribuições materiais que o partido pode dispor. Este tópico representa um segundo padrão de recrutamento observado, trata-se de dirigentes que associam o ativismo militante ao engajamento político-partidário. Para estes líderes há uma necessidade de estar envolvido com organizações que lhe possibilite a inserção em um ambiente que lhe traga a satisfação de defender ideias, de ter um compromisso, de modo que o partido se torna um ambiente de socialização e de inserção em grupos de amigos dispostos à falar de assuntos referentes à política e ao partido (GAXIE, 1977). Trata-se de um líder ativista, o que não significa dizer que os outros não o sejam, porém, neste caso específico, o ativismo no partido passa a representar uma parte significativa de sua vida. É este o líder que mais frequenta as dependências do diretório estadual, participa das reuniões, se dedica em organizar campanhas políticas de seus companheiros de partido entre outras funções.

No fundo essa parte permite mostrar qual o nível de osmose social que ocorre entre o perfil do membro e a organização política que ele aplica seu militandismo, considerando que a adesão ao partido requer um período de envolvimento. Isso porque quase nunca existe uma coincidência estrita entre as disposições sociais dos apoiantes e o nome do partido, esta iniciação é de caráter decisivo e levanta a questão de como o militante se tornar compatível com a instituição. Segundo alguns autores (FRETEL, 2011; GAXIE, 1977; LOCHARD e SIMONET, 2009; DUBAR, 2000), para assumir este novo papel, é necessário que esta organização acolha com relativa tolerância o novo militante. Certamente, o grau de encerramento que tem uma instituição partidária particular não é, obviamente, o mesmo que entrar no seminário ou para se juntar ao Partido Comunista, como aconteceu na década de 1950 na França. Esses exercícios “conversão” não requerem os mesmos sacrifícios ou as mesmas pausas com o resto do mundo social do qual esses militantes advém.

O Entrevistado X se insere neste perfil de dirigente partidário, atualmente com 58 anos, aposentado da Petrobrás como técnico em manutenção e também dono de um pequeno negócio no ramo de serigrafia, vem de uma família cujo pai era agricultor e mãe dona de casa, ambos com baixa escolaridade, cursaram apenas o primeiro ano primário. Natural de Neopolís-SE, contudo foi criado em Brejo Grande, outra cidade do interior do Estado, onde teria passado boa parte da infância e início da adolescência, fato este que impossibilitaria sua entrada na escola. Em função dessa dificuldade, teria entrado na escola somente aos 11 anos de idade tem os primeiros contatos com o “ABC”, a cartilha, depois disso deu continuidade nos estudos. Facilitou essa continuidade o fato de ter vindo morar em Aracaju com suas irmãs, nesta ocasião passaria a morar com sua tia, dona Esmeralda, no bairro São José. Onde ficaria morando por mais dois anos, até que alugaria uma casa na Rua Riachão, localizada no centro da cidade. Sua escolha do endereço estava relacionada ao fato de ter iniciado o curso de eletrotécnica pelo SENAI na Rua Propriá, também no centro da cidade. Então passou a mesclar a escola básica com o curso técnico, pois morando na capital teria oportunidade de estudar, assim teria concluído o primeiro grau no colégio dos “Capuchinhos”, foi quando fez um exame e conseguiu entrar no colégio Presidente Vargas, tendo concluído o segundo grau no colégio Ateneu. Ao terminar o curso técnico passou em um concurso que fez para trabalhar na Petrobrás. Até que em 1979 daria entrada em sua primeira tentativa de conseguir diploma de nível superior, iniciando no ano seguinte o curso de economia por uma faculdade particular da cidade. Após quatro períodos de estudo este viria a trancar o curso. Em outro momento de sua vida, tentaria novamente a entrada na “vida acadêmica”, passando no vestibular para o curso de História na UFS, porém, à exemplo, da primeira tentativa também veio a trancar este curso. Como diz:

Parei por conta do meu trabalho, é que foi assim, por que na Petrobras pro meu tipo de trabalho eu tinha que ficar viajando, né. Assim, eu trabalhava na sonda, então ia pra lá e pra cá, até que fui transferido para alagoas, lá fiquei por dois anos, aí perdi o estímulo nos estudos né...só voltei mesmo em 1989 quando passei no vestibular da UFS, em história, mas também não dei continuidade, logo no primeiro ano tranquei, ainda por causa do trabalho. (entrevista X)

Como visto as atribuições profissionais interfeririam na sua carreira escolar, fato este que o fez abandonar por duas vezes o curso superior. O fato é que passaria sua vida se dedicando à este trabalho, não encontrando tempo para outras atividades, diz que às vezes ia na Igreja Católica de seu bairro, mas nada muito constante. Em relação a sua atividade

política aponta que acompanhava notícias pelos jornais e TV, porém nunca se filiou em nenhum partido, a única experiência sua ou de um parente próximo com a política foi quando tinha 12 anos e seu irmão se elegeu vereador de Brejo Grande, como diz: “eram outros tempos, vereador não era função remunerada, pelo contrário, meu irmão que gastava dinheiro, às vezes precisava levar alguém à cidade, ou um enterro assim”. A trajetória de sua família acabaria neste momento de sua vida, na eleição seguinte seu outro irmão também resolveria se envolver e disputar às eleições, mas “os dois disputaram praticamente os mesmo votos, então os dois acabaram perdendo”.

Sempre nutriu a vontade de participar de algo relacionado à política, pelo que relatou vê na política uma forma de estar “ligado à coisas que interferem em sua vida”. Quando questionado a respeito dos motivos que o levaram a se engajar no PV, aponta que uma importância a dos saberes sobre ecologia adquirido no período em que trabalhara na Petrobrás, quando esta empresa estava se adaptando aos padrões internacionais e excelência ISO 9000 e ISO 9002, entre os critérios deveria ser estabelecidos algumas diretrizes de cuidado com o meio ambiente. Conforme relata:

Pergunta: O que te levou entra no PV? O que me levou a entrar no PV, foi meu trabalho na Petrobrás, quer dizer, comecei a ter acesso a informações sobre o meio ambiente e aos problemas da natureza. É que a Petrobrás começou a entrar nos padrões internacionais, ISO 9000, ISO 9002, aí nós começamos a implantar redes de distribuição de gás, começamos implantar a ISO 9000, e uma das questões que mais são levadas em consideração é o cuidado com o meio ambiente, sabe. É tanto que existe até uma sigla, segurança, meio ambiente e saúde. Por que, a gente tem que ter segurança pra trabalhar, tem que ter o cuidado com o meio ambiente [...] aí, eu acabei me engajando bem nesta questão da defesa do meio ambiente, sabe. Eu era, na época supervisor, então tinha que repassar tudo bem direitinho, então comecei a procurar coisas sobre o PV. Na verdade, eu sempre gostei do PV, aquela coisa do movimento ecológico, defesa do meio ambiente, então eu vi que tinha muito a ver com o que eu fazia no meu trabalho [...] então, eu fiz assim, comecei a ver outros partidos, ver partidos pra me filiar, acho que isso foi em 2005, pra você ter uma ideia, antes de 2004 eu não tinha nada a ver com política partidária [...] o PV é diferente dos outros partidos, nós temos uma ideologia clara que agrega valores constantes, sabe. Temos nossa própria causa uma ideologia clara. Então isso era o que eu precisava. (Entrevista X).

Por conta disso, acabaria se envolvendo com o PV, ao contrário de outros agentes que são recrutados através de laços prévios de amizade e de conhecimento, esse caso se apresenta meio que na contramão dessa máxima, na medida em que, ele mesmo foi procurar o partido, procurou primeiro o diretório do partido, fez uma pesquisa na internet, para encontrar contatos, depois passou a estabelecer contatos frequentes com algumas das lideranças do

partido. Passaria a frequentar reuniões, assumir atribuições no partido, a esse respeito, em uma das ocasiões em que fora estabelecido contato entre pesquisador/pesquisado, isso no diretório do partido, que ficava na época na Avenida Barão de Maruim, foi presenciado o referido entrevistado arrumando alguns papéis, organizando a sede e limpando a sala principal. É oportuno dizer, por sinal que na ocasião da entrevista este preferiu que acontecesse na sede, tinha a chave e foi marcado durante a tarde. Em vários momentos em que o pesquisador pôde participar de reuniões o entrevistado em questão esteve presente em todas. Normalmente, é ele quem edita a ata da reunião. Seu *viés* ideológico pode ser perfeitamente observado no relato a seguir:

O PV, tem uma história muito bonita, você vê que mesmo vendo tantos políticos sem escrúpulos, sem ética, temos o PV que luta contra coisas que prejudicam a natureza, e por isso eu luto no partido. Por que é um partido que luta pela vida, e isso é uma coisa que me atrai, que sustenta minha vontade de permanecer no partido. É um partido que tem uma baliza, defende o planeta, por exemplo, o PV alemão tem uma participação tão grande na política daquele país que interferiu na construção da usina nuclear, veja que lá o governo teve que repensar a energia. Então, o PV tem uma dimensão tão grande que hoje no mundo já estamos presentes em mais de 120 países, tanto é que foram divididos agora em quatro federações, tem a federação das Américas, da comunidade europeia, da África e da Oceania, e essas quatro federações falam a mesma língua, tudo sinalizando a defesa do planeta, sabe.

Sua entrega “às coisas do partido” pode ser observada na aquisição da gramática política do partido, passaria a estudar à fundo às normas e as diretrizes da agremiação. Para este, mais do que para outros líderes do partido, a aquisição de competências e saberes práticos da atividade política foram adquiridos no convívio com os demais líderes. De modo que, o PV se tornaria um importante espaço de socialização política.

O perfil deste agente ilustra bem uma característica dos membros do PV, qual seja, uma baixa interiorização de práticas políticas tidas como profissionais e, portanto, adquiridas por passagem em outros partidos, movimentos sociais ou mesmo por cargos eletivos. Segundo Sainteny, Blondiaux e Courty (1990), em seu trabalho sobre a “elite verde” francesa, trata-se de um grupo desprovido de propriedades sociais geralmente considerados como sendo favoráveis ao desenvolvimento político. Esse baixo coeficiente de poder social e político se refletem no baixo reconhecimento da autoridade social e política “dos verdes”, na França.

3.3 Políticos por “formação”: Excelência profissional e recrutamento de líderes do PV.

Enquanto na modalidade anterior mostrou-se que o engajamento de lideranças partidárias pode ser também resultado de um investimento militante, no sentido de que a partir desse engajamento o agente passaria acessar retribuições simbólicas e uma satisfação de defender uma “causa”. A presente modalidade objetiva avaliar em que medida às categorias profissionais compõe as bases de recursos dos que “chegam” aos postos de comando no partido e como essas categorias se combinam com outros recursos (adquiridos ou herdados) ao longo do trajeto social. Para isso, dois grandes padrões foram marcantes entre os entrevistados: i) uma primeira modalidade encontramos os que combinam recursos escolares, profissionais e econômicos como fator de recrutamento no partido; ii) já em uma segunda modalidade, observamos agentes que combinam o engajamento no partido com inserção de redes de relação que possibilita a reconversão de recursos profissionais em ocupação de postos profissionais para além do espaço do partido. Esses padrões servem de base para visualizar um dos principais tipos de reconversão encontrado entre os agentes investigados ao longo da pesquisa.

3.3.1 Recursos sociais e profissionais: O recrutamento feito “de cima”.

O presente tópico representa o padrão de associação e reconversão característica daqueles que fizeram carreira profissional ascendente, tornando-se profissionais reconhecidos no “mercado” ao mesmo passo em que essa carreira profissional lhes permite um “bom” acúmulo de recursos econômicos e a inserção em espaços de “poder”. Esse perfil de dirigente é fundamental para a ascensão do partido dentro da conjuntura política local. Permite, entre outras coisas, a “promoção” do partido antes e durante o “tempo da política”, não raro, se tornam o “homem de frente” do partido, aquele que vai à mídia, negocia alianças com líderes de outros partidos, já que os conhece e também é reconhecido, busca apoio econômico nas “altas rodas” e, além disso, eleva o partido à condição de igualdade frente à disputas eleitorais.

O caso a ser apresentado é o de um dirigente, atualmente com 72 anos de idade. Filho de militar da marinha e de mãe dona de casa, natural de Ceara Mirim, Rio Grande do Norte, vivenciou em sua infância algumas das consequências da Segunda Guerra Mundial, uma das lembranças mais marcantes de sua infância é o fato de não poder “acender as luzes à noite”, ocorre que Natal-RN se tornaria, naquela época, uma das bases militares dos EUA e um possível alvo das tropas nazistas. Outro fato que marcaria sua infância neste Estado também está relacionado à segunda guerra mundial. Ocorre que seu pai, militar da marinha, havia sido

convocado para a guerra, como moravam no interior, em uma chácara onde não havia sequer rádio e não chegava correspondência seu pai não foi informado de tal recrutamento. Quando retornou ao serviço militar algum tempo depois, isso já na capital, ao se apresentar ao quartel foi imediatamente preso. O entrevistado relata que nesta ocasião estavam, sua mãe, irmãos e ele à esperar fora do quartel quando um oficial veio comunicar-lhes do ocorrido. Preso, seu pai foi julgado e condenado pela corte marcial, tendo que ficar detido no quartel por um ano e meio. Esse episódio causaria em sua família uma grande perda financeira, acontece que seu pai era o único responsável pelo provimento do lar, assim, aponta que nesse momento de sua vida teria passaria bastante necessidade. Anda segundo relato, tal episódio de “injustiça” seria também decisivo para o desenvolvimento de seu principal objetivo profissional, qual seja o de se tornar advogado, pois “não queria que algo desse tipo acontecesse com outros pais de família”.

Trata-se da trajetória social do Entrevistado III. Depois de ocorrido esse episódio com seu pai, a família resolvera mudar de cidade, indo morar, no início da década da década de 1950, no Rio de Janeiro. Nesta cidade viveria boa parte de sua infância e início da adolescência. Por incentivo de seu pai, se dedicou aos estudos, tendo sido um bom aluno. Apesar de seu pai não ter concluído o segundo grau, relata que se tratava de um homem culto, de estirpe e “de uma sabedoria incrível”, sempre acompanhava seus estudos e de seu irmão e irmã. No Rio de Janeiro passou a estudar em um colégio interno, bastante exigente, por sinal, lembra de episódios onde era severamente castigado por qualquer que fosse o “desvio de conduta”. O fato é que teve dentro da escola uma professora, dona Maria Josefa, se tornaria uma boa amiga, que lhe ajudara em momentos difíceis e que conversava com ele e seus colegas sobre política e sobre “coisas da vida”. Segundo o entrevistado, este teria sido os primeiros contatos com a política, já que em casa “não se falava no assunto”. Por conta disso, atribui a passagem pela educação básica uma referência que lhe causaria o desenvolvimento do “gosto” pela política.

Eu vejo que a escola tem um papel importante, quer dizer, a escola ministra o conhecimento, mas deve saber que seu principal papel é educar pra vida [...] me recordo, aliás, que em 1950, eu era aluno da escola primária, isso lá no Rio de Janeiro, estava tendo eleições para presidente, eu entrei correndo na sala com a foto de Getúlio Vargas dizendo pra professora “olha o velhinho, vote no velhinho” foi quando ela se voltou pra mim e disse: “eleição é uma coisa séria, devemos levar à sério aquilo que trás tantas consequências na vida da gente”. Desde então passei a ver a política como uma coisa séria e que deve igualmente ser levado à sério. (Entrevista III)

A esse respeito, a literatura sociológica tem demonstrado uma ligação entre a formação básica (universo escolar) e a aquisição de competências políticas (GAXIE, 1978). Aos 16 anos de idade, agora já morando na Bahia, seu pai o matriculou em outro colégio interno, como diz em sua fala, a formação rígida foi uma marca de sua vida escolar, seja por parte da escola ou das cobranças de seu pai. O fato é que nesta escola passaria a se envolver mais com a política estudantil, relata que quando era seminarista passou a participar de campeonatos de oratória na escola, sendo campeão por duas vezes. O que lhe inseriu no universo político da escola onde estudava, foi também nesta mesma época que foi eleito presidente do grêmio estudantil. Chegando a ocupar posteriormente o posto de diretor de Cultura da Associação baiana de Estudantes Secundaristas. O que o levaria a participar de passeatas de apoio aos estudantes e de protestos pela rua, em uma ocasião conta que conseguiu reunir mais de cinco mil pessoas em uma única passeata. Um fato que chama atenção em seu relato é que, ao contrário de boa parte dos estudantes da época, ele se manifestava contra os “comunistas”, porém, por muitas vezes tivera que “camuflar” esse ponto de vista político-ideológico, atribui tais valores a sua formação rígida e sua ligação familiar com o militarismo. Seu envolvimento no grêmio estudantil teria sido seu último envolvimento militante-associativo.

Terminado a educação básica em fins dos anos de 1950, conseguiu entrar logo em seguida no curso superior. Tal como havia prometido à seu pai, no início dos anos 1960 iniciou o curso de direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). O comprometimento demonstrado na educação básica foi também observado na carreira acadêmica. Fato este que lhe rendeu a oportunidade de advogar “mesmo antes de se formar”. Segundo ele, a “boa” formação que estava tendo e as oportunidades que lhe surgia por morar em uma cidade pequena, permitiu essa possibilidade. Como diz: “na cidade que morava havia só três advogados, então fui chamado para ser advogado, antes mesmo de me formar”. Logo que terminou o curso superior fez concurso para o Procurador da República, tendo sido aprovado em primeiro lugar, ocorre que, em um dos pontos do edital especificava que deveria ter no mínimo cinco anos de experiência para poder assumir o cargo. Desse modo, quando foi apresentar os documentos necessários foi-lhe questionado como ele tendo apenas um ano de formado poderia estar preenchendo tal requisito, após comprovar os “serviços prestados” como advogado em sua cidade, sua aprovação foi deferida, passando a trabalhar como Procurador da República. Emprego este que lhe traria uma considerável ascensão econômica. Como Procurador da República foi designado para trabalhar em São Paulo, lá iniciaria mais

uma etapa de seu itinerário acadêmico. Logo que chegou em São Paulo se matriculou no mestrado em Direito Criminalista pela USP.

Sua carreira profissional seria o *link* que o traria para Aracaju, como diz: “vim para Aracaju para substituir um procurador da república, amigo meu, nesta ocasião vim pra ficar apenas 60 dias, mas se apaixonou pela cidade de modo que nunca mais sai daqui”. Assim, consegue transferência para trabalhar nesta cidade. Iniciando uma carreira profissional ascendente e que, em alguns momentos o levaria a inserção na política, passando a nutrir um “sonho de ser constituinte”.

Quando chegou à Aracaju, em pleno auge da ditadura militar, passou a militar no MDB. Nesse partido teria ganhado projeção e disputado algumas eleições. Essa projeção no partido e na política local tornou-se mais acentuada quando, em uma ocasião teria participado de um famoso caso jurídico do Estado, pois defendeu “Chico de Miguel”⁸⁹, em função disso, ganharia ali um importante aliado político e, além disso, projeção profissional, pois sua “vitória em uma derrota quase certa” lhe fez se tornar um advogado famoso no Estado. Segundo seu relato:

Meu partido na época, o MDB, eu tinha feito um júri aqui no Estado, famoso, defendi “Chico de Miguel”, quando acabou o julgamento, ele me chamou e disse como eu não tinha cobrado nada ia me ajudar a ser eleito. Segundo ele eu seria com certeza eleito senador na próxima campanha. Mesmo com sua ajuda, o MDB tinha feito alguns acordos e resolveram me ‘segurar’ um pouco, para que eu pudesse me candidatar à deputado. Nessa ocasião eu disse que não tinha condições na época, e o partido disse que ia me ajudar, bom eu confiei, né. Mas, pra você ter uma ideia, no decorrer da campanha o MDB me deu cinco mil cartazes para a campanha à deputado, enquanto um candidato para vereador gastava cerca de cinquenta mil cartazes em Aracaju. Quer dizer, fui candidato com a derrota certa. Esta seria uma boa oportunidade de assumir um posto legislativo estadual, mas infelizmente, a oportunidade fugiu de minhas mãos. Não culpo o “Chico” por isso, ele fez a parte dele, era um homem de palavra, mas tem coisas que não estavam em suas mãos. (Entrevista III)

⁸⁹Esse é um dos mais famosos casos de crime político do Estado. O comerciante Francisco Teles de Mendonça, também conhecido na região como “Chico de Miguel”, era um importante cabo eleitoral do udenista Euclides Paes Mendonça, quando este e seu filho foram assassinados, fato este ocorrido em agosto de 1963. Ocorre que, uma conhecida “rixa” comercial e política entre Euclides e Manuel Francisco Teles (PSD), teria sido os motivos do assassinato. Esse duplo assassinato incomodaria os udenistas de Itabaiana por cerca de quatro anos, agora sob o comando de “Chico de Miguel”. Em 1967, Manuel Teles foi assassinado por um pistoleiro conhecido como Antônio Letreiro, sem demora “Chico de Miguel” foi acusado de ter sido o mandante de tal assassinato, em função disso, teve seu mandato de Deputado cassado, tendo sido também preso pelo exército que o entregou à justiça comum. “Levado a júri, depois de mais de três anos de cadeia, foi absolvido”. As informações sobre a história de “Chico de Miguel” foram colhidas no sítio eletrônico: http://www.itabaianase.com.br/mais_noticias.php?gerais_id=866. Visualizado em: 13/08/2013 às 15:44.

O fato é que em Aracaju ele conseguiu construir uma carreira jurídica e política sólida. Em 1978, durante o governo de Augusto Franco, assumiu o posto de Secretário do Estado da Administração, tendo permanecido nessa função por onze meses. Como diz: “Augusto queria me eleger deputado, mas me pedia que eu nada falasse, nada fizesse, precisava naquela época de um homem com sabedoria suficiente para guiar os ‘burros’”, se referindo ao grupo que lhe cercava. Durante o governo de Valadares foi nomeado secretário do Estado, “ele criou a secretaria de Estado para Assuntos Parlamentares”. Em função desta ligação com Valadares, teria sido um dos juristas escolhidos para escrever o anteprojeto da Constituição do Estado de Sergipe, como diz: “entreguei a ele e ele entregou à assembleia legislativa”.

Em 1988, foi também indicado para a vaga de Diretor Jurídico e, depois para Diretor Administrativo, ambos na Assembleia Legislativa. Segundo ele, dois convites inusitados. O primeiro foi feito por Antônio Passos, quando este foi pessoalmente em sua casa e disse que havia assumido a presidência da assembleia e que precisava de alguém no departamento jurídico. Como diz: “Bom, ele chegou em minha casa e disse pra mim eu quero alguém no departamento jurídico, alguém que eu confie”. O segundo cargo citado foi por convite de Antônio Carlos Franco, permanecendo nesse cargo por um ano e meio. Esse conjunto de cargos não eletivos demonstra a influência e sua circulação nas “altas rodas” políticas do Estado. Sendo possível dizer que, tais contatos, favorecidos pela função profissional e política, permitiram-lhe a possibilidade de se eleger vereador de Aracaju. Fato este alcançado na eleição de 1992, quando estava filiado no PDT.

Porém, ter sido eleito vereador o levaria a um “desapontamento” com o “poder”, ocorre que, nos quatro anos em que esteve na Câmara dos Vereadores não conseguiu aprovar nenhum projeto, nenhuma lei. Percebeu que os “conchavos existentes no meio político impedem de um bom desenvolvimento daqueles que tem ‘boa’ vontade”. De todo modo, não viu este como um “bom” momento de sua vida, percebeu, na prática, que não teria “nascido para isso”, como diz: “não sou demagogo o suficiente, não sou falso, não sei agradar ou beijar no rosto das pessoas só pra ganhar voto”. Em função disso, depois de terminado seu mandato resolveu não se candidatar novamente. Para não sair de vez da política mudou-se de partido, passando a militar no PMDB, seria uma espécie de retorno ao MDB, partido que teria marcado sua vinda para Aracaju, todavia, desta vez sua filiação esta que não duraria muito, pois entraria em desavenças com o “grupo dos Franco”, grupo este que comandava o partido no Estado.

Depois dessa desavença políticas com membros do grupo Franco, eu fiquei um pouco sumido do cenário político local, pra você ter uma ideia eu dava entrevistas todos os dias, e depois disso fiquei sete anos sem sequer ser procurado por repórter nenhum, bom, você sabe quem controla a mídia local, né? Então aí já explica os motivos desse ‘anonimato’. Isso só mudou quando peguei um caso de repercussão nacional, e foram me procurar para me entrevistar, eu poderia, naquele momento dizer que não dava entrevista, mas fiz diferente, respondi tudo que me perguntaram. (Entrevista III).

É pertinente destacar que sua carreira política esteve sempre relacionada à sua carreira jurídica, de modo que uma não estava dissociada da outra. Na verdade, sua atividade profissional lhe permitiu a inserção no universo político, frequentar lugares, desenvolver amizade com pessoas influentes da política local, como por exemplo, membros da família Franco, do grupo de João Alves Filho entre outros. Dado o fato de ser um dos advogados mais conhecidos da região e sócio majoritário de um dos principais escritórios jurídicos do Estado, que também leva seu nome. Seu reconhecimento social e profissional o levaria a ocupação de mais um posto profissional, pois iniciaria sua carreira na área da educação.

Para ilustrar o reconhecimento profissional do agente em questão, cita-se duas reportagens disponíveis em jornais eletrônicos da região:

“[...] O advogado criminalista **XXX** esteve na tarde desta segunda-feira (16) no presídio Jacinto Filho, bairro Santa Maria, em Aracaju (SE) por temer que atentassem contra a vida do seu cliente, Fábio Calheiros, interno do complexo penitenciário desde o dia 10 de abril de 2011. Fábio é filho do empresário Floro Calheiros Barbosa, morto no ano passado numa operação policial. **XXX** informou que a rebelião já era anunciada, como também anuncia outras rebeliões em outros presídios de Sergipe e destacou que a continua temendo pela vida de Fábio Calheiros. “Vocês todos sabem, não é segredo que de 20 a 28 de março, eu anunciei a Sergipe que Floro, Fábio e Lucas morreriam antes que abril terminasse. Eu pergunto a você: Morreu quantos? Claro que numa rebelião alguém quisesse se aproveitar da confusão e satisfizesse interesses primitivos, que felizmente são acalentados pela alma humana [...]”⁹⁰.

“[...] Não vou defender quem foge. Até mesmo porque iria misturar o emocional com o racional”. Foi o que afirmou o conhecido advogado criminalista [...]”.

Como dito, o entrevistado em questão também passaria a trabalhar no meio educacional, tornando-se professor universitário, lecionando disciplinas relacionadas ao seu espaço de trabalho. Portanto, passaria a combinar em suas aulas competências adquiridos na

⁹⁰ Informações disponíveis no sítio eletrônico: <http://www.f5news.com.br/noticia.asp?ContId=4359>. Visualizado em 14/08/2013. Às 15:17 hrs.

academia (com sua pós-graduação, por exemplo), e os saberes adquiridos com a vivência de mais de 44 anos como advogado criminalista, vivenciando na prática todas as nuances de um tribunal do júri. Por essa inserção também na profissão de professor universitário, não raro, se apresenta como jurista e professor. Acrescenta-se ainda que sua inserção na carreira acadêmica passaria a ocorrer em simultâneo com a atividade de jurista. Por falar nisso, seu retorno à atividade política tem muito a ver com essa segunda profissão, pois ministra aula de ciência política e relata que em uma ocasião um de seus alunos o teria indagado sobre qual partido estava filiado, o que o levaria a refletir sobre sua posição em relação à política e passaria a pensar em seu retorno. Segundo o mesmo:

[...] foram meus alunos, meus alunos de ciência política. Eu cobrava deles participação na vida pública. Lembro que um dia, um aluno meu me perguntou qual partido eu estava filiado, eu respondi que em nenhum, ele sem demora respondeu-me: então que autoridades têm de nos cobrar filiação partidária. Chegando em casa, procurei minha mulher e falei o acontecido, ela disse então por que não procura um partido. Confesso que este momento voltei a pensar em voltar para a política, mas aquela lembrança ainda me perseguia [...] (Entrevista III)

O relato acima permite avaliar a importância que sua carreira como professor têm sobre sua voltar à política. Passaria, por um bom tempo a pensar em tal possibilidade, porém, não via “um partido que pudesse lhe trazer tal oportunidade”, quer dizer, oportunidade de se “envolver em um ideal, defender uma bandeira”, mas sem necessariamente ter de disputar cargo eletivo. Essa questão implica em uma questão bastante importante a respeito do ponto de vista do agente sobre sua vida política. Se a experiência como legislador não tinha sido de grande importância para sua vida, suas atribuições burocráticas assumidas em função de seu conhecimento político, lhe trás certo orgulho. Durante a entrevista e em conversas não formais, demonstrava o quão importante foi pra ele se envolver daquele modo com a política, como diz: “ser chamado pra trabalhar em cargos burocráticos como trabalhei era uma forma deles me dizerem assim olha, você é um excelente profissional, é o melhor e por isso quero você ao meu lado”. Em consequência desse conjunto de relações proporcionadas por sua carreira política e profissional ascendente, é possível dizer que estamos lidando com um agente dotado de prestígio social, o que lhe permite o reconhecimento entre o meio político do Estado. E, mais tarde a aproximação com o pessoal do PV. Sobretudo, o desenvolvimento de uma amizade com o então presidente (Entrevistado I) do partido, fato este que, conforme já demonstrado em outro momento, o agente em questão passaria a ser sondado por lideranças do partido, no sentido de se filiar ao mesmo.

Até que em 2008, em face de uma constante insistência filiou-se no PV.

[...] me pediu, eu não tenho tempo, mas não poderia negar essa ajuda no partido. Até por que, não é vaidade não, mas eu tenho nome que merece respeito na sociedade, claro que eu não vou contentar à todos, então meu nome ajuda o PV, e se ajuda o PV eu acho que não posso negar. Eu não tenho atribuições no partido que não entrem em conflito com minhas posições profissionais. Embora eu seja um homem ocupado, dá pra conciliar trabalho com a participação no partido, ir às reuniões, participar dos debates e, se tiver campanha de algum candidato do partido eu vou apoiar o partido. (Entrevista III).

O último partido que estive filiado antes do PV foi o PMDB, na verdade, eu saí por que queria sair de tudo, eu só sei disso, eu não queria mais me envolver com a política [...] E aí eu pensei, onde? Busquei um partido que tinha compromisso com a natureza, com a sustentabilidade, um partido que sequer ia me exigir sequer disputas eleitorais. Quando procurei fui questionado por outros membros do partido se eu estava me filiando para ser candidato, então respondi que seria apenas ser mais um “soldado” do partido. (Entrevista III).

Conjugam-se sobre os motivos pelos quais o agente em questão foi recrutado diversos recursos, sobretudo, os recursos profissionais e sociais, os quais lhe proporcionariam ao longo de sua trajetória político-profissional um considerável prestígio social, de modo que, acabariam se convertendo em “trunfos” que lhe permitiria não somente a entrada no partido como também a ascensão neste, haja vista, que passaria a ocupar o posto de vice-presidente do partido. Portanto, é pertinente dizer que, operou sobre essa escolha, além dos postos de liderança ocupados na esfera estadual (por exemplo, na assembleia legislativa), o cargo de legislador municipal. Todavia, atribuir o sucesso e os motivos do recrutamento só às condições politicamente acessíveis reduziria os motivos a uma única variável, levando em consideração que às posições políticas, como visto, é resultante da associação entre recursos profissionais e sociais, é possível dizer que neste caso lidamos com uma reconversão de recursos advindos de uma trajetória profissional ascendente, representada, na carreira de jurista, professor universitário e burocrata do Estado. O fato é que, esse padrão de recrutamento demonstrado nessas linhas eleva o partido e permite aos membros uma projeção no espaço político local. Sobre essa questão, o fato deste agente possuir esse capital social elevado o torna sempre uma referência externa do partido, nas eleições de 2012, para prefeito, o partido não se coligou com nenhum outro, entrou com “chapa” própria, o entrevistado em questão foi indicado à vice-prefeito, e o candidato à prefeito foi o então presidente do partido (Entrevistado I). Mesmo se tratando de um partido sem muita influência dentro do “jogo” político do Estado, observa-se que as posições de poder do qual o partido dispõe para suas

lideranças, são reservada para membros que podem também estar trazendo “lucros” para o partido.

3.3.2 Inserção profissional e engajamento de lideranças no PV.

Enquanto no tópico anterior os esforços foram feitos no sentido de demonstrar como os recursos profissionais criam condições de recrutamento dos líderes do PV, nesta modalidade pretende-se discutir outra variável do recrutamento feito a partir de categorias profissionais. Ocorre que, conforme foi observado, o fato de engajar-se no PV, também pode provocar uma ampliação das redes (sociais, profissionais) de relações. Em se tratando do *viés* eminentemente profissional dos líderes, notamos um padrão de recrutamento relacionado à inserção profissional e às influências do engajamento sobre a inserção profissional de determinados líderes. Como pressuposto base, é pertinente destacar que a conquista de cargos e o acesso a benefícios materiais, bem como à recompensas simbólicas (prestígio, poder, honra) podem ser acessadas a partir das posições ocupadas pelas lideranças partidárias (GAXIE, 1977).

O caso a ser descrito é o do dirigente (Entrevistado V), nascido em Brasília – DF, em 1981, que ainda muito cedo teria vindo morar com seus pais em Aracaju. De origem social elevada, a relação com a política marcaria a trajetória ascendente de sua família e estaria sempre relacionada a conquistas profissionais. Seu avô materno já ocupou o posto de deputado federal entre as décadas de 1970 e 1980, fato este que o teria uma mudança de cidade indo morar em Brasília. Nesta ocasião, sua mãe, já adolescente, teria passado no vestibular e entrado no curso de Pedagogia pela UNB, onde mais tarde conheceria seu futuro esposo, que cursava Economia na mesma universidade. Com ele casou-se e tivera três filhos, entre eles o líder em questão, seu filho mais velho. Assim, é possível dizer que ele teria crescido em um ambiente relativamente favorável à atividade cultural e política, manifestada, por um lado, pela carreira política de seu avô e, por outro, pela formação superior de seus genitores.

Neto do ex-deputado federal Tertuliano Azevedo, que foi eleito nas eleições de 1978, antes mesmo de “nascer já estava na política”, ocorre que, em função da posição política de seu avô, toda sua família teria ido morar na capital federal. Fato este que marcaria a trajetória do grupo familiar e repercutiria sobre o itinerário escolar e profissional de seus membros. O fato é que, neste ambiente, caracterizado por um nível social relativamente elevado em função das atribuições profissionais de seu avô, o líder em questão pôde estar sempre “envolta do

poder”, pois, apesar da “aposentadoria” política de seu avô, este ainda nutria “velhas amizades”, as quais lhe renderiam “favores” políticos e profissionais por bastante tempo.

Quando terminado o mandato, seu Tertuliano retornaria para Aracaju, porém, sua filha continuaria morando em Brasília, já casada e ainda terminando o curso superior de pedagogia ficaria impossibilitada de retornar com seu pai. No ano seguinte, já concluído o curso superior, ela teria feito um concurso para a área que se formou. Mas não chegaria a exercer a profissão. Acontece que seu Tertuliano tinha “alguns amigos aqui em Aracaju”, e por esta razão “e por estar com saudade de sua filha e netos” consegue a transferência da mesma, além de “arranjar um emprego no Tribunal de Contas” para seu pai. Dessa forma, a mãe e o pai do entrevistado vieram morar na capital sergipana. Ficariam nesta cidade por alguns anos, porém, quando esse líder tinha 14 anos de idade sua família voltou para Brasília, onde sua genitora acabaria sendo designada para o senado federal, “lá ela trabalhou no RH, depois para o departamento médico, onde trabalha até hoje”. Seu pai também assumiria cargo de comissão no Estado, “lá em Brasília começou no Ministério do Planejamento, depois quando veio para Aracaju passou a trabalhar no Tribunal de Contas e quando retornou ocupou seu antigo posto no Ministério do Planejamento”, onde esta a véspera da aposentadoria.

Ao que tudo indica o retorno de sua família para Brasília marcaria sua vida, no sentido de lhe inserir em ambientes onde a proximidade com a política passaria a ser constante, se inserindo, por assim dizer, em redes relações favoráveis ao envolvimento político-associativo. Em função de sua mudança para a capital federal, passaria sua infância e adolescência longe de seu avô materno, como visto uma importante referência política para ele e sua família. Todavia, pontualmente seu avô ia para Brasília passear e matar a saudade da filha e dos netos. Nessas ocasiões, o entrevistado passaria a acompanhar seu avô “em encontros com ‘antigos amigos’”, adquirindo assim toda uma “gramática política” simultaneamente com uma inserção em redes de relações favoráveis à seu itinerário profissional e político. O fato é que seu avô era uma referência pra ele, de modo que passaria a seguir seus passos, inclusive, tornando-se bacharel em direito, tal como seu progenitor.

Em uma das ocasiões em que seu avô foi passear em Brasília, levou-o para conhecer um amigo que era, na época, deputado federal, deixando aos cuidados deste amigo o “currículo” de seu neto. Conta que, passado-se alguns meses quando já estava “sem esperanças de ser chamado” toca o telefone, era esse amigo de seu avô o convidando para trabalhar no Congresso Federal. Conforme relata:

[...] meu avô sempre que ia nos visitar me levava ao congresso nacional, ele podia entrar lá, tinha alguns amigos ainda daquela época que foi deputado, uma vez eu tava trabalhando em um escritório imobiliário, já fazia direito já, aí ele me pediu que eu fizesse um currículo que ele daria um jeito, então ele me levou junto com ele, procurou um amigo seu aqui de Sergipe, e falou sobre mim e deixou meu currículo, mas assim, eu não tinha aquela coisa assim, bom eu não esperava, é que eu vejo um interesse muito forte na política, sabe, e como meu avô já fazia tempo que não estava envolvido com esse pessoal, não esperava mesmo que fosse chamado para o cargo, mas passado um tempo, acho que mais ou menos uns quatro meses, toca meu telefone, fiquei meio sem acreditar, mas deu certo, fui chamado para ocupar um cargo de liderança no partido, era na época o PFL, hoje DEM, na verdade, Eu não fiquei ligado a nenhum deputado, prestava serviço pro partido [...] fiquei lá por quatro anos, só sai mesmo por que eu quis, queria vim pra Aracaju [...] (Entrevista V).

O trecho apresentado acima ajuda entender os contornos que conduziram o líder em questão ao seu primeiro cargo de confiança. À exemplo de sua mãe, os conhecimentos de seu avô permitiram-lhe a inserção em postos burocráticos do Estado. Nesta ocasião suas atribuições profissionais estavam ligadas ao PFL (atual DEM), onde teria como atribuições profissionais assessoria legislativa, mas como diz, não estava subordinado a nenhum deputado específico, prestava serviços para todos os deputados desta legenda. Por falar nisso, apesar de ter permanecido nesta função que estava ligada ao PFL, o entrevistado não se filiaria neste partido, sendo que sua primeira filiação seria mesmo no PV.

Em 2006, esse líder pediria demissão do seu cargo no Congresso Nacional, essa demissão estava relacionada a um antigo desejo de voltar para Aracaju, e neste momento, já formado bacharel em direito, teria a grande chance de alavancar sua carreira profissional. O fato preponderante para sua decisão foi alguns contatos feitos entre ele e um amigo seu de infância, que havia morado no mesmo prédio que ele durante o tempo em que morou em Aracaju. Tais contatos se tornaram mais frequente em função da possibilidade desse seu amigo “arranjar” alguma coisa pra ele, trata-se do também advogado Carlos Pinna Júnior, na época presidente do PV. Ocorre que, Pinna Júnior é filho de Carlos Pinna de Assis, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, quando seu pai assumiu esse posto Pinna Junior passou a oferecer a oportunidade do entrevistado vir para Aracaju e trabalhar no Tribunal de Contas.

Assim que chegou à cidade já iniciaria seu trabalho no Tribunal de Contas, lá assumiria a função de assessor jurídico, portanto, “passaria a exercer a função que havia me formado para exercer”. Além das atribuições profissionais conquistadas neste espaço, também passaria a manter contato diário com Pinna Junior, que se tornaria seu colega de trabalho. Certamente, este contato diário com esse agente seria a explicação de sua entrada no PV. Pois

era constantemente sondado sobre tal possibilidade, até que ainda em 2006, se filiaria ao PV. Nesse mesmo ano, seria também designado como Secretário da Juventude do partido, função esta que exerce até hoje.

Os dois casos apresentados representam uma modalidade de engajamento cuja base principal vem das relações profissionais e, como visto, do acionamento de redes de relações que permitem a conversão desse recurso em posição no interior do partido. Como visto, embora este recurso tenha se mostrado eficiente conjuga-se sobre este outros recursos que servem como justificativa dos “postos de chegada”. Em relação às categorias profissionais, observamos na trajetória dos dois agentes apresentados duas modalidades de reconversão. No primeiro caso apresentado, observamos que a carreira profissional ascendente inseriria o agente em questão em espaços que potencializaria seu capital social e político. De modo que, sua carreira política e profissional passaria a se tornar um “trunfo” para o partido, na medida em que, este agente se tornaria uma das principais lideranças do partido no Estado, representando o partido em disputas eletivas e também frente à mídia. No segundo caso apresentado, observamos que mesmo se tratando de um engajamento por vias profissionais, o recrutamento está mais relacionado à uma estratégia do agente em questão de iniciar sua carreira profissional, neste caso, o engajamento representa a possibilidade de ascensão profissional e também a manutenção das relações que este lhe inseriu no “mercado”.

A comparação entre essas duas trajetórias sociais permite avaliar por que esses líderes obtiveram rendimentos desiguais dos mesmos recursos (BOURDIEU, 1998). A esse respeito, conforme argumenta Gaxie (1977), a probabilidade de líderes partidários converterem às posições que ocupam dentro do partido em posições profissionais depende, de um lado, da posição hierárquica que ocupa no partido e, de por outro lado, da posição social que o mesmo ocupa e da estrutura de recursos sociais dos quais ele dispõe. Então, a posição ocupada no partido reflete, por um lado, às estruturas sociais das quais esses agentes advém e, por outro lado, às retribuições materiais que este partido pode trazer aos seus dirigentes depende da posição social que este ocupa.

CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como orientação teórico-metodológica um conjunto variado de trabalhos que lidam com a problemática do engajamento político. Todos os esforços, bibliografias e dados empíricos mobilizados neste trabalho foram direcionados a um esforço de compreensão e explicitação das engrenagens sociais, políticas e históricas, sobre as quais ocorre o recrutamento de lideranças partidárias. De forma mais geral, tal pesquisa permitiu a combinação de pressupostos da “sociologia do engajamento” e da “sociologia política”, no sentido de compreender a relação entre recursos sociais, culturais e saberes acumulados com o acesso a postos de destaque em partidos políticos, ampliando assim o “raio” de amplitude das análises sociológicas sobre engajamento partidário.

Entre as dificuldades encontradas para a conclusão desse trabalho, destacamos a carência de estudos que lidam com esse universo empírico, sobretudo das formas de “entrada” aqui propostas. No geral, os estudos sobre atores políticos têm se dedicado a uma análise dos que “chegam lá”, não se detendo a investigações que problematizem a carreira dos atores que não necessariamente disputam eleições, mas que ainda assim dispõem de tempo significativo para a atividade política (BRAGA, 2006; BOLOGNESI, 2009; PERISSINOTTO e BOLOGNESI, 2008; RODRIGUES, 2002; 2009). Isto posto, podemos dizer que uma das principais contribuições de nosso trabalho está no fato de ampliarmos os estudos sobre atores políticos, na medida em que passamos a focar o universo composto por dirigentes partidários, agentes dotados de um conjunto de saberes e características que ajudam entender o espaço do partido frente à estrutura social e política.

Nesse sentido, o objetivo de investigar os dirigentes do Partido Verde e as formas de acesso aos postos de liderança disponibilizados pelo mesmo, nos foi bastante útil na medida em que permitiu compreender a relação existente entre a posição ocupada no partido e a estrutura social, nos fazendo questionar a própria ideia de autonomia do espaço político frente ao espaço social. Além disso, ao apresentarmos as bases sociais que compõe o partido, bem como os recursos sociais dos quais os líderes dispõem, tornamos tangível a identificação – nem sempre fácil – dos elementos que mais importam para a ocupação dos postos de liderança em um partido político.

Observar os efeitos que o espaço social têm sobre a posição no partido e como essa posição se articula com outros espaços nos levou a um estudo do líder partidário enquanto sujeito imerso numa rede de relações estabelecidas ao longo de seu trajeto social, avaliando o conjunto de recursos (sociais, profissionais, educacionais e associativos) que esses líderes

dispõem para serem designados como dirigentes. Sobre isso, observamos que a posição de liderança não está relacionada tão somente à posse de recursos sociais, mas a um conjunto de situações históricas e sociais que fazem com que determinados recursos e/ou capitais sejam reconhecidos enquanto tais.

Essas primeiras considerações nos permite dizer que a posição ocupada no partido por esses dirigentes é resultado de uma dupla hermenêutica: primeiro, de um conjunto de situações e tomadas de posição que antecedem o próprio momento em que o líder “alcança” essa posição no partido; e segundo, o acesso a tais posições se apresentam como resultado de variados recursos dos quais esses líderes dispõem, no sentido de essas posições serem resultantes da conjugação entre recursos sociais advindos da passagem por instituições de ensino, da ocupação profissional e de saberes próprios da atividade política.

Para demonstrar quais os recursos sociais que mais importam para o acesso aos postos de comando no partido, tivemos que analisar as trajetórias dos líderes que compõem o PV, a análise das trajetórias sociais, políticas e profissionais desses líderes tornou-se um procedimento fundamental. Sem as quais a compreensão dos recursos que podem ser reconvertidos na ascensão dentro desse partido ficaria prejudicada. Por meio dela foi possível apreender as bases sociais nas quais está respaldada a relevância de determinados recursos de base social. Essas bases sociais podem ser tanto às origens sociais quanto à formação escolar, bem como as modalidades de inserção profissional e a relação que os líderes estabelecem com outras esferas sociais, como a sindical, associativo, religioso e movimentos sociais. Conforme sugere essa constatação, o peso analítico maior foi dado aos itinerários escolares, profissionais e sociais, na medida em que isso permitiu avaliar como os diferentes recursos adquiridos pela passagem nestes espaços eram reconvertidos no sentido de permitir ao grupo considerado o acesso aos pontos de liderança do partido.

Essas considerações mais gerais contribuíram para formular o argumento central dessa dissertação, a qual permite afirmar que o PV constitui para seus líderes como um espaço de acúmulo e de reconversão de recursos diversos capazes de ampliar o espaço de atuação desses líderes. Isto é, o PV se configura para o grupo estudado como um importante espaço de sociabilidade, de apreensão de uma gramática política e de inserção em redes de relação não possíveis de serem acessadas se estes agentes estivessem fora desse espaço. Além disso, é oportuno dizer que a chegada aos postos de destaque no partido se mostrou resultante de um conjunto de recursos de base social, em que se destacam as redes formais e informais (sobretudo, de amizade) como importante meio de entrada e ascensão aos postos de comando no partido.

Os dados colhidos ao longo do trabalho demonstraram que os líderes do PV são provenientes de origem social média e alta. Em relação à distribuição de cargos por gênero, observamos que se trata de um partido “masculinizado”, onde as mulheres ainda permanecem excluídas do “jogo” interno. Essa mesma homogeneidade não pode ser observada quando analisado a idade destes líderes, pois observamos um grupo com idades variadas entre seus membros, que vão dos 31 anos para o mais novo e 72 anos para o mais velho. No que diz respeito à passagem por universidades, notamos a existência de um grupo de diplomados, na medida em que, 90% dos agentes considerados têm passagem por instituições de ensino superior. Já em relação às competências profissionais dos “Verdes”, os dados demonstraram a existência de categorias profissionais preponderantes para o recrutamento. Trata-se de um grupo cuja composição profissional divide-se em três grandes categorias profissionais: comerciantes, profissionais liberais (sobretudo, advogados e engenheiros) e de intelectuais (professores), o que implica em dizer que tais profissões funcionam como recurso eficiente para o recrutamento dessas lideranças.

Se esses dados encontram embasamento também em estudos sobre outros partidos (RODRIGUES, 2002; 2009), algumas questões se mostram bastante particular aos líderes do PV. Por um lado, tratamos de um grupo carente de capital político e militante, pelo que foi apresentado tal carência tem a ver com as origens sociais dos líderes, na qual a socialização familiar – salvo raras exceções – não permitiu o desenvolvimento do “gosto” pela política durante a infância e adolescência, e isso acabaria interferindo no tempo de entrada destes agentes na atividade política, em média aos 25 anos. Em consequência disso, o PV se configurou para 50% do grupo como o primeiro engajamento político, de modo que, este partido se tornaria para estes agentes um importante espaço de politização e de aquisição de saberes e competências que a atividade exige. Por outro lado, igualmente importante é a relação entre ocupação de cargos eletivos e acesso aos postos de liderança no partido, do total de agentes considerados no trabalho, apenas um ocupa cargo eletivo, isso sugere que a ocupação dos postos de liderança no partido independe do fato de um determinado agente estar ou não ocupando posto eletivo.

Igualmente importante enquanto mecanismo de recrutamento dos líderes considerados no trabalho foram as redes de relações. A esse respeito, evidenciou-se o fato de que, mediante um contingente restrito de postos disponíveis pelo partido, os laços de amizade acabariam se caracterizando como um dos principais fatores de recrutamento. Isso significa dizer que, apesar dos pontos tratados no trabalho e apesar de uma contingência considerável de recursos sociais, as redes de relações se mostraram preponderantes na medida em que assumem a

forma de mediação no sentido de viabilizar e tornar possível o conhecimento entre membros do grupo e os recrutados. Essa questão sugere, portanto, que a mediação entre amigos e/ou conhecidos, os quais em sua maioria são advindos das relações profissionais, de vizinhança e acadêmicas, interferem positivamente no recrutamento dos líderes do partido.

Em relação a essa questão, o título do trabalho sugere duas vias de acesso no partido: a primeira por meio de recrutamento e a segunda por meio de seleção. Entendemos essas terminologias como condições opostas de um mesmo processo. A primeira situação (do recrutamento) tem a ver com o modo como candidatos potenciais são atraídos para competir por um cargo político, enquanto a segunda situação (da seleção) se configura como o processo pelo qual os candidatos são escolhidos a partir do *rool* de candidatos potenciais (SIABELIS e MORGENSTERN, 2004, p. 6-7). Como demonstrado ao longo do trabalho, o partido estudado não possui o que podemos chamar de “fronteiras” bem definidas institucionalmente, o que permite que determinados agentes cheguem aos postos de liderança com relativa facilidade, e que nos leva a defender a idéia de que, no partido, ocorre uma espécie de recrutamento, onde os membros são escolhidos por meio de laços de amizade e de parentesco, o que dispensa seleções mais bem elaboradas.

Por fim, o que vem sendo demonstrado ao longo do trabalho permite dizer que os líderes do PV se inserem em uma espécie de subespaço dentro do universo político, espaço este capaz de operar sobre lógicas próprias de acesso aos postos de destaque, mas que deliberam sobre tais possibilidades; por um lado, os recursos sociais adquiridos ao longo da trajetória social dos líderes analisados e, por outro, das redes de relações às quais estes agentes se inserem nos seus diferentes itinerários.

REFERÊNCIAS:

- ALONSO, Ângela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.
- ANTUNIASSI, Maria Helena. **Movimento ambientalista em São Paulo: análise sociológica de um movimento social urbano**. São Paulo: Ceru, 1989.
- BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. SP: Hucitec, 1994.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa. **“Recrutamento partidário e representação: seleção de candidatos à Câmara dos Deputados do Brasil”**. Paper apresentado no III Congresso Latino-americano de Ciência Política, Unicamp, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. Le capital social. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 31, janeiro de 1980.
- _____. **As Regras da Arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.
- _____. A ilusão biográfica. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação** / Pierre Bourdieu: Tradução: Mariza Corrêa – Campinas, SP: Papirus, 1996b.
- _____. **Coisas ditas** / Pierre Bourdieu; tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Monteiro. – São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. **O poder Simbólico** / Pierre Bourdieu; Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 11ª Ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007a.
- _____. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007b.
- _____. **O campo político**. In: Revista brasileira de ciência política, v. 3, nº5. Brasília, jan./jul., 2011, p. 193-216.
- BEZERRA, M. O Caminho das Pedras. In: PALMERA, M & BARREIRA, C. **Política no Brasil: Visões de antropólogos**. Rio de Janeiro, Relume-dumará, 2006. p. 179-201
- CÂNEDO, Letícia B. **Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964)**. Publicado em Pro-Posições, v. 13, n. 2(39) set/dez 2002.
- _____. **Os usos da educação na carreira de profissionais da política**. ANPOCS, 2003.
- _____. Ritos, símbolos e alegorias no exercício profissional da política. In: **O Sufrágio Universal e a Invenção Democrática**. São Paulo, estação e Liberdade, 2005, p.477-506.

CARNEVALE, Fabiano. **Pétalas do Girassol: identidades e práticas dos partidos ecologistas**. Monografia de fim curso, UERJ, 2006.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORADINI, Odaci Luiz. **Grandes famílias e elite ‘profissional’ na medicina no Brasil**. In: *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, novembro de 1996, p. 425-466.

_____. **Em nome de quem?** Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2001.

COSTA DANTAS, José Ibarê. **Os partidos políticos em Sergipe 1889-1964**. Rio de Janeiro, tempo brasileiro, 1989.

_____. As Eleições Municipais de 1988: o caso de Aracaju. In: **XIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, 23-27 de outubro de 1989, Caxambu, MG.

_____. **Tutela militar em Sergipe 1964/1984: partidos e eleições num estado autoritário**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Eleições em Sergipe (1985-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002. 312 p.

DAGNINO, Evelina. **Os anos 90: Política e sociedade no Brasil** / Evelina Dagnino, (org.) Vários autores – São Paulo: brasiliense, 2004.

DUBAR, Claude. **Trajetórias Sociais Formas Identitárias: Alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos**. Educ. Soc., abr. 1998, vol.19, nº62, p.13-30.

_____. **La socialisation**. Paris, Armand Collin, 2000.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro / Brasília, Zahar. ed. UnB, 1980.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**/ Norbert Elias e Jonh L. Scotson; tradução, Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Süsskind; apresentação e revisão técnica, Federico Neiburg – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FILLIEULE, Olivier. **Propositions Pour une Analyse Processuelle de L’engagement Individuel**. In: *Revue Française de Science Politique*, vol. 51, nº 1-2, février-avril de 2001, p. 199-217.

FRETEL J. Habiter l’institution. Habitus, apprentissages et langages dans les institutions partisans », in J. Lagroye, M. Offerlé (dir.), **Sociologie de l’institution**, 2011.

GABEIRA, Fernando. A ideia de um Partido Verde no Brasil. In: Eduardo Viola et.al.; José Augusto Pádua (org.). **Ecologia e política no Brasil**. – Rio de Janeiro; Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987. p. 163-180.

GAXIE, Daniel. **Économie des partis et rétributions du militantisme**. In: Revue française de science politique, 27e année, n°1, 1977, pp. 123-154.

_____. **Les cens caché: inégalités culturelles et ségrégation politique**. Paris: Éditions du seuil, 1978.

GOIRAND, Camille. **Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada**. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 323-354, julho de 2009.

GONDIM, Linda M. P. **A pesquisa como artesanato intelectual: considerações sobre método e bom senso** / Linda M. P. Gondim, Jacob Carlos Lima. – São Carlos: EdUFSCar, 2006.88p.

GOHN, Maria da Gloria. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. Loyola, 2ªed. São Paulo, 2000.

GOODE, Willlian J.; HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa Social**. SP: Campinas Editora Nacional, 1979.

LAFAYE, Claudette; THÉVENOT, Laurent. **Une justification écologique? Conflits dans l'aménagement de la nature**. In: Revue française de sociologie. 1993, p. 495-524.

LAHIRE, Bernard. **Retratos Sociológicos: Disposições e Variações Individuais**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Ensaio de Antropologia Simétrica. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994.

_____. **Se Falássemos um pouco de política?** In: Política e Sociedade, n°4, abril de 2004, p. 11-40. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/>

LIN, Nan. “**Les ressources sociales: une théorie Du capital social**”. Revue Française de Sociologie, XXXVI-4, 1995, p. 685-704.

_____. **Social Capital: A Theory of social structure and action**. Cambridge: Cambridge University Press. 2001.

LOCHARD, Yves; SIMONET, Maud. **Les experts associatifs, entre savoir profanes, militants et professionnels**. In: DEMAZIÈRE, Didier; GADÉA, Charles. **Sociologie des groupes professionnels: Acquis récents et nouveaux défis**. Éditions La Découverte, Paris XIII, 2009, p.274-284.

LOUZEIRO, José. **Partido Verde: O clube dos amigos (Com dinheiro do Fundo Partidário)**. Altadena, 2008.

McADAM, Doug; PAULSEN, Ronnelle. **Specifying the Relationship between Social Ties and activism**. American Journal of Sociology, vol. 99, n° 3, November, 1993, p. 640-667.

McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. **Comparative Perspectives on Social Movements. Political Opportunities, mobilizing structures and Cultural Framings**. Cambridge/New York, Cambridge University Press, 1996. p. 21-46.

MAINWARING, Scott. **Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais. O Brasil numa perspectiva comparada**. In: Novos Estudos CEBRAP. N. 29, 1991, pp. 34-58.

MATONTI, F.; POUPEAU, F. **Le Capital Militant. Essai de Définition**. Actes de La Recherche em Sciences Sociales, nº 155, 2004, p.5-11.

MERCKLÉ, Pierre. **Sociologie dès réseaux sociaux**. Collection repères, Éditions de La Découverte, Paris, 2011.

MICHEL, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Tradução de Arthur Chaudon. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982 (coleção pensamento político, 53).

MISCHE, A. **De estudantes a cidadãos. Redes de jovens e Participação Política**. In: Revista Brasileira de Educação, nº5 e 6, 1997, p.134-150.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros** / Rodrigo Patto Sá Motta. 2ª edição revista – Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

NOONAN, Rita K. **Women Against the State: Political Opportunities and Collective Action Frames in Chile's Transition to Democracy**. Sociological Forum. Vol. 10, nº 1. 1995. p. 81-111.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **“Paixão pela Natureza”, atuação profissional e participação na defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e início dos anos 2000**. 2005, 464f. Tese (Tese de Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

_____. **Elites dirigentes, engajamento político e retribuições do militância ambientalista**. TOMO (UFS), Nº13, jul./dez., 2008a.

_____. **Engajamento político, competência e elites dirigentes do movimento ambientalista**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 167-186, jun. 2008b.

_____. **Gênese e Redefinições do Militância Ambientalista no Brasil**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 51, nº3, 2008c, p. 751-777.

PÁDUA, José Augusto. **“O Nascimento da Política Verde no Brasil: Fatores Exógenos e Endógenos”**. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, p. 190-216, 1991.

PALMEIRA, M. **Política facção e Voto**. In: Palmeira, M. e Goldman, M. (org.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra-Capa Livraria, 1996.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partido. Organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PASSY, Florence. **L' Action Altruiste**. Contraintes et opportunités de l'engagement dans les mouvements sociaux. Paris-Genève, Droz, 1998. Cap. II e VII.

PECHÚ, Cécile. Laissez Parler Les Objets! De l'objet des mouvements sociaux aux mouvements sociaux comme objets. In: FAVRE, Pierre, FILLIEULE, Olivier et JOBARD, Fabien (dir.). **L'atelier du politiste — Théories, actions, representations**. Paris: DÉCOUVERTE, 2007.

_____. **“Généralisations militantes à Droit au logement”**. Revue française de science politique, 1-2, fevereiro-abril de 2001, “Devenir militants”, p. 73-103.

PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil**. Entre o povo e a nação. São Paulo, Ática, 1990.

PETRARCA, F. **O Jornalismo como Profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul**. 2007, 308f. Tese (Tese de Doutorado em Sociologia). Programa de Pós Graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

_____. **Carreira militante, inserção profissional e exercício do jornalismo no Rio Grande do Sul**. Revista política e sociedade. Nº13 – Outubro de 2008a, p. 311-329.

_____. **Elites jornalísticas, recursos políticos e atuação profissional no Rio Grande do Sul**. TOMO (UFS), Nº13, jul./dez., 2008b.

PHÉLIPPEAU, Eric. Sociogênese da Profissão Política. In: LACROIX, B. e GARRIGOU, A. **Norbert Elias: a política e a história**. São Paulo: Editora perspectiva, 2001.

PORTUGAL, Silvia. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica**. Oficina do CES nº271, março de 2007.

PUTNAM, Robert D. **The comparative study of political elites**. New Jersey: Printice-Hall, 1976. 246 p.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

REIS, Eliane Tavares dos. A “arte” da intervenção política: carreiras e destinos de protagonistas que “lutaram contra a ditadura” no Rio Grande do Sul. . In CORADINI, Odaci Luiz (Org.) **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, Ideologia e Composição Social**. RBCS Vol. 17 nº 48 fevereiro/2002. p. 31-47.

_____. **Partidos, Ideologia e Composição Social: Um Estudo das Bancadas Partidárias na Câmara dos Deputados**, Rio de Janeiro, 2009⁹¹.

SAINTENY, Guillaume; BLONDIAUX, Loïc; COURTY, Guillaume. **L'élite verte : atypisme provisoire ou préfiguration d'un nouveau personnel politique?** In: Politix. Vol. 3, N°9. Premier trimestre 1990. pp. 18-36.

SAINTENY, Guillaume. **Logiques d'engagement et logiques de rétribution au sein de l'écologisme français**. Cahiers Internationaux de Sociologie. Volume CVI, Jan-Jun. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

SAINT MARTIN, Monique de. **Reconversões e reestruturações das elites: o caso da aristocracia em Franca**. In: Análise Social. Vol. 30; 1995, pp. 1023-1039.

_____. **Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França**. TOMO (UFS), nº 13, 2008.

_____. **Towards a dynamic approach to reconversions**. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), Iris, Paris, Aug 31, 2011, p. 429-441.

SANTOS, Adriana Vitória dos. **A institucionalização do movimento ambientalista: Um estudo da formação do Partido Verde no Brasil**. Dissertação de Mestrado, PUC-SP. São Paulo, 2008. 135p.

SANTOS, Osmário. **Memórias de Políticos de Sergipe no século XX**. (Org. Afonso Nascimento). Aracaju: Editora J. Andrade, 2002.

SAWICKI, Frédéric. **Les temps de l'engagement. À propos de l'institutionnalisation d'une association de défense de l'environnement**. In: LAGROYE, Jacques (dir.), La politisation, Paris, Belin, Socio-histoires, 2003, p. 123- 146.

SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT, Johanna. **Inventário da sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses**. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 200-255

SEIDL, Ernesto. **Disposições a militar e lógica de investimentos militantes**. In: PRÓ-POSIÇÕES — Revista da Faculdade de Educação da UNICAMP. Dossiê — Educação e Política: novas configurações nas práticas de militância. Campinas, vol. 20, nº 2(59), 2009.

SIAVELIS, Peter M. e MORGENSTERN, Scott. **“Introduction: Political Recruitment and Candidate Selection in Latin American: A Framework for Analysis”**. Wake Forest University, <http://www.wfu.edu/politics/conference/paper.htm>., 2004, Sítio acessado em 05 de julho de 2014. UFRGS, 2008.

THEVENOT, Laurent. **L'action au pluriel: Sociologie des régimes d'engagement**. Paris: La Découverte, 2006. 310p.

⁹¹ Esta publicação é parte da Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais – www.bvce.org.

TURTELLI, Claudio. **Partido Verde: Do sonho ao Projeto Real de Poder** / Claudio Turtelli; Bauru, SP; Editora Thangka; 2009.

VIEIRA, Bergson Moraes. **Processo de recrutamento e seleção de candidatos a cargos legislativos no Partido Verde em Sergipe na eleição de 2010**. In: XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e pré-alas Brasil. UFPI, Teresina-PI, 2012.

VIOLA, Eduardo. **“O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica”**. Revista brasileira de Ciências Sociais, v.1, n.3, 1987.

WEBER, Max. A política como vocação. In: **Ciência e Política: duas vocações**. Brasília: Editora UNB, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE I: LISTA DE ENTREVISTADOS PARA CAPÍTULO HISTÓRICO

Entrevista 01: masculino, 47 anos, Engenheiro Civil, servidor concursado do Fisco Estadual, setembro de 2011.

Entrevista 02: masculino, 62 anos, Bacharel em Direito e em economia, Procurador geral da União, maio de 2012.

Entrevista 03: masculino, 64 anos, Bacharel em Direito e em economia, Bancário de profissão, atualmente aposentado, junho de 2012.

Entrevista 04: masculino, 59 anos, funcionário público Federal, julho de 2012.

Entrevista 05: masculino, 70 anos, Doutor em Letras, Professor Universitário aposentado, leciona em universidades particulares e trabalha como editor na câmara de vereadores de Aracaju, agosto de 2012

Entrevista 06: O mesmo entrevistado da entrevista 05⁹².

⁹² O entrevistado 5 concedeu 2 entrevistas, sendo que a primeira, datada de agosto de 2011, foi concedida por meio de correio eletrônico. Passado-se um tempo, sobretudo, por conta da dificuldade de se fazer outra entrevista, desta vez, preferencialmente, pessoalmente, fomos conseguir marcar para agosto de 2012, vale destacar que, esta segunda entrevista só foi possível por intermédio de uma pessoa conhecida do pesquisador e que trabalhava com o mesmo, assim, depois de muitas tentativas conseguiu-se marcar esta entrevista. Portanto, no decorrer do texto será visto o mesmo entrevistado com duas citações de datas.

APÊNDICE II: LISTA DE ENTREVISTADOS PARA CAPÍTULOS II E III

Entrevista 01: masculino, 47 anos, Superior Completo (Engenharia Civil), servidor concursado do Fisco Estadual, março de 2012.

Entrevista 02: masculino, 72 anos, Superior Completo (Bacharel em Direito) e Mestre (Direito Criminal), advogado e professor, fevereiro de 2012.

Entrevista 03: masculino, 57 anos, Ensino Médio Completo, ator e produtor cultural, abril de 2012.

Entrevista 04: masculino, 37 anos, Superior Completo (Bacharel em Direito), Advogado e vereador, setembro de 2012.

Entrevista 05: masculino, 31 anos, Superior Completo (Bacharel em Direito), Advogado, julho de 2012.

Entrevista 06: masculino, 60 anos, Superior Incompleto (Administração), empresário, maio de 2012.

Entrevista 07: masculino, 37 anos, Superior Completo (Pedagogia) e mestre (Educação), professor universitário, julho de 2012.

Entrevista 08: feminino, 42 anos, Superior Completo (Administração), outros, outubro de 2012.

Entrevista 9: masculino, 68 anos, Superior Completo (Engenharia agrônoma), Empresário, julho de 2012.

Entrevista 10: masculino, 58 anos, superior incompleto, aposentado (Petrobrás) e empresário, março de 2012.

APÊNDICE III: ROTEIRO PADRÃO DE ENTREVISTA PARA CAPÍTULO HISTÓRICO

I – DADOS INICIAIS:

1. Nome: _____ 2. Idade: _____
3. Espaço de atuação: _____ 4. Cargo/Função: _____
5. Local de nascimento (Cidade): _____ Estado: _____
6. Endereço Atual: _____
7. Casado (a): Sim (); Não () 8. Tempo de casado: _____
- Nome do cônjuge: _____
- Formação do cônjuge: _____ Idade: _____
- Exercício Profissional: _____
9. Tem filhos: Sim (); Não () Se sim, quantos _____ Idade deles: _____
10. O senhor pode me dizer como foi sua vida escolar?
11. Quais colégios estudou (colégio, cidade, Estado etc.)?
12. Quais os cursos de graduação que você concluiu?
13. Qual a idade do seu primeiro engajamento?
14. De que maneira foi este?
15. Você poderia descrever o perfil das pessoas que começaram a se interessar pela questão do PV aqui em Sergipe?
16. Você poderia dizer quais eram os principais grupos e pessoas de visibilidade nacional voltados para esta questão naquele período? E como estes atuavam?
17. Havia alguma relação desse grupo com a contracultura e com movimentos artísticos nacionais e estrangeiros?
18. Qual a relação com os grupos internacionais, a exemplos, de outros países que também se interessavam com a questão da ecopolítica?
19. Qual era a relação desse grupo com o movimento de redemocratização?
20. Como se deu o processo de formação do PV no Estado?
21. Dentro desse grupo havia agentes a favor e contra? Se sim, quais? Quais os principais argumentos utilizados na defesa de cada posição?
22. Como foi feito a articulação do PV aqui no estado com outros estados do Brasil?
23. Como se formou o coletivo do partido? Como ele funcionava?
24. Quanto tempo você foi afiliado no PV?

25. Qual foi seu papel diante do processo de formação do partido no Estado? De que maneira ajudou nesse processo?
26. O senhor pode me dizer qual função exerce/exerceu dentro deste PV?
27. E em relação à suas escolhas, o que te fez sair do PV?
28. Em sua opinião, quem é ou são os responsáveis pelo processo de seleção de candidatos no seu partido? O senhor já disputou alguma eleição pelo PV?
29. O senhor poderia falar um pouco sobre a dinâmica de funcionamento dos partidos políticos durante a década de 1980?
30. O Senhor vê uma alteração desta dinâmica mediante o processo de redemocratização?
31. Qual lembrança o senhor tem das primeiras eleições após o advento da redemocratização? Eleições de 1988 (para prefeito e vereador)? E nas eleições de 1990 (governo e presidência)?
32. E em relação a dinâmica de funcionamento dos partidos, em específico, nas relações externas ao partido, como o senhor vê a relação entre PV e outros partidos aqui no Estado?
33. O senhor poderia falar um pouco, dentro do que o senhor lembra e julga importante, como se estabeleceu a relação político-partidária em Sergipe ao longo da década de 1990?
34. Como o senhor vê a relação entre os Grandes partidos no Estado e os partidos “menores” aqui no Estado?
35. Qual a relação que o Partido Verde estabeleceu ao longo das ultimas décadas com a política estadual?
36. E atualmente, como se dá esta relação?
37. O senhor poderia fazer uma linha histórica e cronológica de como se deu a relação político-partidária em Sergipe nos últimos 20 anos?
38. Como o senhor vê a política sergipana ao longo deste período?

APÊNDICE IV: ROTEIRO PADRÃO DE ENTREVISTA PARA OS CAPÍTULOS II E III.

ROTEIRO DE ENTREVISTA:

I – DADOS INICIAIS:

1. NOME: _____ 2. IDADE: _____
3. Espaço de atuação: _____ 4. Cargo/Função: _____
5. Local de nascimento (Cidade): _____ Estado: _____
6. Endereço Atual: _____ 7. Casado (a): Sim () ; Não ()
8. Tempo de casado: _____ Formação do cônjuge: _____ Idade: _____
- Exercício Profissional: _____ 9. Tem filhos: _____
10. Em relação a sua renda, levando em consideração o valor do salário mínimo, quanto aproximadamente seria?
a. () até 5 salários mínimos; b. () de 6 à 10 salários mínimos; c. () de 11 a 20 salários mínimos; d. () acima de 20 salários mínimos.
11. E quanto esta renda representa para o tocante orçamento doméstico familiar:
Até 25% () ; entre 25 e 50% () ; entre 50 e 75% () ; entre 75 e 99% () ; 100% () .

II – CARACTERÍSTICAS, RELACIONAMENTOS E ITINERÁRIOS NA ESFERA ESCOLAR E FAMILIAR:

12. O SENHOR PODE ME DIZER COMO FOI SUA VIDA ESCOLAR?

Quais colégios estudou (colégio, cidade, Estado etc.). Contar um pouco de sua trajetória escolar.?

- 1ºgr. A - nome [_____ PÚ () , PRI ()]
2ºgr. A - nome [_____ PÚ () , PRI ()]

13. E em relação aos seus pais, o senhor pode me dizer qual o nível educacional deles?

Qual o grau de escolarização dos seguintes ascendentes?

	Analfabeto	Lê e escreve	1º grau incompleto (ou equivalente)	1º grau completo	2º grau ..incompleto	2º grau completo	Superior incompleto	Superior completo	Não sabe Não lembra
Pai									
Mãe									
Avô Materno									
Avó Materna									
Avô Paterno									
Avó Paterna									

14. O senhor pode me dizer qual a profissão deles?

14.a. Comparativamente à situação dos pais, você avalia que houve:

a) ascensão social	
b) não houve alterações significativas	
c) descenso social	

14.b. Você poderia dar exemplos que ilustrassem isso?

14.c. Como você define sua situação de classe:

15. O senhor pode me dizer se seus pais possuem algum tipo de vínculo político/associativo?

Se sim, saberia dizer quanto tempo decorreu desde o primeiro engajamento [_____]

Foi de qual tipo?

Eles participaram/participam de partidos políticos?

não [_____]

sim [_____]

16. O senhor tem irmãos? () Sim () Não

Caso tenha irmãos, indique quantos, a idade, o grau de escolarização e a profissão de cada um:

Nº. de ordem	Idade	Grau de escolarização	Profissão

Trajetória Profissional dos Irmãos:

Nº. de ordem	Setor	Instituição	Cargo	Período

17. Possuem algum tipo de carreira ou vínculo político/associativo?

Se sim, saberia dizer qual o período desse engajamento [_____]

Foi de qual tipo?

Eles participaram/participam de partidos políticos?

não [_____]

sim [_____]

III – CARACTERÍSTICAS, RELACIONAMENTOS E ITINERÁRIOS NA ESFERA ASSOCIATIVA E POLÍTICA:

Qual a idade do seu primeiro engajamento [_____]

Foi de qual tipo?

Você já participou/participa de partidos políticos?

Não [_____]

Sim [_____]

Em caso afirmativo, quais, cargos ocupados e período.

Qual	Cargo/Atividades (simpatizante, filiado, militante, cargos de direção, etc.).	Período

Você já participou/participa de associações e movimentos sociais?

não ☐

sim ☐

Em caso afirmativo, quais, cargos ocupados e período.

Qual	Cargo/Atividades (simpatizante, filiado, militante, cargos de direção, etc.).	Período

Você já participou/participa de organizações sindicais e profissionais?

não ☐

sim ☐

Em caso afirmativo, quais, cargos ocupados e período.

Qual	Cargo/Atividades (simpatizante, filiado, militante, cargos de direção, etc.).	Período

Você já participou/participa de organizações religiosas?

não ☐

sim ☐

Em caso afirmativo, quais, cargos ocupados e período.

Qual	Cargo/Atividades (simpatizante, filiado, militante, cargos de direção, etc.).	Período

Você tem alguma religião ou filosofia:

Sim ☐

Não ☐

Em caso afirmativo, qual? [_____]

Costuma acompanhar notícias sobre política:

Sim ☐

Não ☐

Em caso afirmativo através de quais meios

Tipo	1-quase todos os dias, 2-uma vez por semana, 3-de vez em quando, 4-nunca, 5- NS/NR
Jornais	
Revistas	
Rádio	
Televisão	
Internet	
Outros	

Você participou/participa das eleições?

Sim ☐

Não ☐

Em caso afirmativo através de quais formas

Tipo	Partido/Candidato	Período
Comparecimento a comícios		
Colocou cartazes e adesivos em casa, automóvel, no trabalho.		
Usou broches de algum candidato		
Defendeu seu candidato em conversas com outras pessoas		
Fez algum trabalho gratuito para candidato ou partido, como colocando cartazes, distribuindo propaganda, transportando gente		
Deu dinheiro para a campanha de algum partido		
Outros		

Já teve ocupou/ocupa algum cargo público eletivo ou de confiança?

Sim ☐

Não ☐

Em caso afirmativo, quais? (especificar os cargos e o período):

Cargo	Período

Poderia fornecer uma estimativa de quantas pessoas compõem o seu círculo de relações sociais de amizades e em que esferas sua maior parte se concentra?

parentes ☐

vizinhos ☐

colegas de trabalho: ☐

ex-colegas de estudo ou de trabalho: ☐

milитantes de movimentos e partidos ☐

membros de organizações religiosas ☐

membros de ONG's ☐

outros (especificar): ☐

18. E em relação ao senhor, poderia me dizer qual sua relação com a política?

19. O senhor pode me dizer se já atuou em algum outro partido político?

Sim ☐

Não ☐

Em caso afirmativo, qual?

20. Como foi sua trajetória no interior do (s) partido (s)?

20.1. Caso tenha vínculos com outros partidos, o que te fez sair deste e engajar-se no Partido Verde?

20.2. O senhor já se candidatou a algum cargo eletivo neste partido?

Sim ☐

Não ☐

Em caso afirmativo, qual?

21. Diante do que o senhor me relatou, o senhor se considera uma pessoa engajada politicamente?

IV – TRAJETÓRIA E ITINERÁRIO DENTRO DO PARTIDO VERDE:

21. Quanto tempo é afiliado no Partido Verde: _____
22. E em relação às suas escolhas, o que te fez migrar e/ou engajar-se no Partido Verde?
23. O senhor pode me dizer qual função exerce dentro do Partido Verde?
24. Como o senhor foi escolhido para compor uma dos postos de destaque dentro do Partido Verde?
25. Em sua opinião, quem é ou são os responsáveis pelo processo de seleção de candidatos no seu partido?
26. Os critérios de seleção aqui colocados pelo senhor são tomadas no âmbito estadual ou vem de uma diretriz superior do partido?
27. E por falar nisso, qual a relação do PV-Sergipe com o diretório nacional? E com outros Estados?
28. O senhor poderia descrever basicamente em que consiste tal atuação?
29. O senhor recebe algum tipo de remuneração pela função ocupada dentro do partido?
30. O senhor poderia dizer quais características julga importantes para que um indivíduo seja filiado ao seu partido? Há alguma forma de seleção dos filiados (entrevista, contatos dentro do partido, indicação)?
31. E em relação ao acesso e permanência à cargos de destaque dentro deste partido, quais características o senhor julga mais importantes para que isso ocorra?
32. Em relação às retribuições ao engajamento, em sua opinião, qual a influência que a posição ocupada pelo senhor exerce no tocante recrutamento e seleção de possíveis candidatos à cargos eletivos?
33. E por falar nisso, o senhor já se candidatou a algum cargo eletivo pelo Partido Verde? Se sim, quando foi isso? Como foi? A qual cargo foi?
34. Caso ainda não tenha se candidatado, o senhor tem algum tipo de pretensão em se candidatar?
35. O que o senhor acha relevante politicamente para que um indivíduo saia candidato por seu partido?
36. E em relação às ocupações não-eletivas, o senhor já desempenhou algum tipo de função ou cargo por estar vinculado ao Partido Verde? Se sim, qual? E como foi?
37. Em sua opinião, existe tal possibilidade? E Haveria alguma orientação da executiva local, regional ou nacional do partido sobre o processo de recrutamento e seleção dos que deveriam ocupar postos (em secretarias, ONGs etc.) para além do partido?
38. Na opinião do senhor, existe algum tipo de retribuição oferecida pelo PV à seus dirigentes? Se sim, como são convertidos em ocupações à postos além da agremiação política?
39. O senhor aciona o seu pertencimento à esta agremiação política em alguns momentos de sua vida particular?
40. Se sim, como se dá tal acionamento?
41. E como o senhor vê este acionamento? Como ele funciona?
42. Qual o impacto que a relação que o senhor estabelece com o PV provoca em sua vida particular?
42. a. fatores positivos?
42. b. fatores negativos?

43. Em relação ao Partido Verde, como o senhor poderia definir sua trajetória? Como entrou, como ascendeu internamente, quais os motivos que levaram-no a chegar a ocupação de tal posto?

44. Em relação às posições ideológicas assumidas pelos dirigentes do Partido Verde no Estado, levando em consideração uma escala de 1 à 7, sendo que 1 representaria a extrema esquerda e o 7 a extrema direita, como o senhor poderia definir qual posição o PV esta situado?

45. Qual a relação que o Partido Verde estabelece atualmente com a política estadual?

46. E durante o tempo da política, como é gerida tal relação (filiação, apoio etc.)?

47. Em sua opinião, qual a relação mais conveniente entre o seu partido e o partido da posição? E com os outros partidos?

48. Na opinião do senhor, quais os benefícios e malefícios que tal relação pode acarretar para o Partido Verde?

V – CARACTERÍSTICAS, RELACIONAMENTOS E ITINERÁRIOS NA ESFERA PROFISSIONAL

49. O senhor pode me dizer se, além da atuação no partido, teve ou tem alguma outra profissão? Se sim, qual?

Você está empregado? Sim ☐ Não ☐

49.a. (para quem respondeu não) Você é:

Aposentado ☐

Pensionista ☐

Desempregado ☐

Dona de Casa ☐

Estudante ☐

Outro

49.b. (Aos que responderem Sim) A quanto tempo o senhor desenvolve tal profissão?

Qual sua atuação profissional atualmente?

Ramo de Atividade:

Pública ☐

Privada ☐

Autônoma ☐

50. Como foi o processo de ingresso propriamente dito nesta carreira? Onde, quando, por quanto tempo e em que espaços/áreas e desenvolvendo que atividades?

51. Que cargos/funções já desempenhou nesta área ou em outras? Como chegou a cada um deles?

52. O senhor poderia me dizer como foi o processo de ingresso na área que atua no momento?

VI – CARACTERÍSTICAS, ITINERÁRIOS E PERCEPÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL

53. O senhor participou de movimento estudantil ou atividades em grêmios estudantis, centros acadêmicos? Se sim, como se estabeleceu tal relação, como simpatizante, militante outros?

54. E atualmente, o senhor participa de algum sindicato? Se sim, de que forma e desde quando? Se não, por quê?

55. O senhor participa ou participou de alguma discussão, debate, seminário a respeito de algum tipo de movimento social, associativo, sindical ou político?

56. O senhor participa ou participou de grupos religiosos ou filantrópico? Se sim, como é essa participação?

57. O senhor participa de movimentos sociais ou grupos destinados a resolução de problemas sociais, tais como grupos ambientais, movimento negro, crianças de rua, grupos de apoio a mulheres, portadores de HIV, homossexual entre outros? Se sim, qual, quando e como ocorreu esse engajamento? O que o levou até isso e como o senhor se enquadra dentro de tal movimento? Que tipo de atividades desenvolve?

VII – DIÁRIO DE NEGOCIAÇÃO E REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA/QUESTIONÁRIO

Local da entrevista: _____

Data: _____

Hora início _____ término _____

Formas de Negociação da Entrevista:

Direta [_____]

Telefone [_____]

Contato Prévio [_____]

Contato em Congressos, Seminários [_____]

Indireta [_____]

Secretária [_____]

Recomendações de Outros [_____]

Aceitação e realização da entrevista:

Sem Reserva, logo após a demanda [_____]

Com insistência do Pesquisador [_____]

Somente com Recomendação [_____]

Cenário:

Casa [_____]

Local de Trabalho [_____]

Bares [_____]

Parques [_____]

Sede da Organização [_____]

Congresso, seminário [_____]

Outro. [_____]

Aparência

Formal (trajes de trabalho) [_____]

Esportivo [_____]

Informal [_____]

Papel que se atribui na defesa da causa (apresentação de si):

Benévolo [_____]

Expert [_____]

Profissional [_____]

Desempenho durante a situação de entrevista

Arrogante e agressiva (ele iniciará a interação e dirigirá o curso da mesma) [_____]

Reservado [_____]

Humilde, Escusatória (espera seguir o comando dos outros) [_____]

Indagações feitas ao pesquisador:

Não fez indagações [_____]

Sobre o porquê de sua escolha [_____]

Sobre os objetivos do trabalho [_____]

Sobre os objetivos da entrevista [_____]

Sobre o desenvolvimento da entrevista (tempo, tipos de perguntas, respostas) [_____]

Sobre o desenvolvimento da pesquisa (hipóteses, problema, sugestões) [_____]

ANEXOS:**ANEXO I: TEATRO CLARA NUNES**

O Partido Verde foi lançado em 17 de janeiro de 1986, no Teatro Clara Nunes, no Rio de Janeiro. Naquela noite, foi divulgado o manifesto de fundação.



Foto: Fundação do PV no Teatro Clara Nunes (RJ). Da esquerda para a direita: Fernando Gabeira, Lucélia Santos, Alfredo Sirkis, John Neschling, Luis Alberto PV, Carlos Minc, Herbert Daniel e Guido Gelli.

ANEXO II:

MANIFESTO DO PARTIDO VERDE

O Partido Verde (PV) se forma para lutar pela liberdade, paz e ecologia, pelos direitos civis, pela autonomia, autogestão e formas alternativas de vida. Surge da reflexão sobre questões que dizem respeito à vida de todos. Nunca na sua história, a humanidade esteve tão ameaçada: os riscos de proliferação nuclear, a corrida armamentista, a devastação cada vez maior da natureza, os repetidos desastres ecológicos, a fome, o desperdício, as desigualdades sociais, a violência crescente nos grandes centros urbanos. Tudo isso configura uma verdadeira crise de civilização e faz com que cada cidadão consciente se preocupe com o futuro. Em diversos países, os adeptos da ecologia política se organizam em partidos para levar sua mensagem. Com o inegável avanço político registrado no país nos últimos anos, amadurecem as condições para a criação de um Partido Verde no Brasil.

O Partido Verde se define como um movimento de cidadãos e não de políticos profissionais ou homens de aparelho. Considera que o povo brasileiro está descontente com a chamada “classe política” e almeja um tipo de representação e ação mais eficiente, desinteressada e moderna. O povo brasileiro está cansado de uma elite fisiológica, que vê na política não uma forma de representação das aspirações dos cidadãos, mas uma carreira profissional, um caminho de enriquecimento e poder individual.

O Partido Verde não pretende o monopólio de nenhuma dessas bandeiras que defende; sabe que em torno de cada uma delas encontrará aliados em outros partidos e na sociedade em geral. Considera, no entanto, que a sua formação e atuação será uma contribuição nessa luta. O Partido Verde pretende ser um canal de expressão das novas ideias que surgiram, nos últimos anos, na sociedade brasileira. Ele pretende contribuir para a formação de um grande movimento ecológico, pacifista e alternativo, capaz de influenciar os destinos da nação brasileira, neste limiar do século XXI. Participar do debate e da solução dos problemas crônicos que, há séculos, afligem a nossa sociedade e, também, dos novos problemas que começam a se colocar e que irão, fatalmente, provocar profundas mudanças, como é o caso da informática e da robótica. Dependendo de como essas questões sejam encaminhadas, elas poderão trazer mais liberdade e autonomia ou mais repressão, alienação e desemprego no futuro dos brasileiros.

O Partido Verde, no Brasil, tem ainda outras responsabilidades. É parte integrante de um bloco social e político que trava a luta mais ampla contra a opressão, a desigualdade, a fome, a miséria, a prepotência das elites, a corrupção, o atraso cultural e outros resquícios do

autoritarismo. Estará engajado, junto com todas as outras forças políticas e sociais do bloco popular, na luta pela Reforma Agrária [...] por melhores condições de vida e trabalho, pela consolidação e exercício pleno das liberdades democráticas e dos direitos humanos no Brasil.

O Partido Verde não vê a política apenas no seu plano institucional, ao nível do parlamento, dos ministérios, secretarias, palácios e gabinetes; se preocupa com a política do cotidiano. Neste sentido, estará ao lado de todas as entidades, organizações populares e movimentos que almejam transformar a vida das pessoas fazendo-a mais livre e digna. Estará ao lado das mulheres, dos negros, das chamadas minorias, de todos os grupos vítimas da opressão generalizada ou específica. Defenderá uma sociedade cada vez mais descentralizada, em todos os níveis, onde nenhum grupo, econômico, político ou cultural possa impor sua hegemonia ou a dos seus interesses, sobre os demais. Onde nenhum interesse econômico ou político possa continuar devastando a natureza, poluindo o meio ambiente e ameaçando a vida para servir sua sede de lucro e poder.

Acreditamos que, dificilmente, existirá outra nação onde a potencialidade da causa ecológica seja tão grande. Também, dificilmente, existirá outra nação onde a urgência desta luta seja tamanha. O Brasil é um dos países do mundo com mais natureza a defender e, simultaneamente, um dos países onde ela está sendo mais rapidamente devastada pela voracidade dos modelos econômicos predatórios, do capitalismo selvagem, pelo descaso e inoperância do Estado e pelo ainda baixo nível de consciência dos cidadãos. Acreditamos que este quadro pode ser modificado e que, apesar de tudo, as condições para tanto nunca estiveram tão favoráveis quanto agora. Por isso, o Partido Verde surge como uma alternativa política para os que acreditam na possibilidade de uma vida digna e de uma nova sociedade.

17 de Janeiro de 1986

ANEXO IV: RELATÓRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS PV SERGIPE

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

ACÓRDÃO N. 316/2011**PRESTAÇÃO DE CONTAS nº 718-46.2010.6.25.0000 - Classe 25ª****Interessado(a)(s): PARTIDO VERDE - PV (DIRETÓRIO REGIONAL)**

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. PARTIDO VERDE - PV. EXERCÍCIO FINANCEIRO 2009. INCONSISTÊNCIA NO BALANÇO PATRIMONIAL REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO ANTERIOR. EXISTÊNCIA DE CRÉDITO DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA NO EXERCÍCIO ANTERIOR. DESRESPEITO ÀS REGRAS DA LEI Nº 9.096/95 E RESOLUÇÃO TSE Nº 21.841/2004. CONTAS DESAPROVADAS. SUSPENSÃO DE COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO.

Desaprovam-se as contas quando constatado que houve inconsistência no balanço patrimonial referente ao exercício financeiro anterior, prática que contraria os comandos contidos na Lei n.º 9.096/1995 e Resolução TSE n.º 21.841/2004.

Sob a presidência do(a) Excelentíssimo(a) Desembargador(a) SUZANA MARIA CARVALHO OLIVEIRA, ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, por unanimidade, DESAPROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS.

Aracaju (SE), 21 de setembro de 2011.

JUÍZA TELMA MARIA SANTOS - RELATORA

Face ao exposto, e vislumbrando não atendidas as pertinentes normações, manifesta-se o Ministério Público Eleitoral pela desaprovação da prestação de contas em epígrafe, nos termos do art.28, incisos III e IV da Resolução 21.841/2004 do TSE.[...]"

As falhas detectadas pelo órgão técnico de análise de contas encontram-se em desconformidade ao disposto no artigo 24, inciso III, alíneas "a" e "c", da Resolução TSE 21.841/2004, que assim prescrevem:

- " [...]
- Art. 24. Ao concluir a análise das prestações de contas, a unidade técnica deve emitir parecer:
- [...]
- III – pela desaprovação das contas, quando restar evidenciada qualquer das seguintes ocorrências:
1. constatação de falhas, omissões ou irregularidades que comprometam a regularidade, a confiabilidade ou a consistência das contas;
- [...]
1. impossibilidade de aplicação dos procedimentos técnicos de exame aprovados pela Justiça Eleitoral, quando for verificada a ausência de evidências ou provas suficientes para análise.
- [...]"

Postas essas premissas, identifico nas mesmas a gravidade necessária para ensejar a desaprovação da presente prestação de contas. Entrementes, dada a pequena monta do valor apurado correspondentes aos Créditos de Origens não Identificadas no Processo de Prestação de Contas do PV, referente ao exercício financeiro de 2008 (PC 812/2009), na ordem de R\$ 28,48 (vinte e oito reais e quarenta e oito centavos), entendo plausível que, diante de tamanha bagatela (princípio da insignificância), possamos afastar a incidência do disposto no artigo 6º da Resolução TSE nº 21.841/2004¹.

Cumpra esclarecer que o PV em Sergipe, por ocasião do exercício financeiro do ano de 2009, não recebeu cotas do Fundo Partidário.

Assim, restando patente as irregularidades apontadas, não sanadas pelo interessado, falhas essas que comprometem a regularidade das contas, impõe-se como consequência a desaprovação da presente prestação de contas, vez que não observada a legislação de regência da matéria (Lei n.º 9.096/1995 e Resolução TSE n.º 21.841/2004).

Pelo exposto, em conformidade com o parecer do Ministério Público Eleitoral, DESAPROVO as contas apresentadas pelo Partido Verde (PV), referentes ao exercício financeiro de 2009, ficando suspenso o repasse de cotas do fundo partidária pelo período de um mês, a partir do trânsito em julgado desta decisão, nos termos do artigo 28, inciso IV, da Resolução nº 21.841/2004, do Tribunal Superior Eleitoral (artigo 37 da Lei nº 9.096/95), penalidade que se impõem nesse *quantum* em razão do regular comprometimento que as impropriedades causaram nas contas apresentadas.

¹ Art. 6º Os recursos oriundos de fonte não identificada não podem ser utilizados e, após julgados todos os recursos referentes à prestação de contas do partido, devem ser recolhidos ao Fundo Partidário e distribuídos aos partidos políticos de acordo com os critérios estabelecidos nos incisos I e II do art. 41 da Lei nº 9.096/95.

Saliento que, em relação ao valor de R\$ 28,48 (vinte e oito reais e quarenta e oito centavos), correspondentes aos Créditos de Origens não Identificadas, apesar da incidência ao caso do princípio da insignificância, para efeito de impedir o seu recolhimento ao erário, a verificação de tal postulado não se alastra a ponto de impedir a aplicação da sanção de suspensão de novas quotas do fundo, uma vez que essa se faz presente ante a desaprovação das contas, conforme dispõe o artigo 37 da Lei nº 9.096/95. Vejamos:

Art. 37. A falta de prestação de contas ou sua desaprovação total ou parcial implica a suspensão de novas cotas do Fundo Partidário e sujeita os responsáveis às penas da lei. (Redação dada pela Lei nº 9.693, de 27.7.98) (grifei)

(...)

§ 3º A sanção de suspensão do repasse de novas quotas do Fundo Partidário, por desaprovação total ou parcial da prestação de contas de partido, deverá ser aplicada de forma proporcional e razoável, pelo período de 1 (um) mês a 12 (doze) meses, ou por meio do desconto, do valor a ser repassado, da importância apontada como irregular, não podendo ser aplicada a sanção de suspensão, caso a prestação de contas não seja julgada, pelo juízo ou tribunal competente, após 5 (cinco) anos de sua apresentação. (grifei)

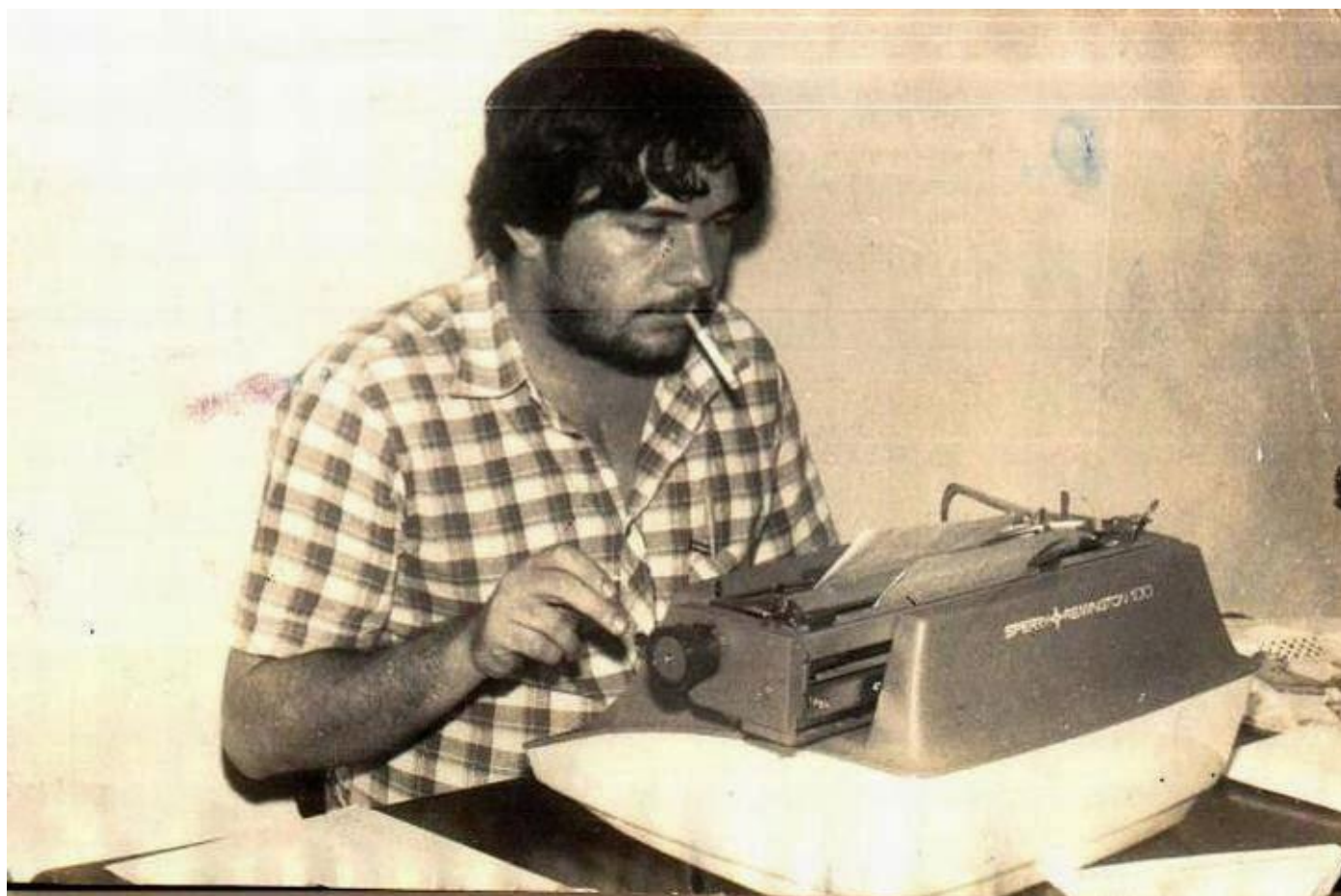
Deverá ser encaminhada cópia destes autos ao Ministério Público Eleitoral, para efeito de eventual responsabilização dos dirigentes partidários, nos termos dos artigos 37 da Lei nº 9096/1995 e 33 da multicitada Resolução.

É como voto.

JUÍZA FEDERAL TELMA MARIA SANTOS
RELATORA

ANEXO V: Fernando Sávio na redação do jornal "Folha da Praia", em Aracaju.

Foto: arquivo Amaral Cavalcante. Reproduzida do Facebook/MTéSERGIPE.



ANEXO VI: ALFREDO SIRKIS EM SERGIPE



■ A atriz Sônia Lima, que posou para a última edição da revista Playboy é uma libiana que diz ser a sinceridade a sua qualidade mais importante e a capacidade de criticar o seu maior defeito. Praticante de vôlei e torcedora do Corinthians, tem no esbranquiado Michael Jackson o seu maior ídolo musical.



Cicero Silva

Sirkis: PV em 15 municípios

Alfredo Sirkis diz que os pobres são grandes vítimas

“As grandes vítimas do desastre ecológico brasileiro são as camadas mais pobres da população”. Quem pensa assim é o presidente nacional do Partido Verde e vereador na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Alfredo Sirkis. Na última semana ele esteve em Aracaju mantendo contatos políticos e intelectuais, objetivando, principalmente, estruturar o seu partido. Ele acredita que dentro de dois meses o PV estará funcionando em pelo menos 15 municípios sergipanos. “Nós acreditamos que nas eleições de 1992 o PV vai eleger prefeitos de algumas pequenas cidades” — sentencia Sirkis. (Página 5-B).

Loteria Federal

O sorteio da extração 2.770 da Loteria Federal realizado ontem pela Caixa Econômica Federal na Avenida Paulista (São Paulo). Os números sorteados são os seguintes:

1:	35.543
2:	07.148
3:	26.685
4:	03.438
5:	48.508

JORNAL DE SERGIPE

ARACAJU, DOMINGO E SEGUNDA-FEIRA, 22 E 23 DE DEZEMBRO DE 1991 ANO XIII - Nº 3.907 - Cr\$ 250,00

Assembléia

Uma verdadeira prestação de contas ao povo sergipano sobre as atividades parlamentares que cada um desenvolveu ao longo deste primeiro ano de mandato na Assembléia Legislativa. Esse é o conteúdo principal do suplemento especial que circula com a edição de hoje do JORNAL DE SERGIPE. Também consta um balanço dos trabalhos desenvolvidos na chamada Casa do Povo, feita pelo presidente Nicodemus Falcão.

ANEXO VII: JOSÉ LUIZ PENNA EM SERGIPE

Cotações

Taxa Referencial Diária de Juros: 1.016518 %;
Caderneta de poupança: 23,1725%; Dólar paralelo: Cr\$1.265,00 (compra) e Cr\$ 1.285,00 (venda); Dólar comercial: Cr\$1.307,30 (compra) e Cr\$ 1.307,40 (venda); Dólar turismo: cr\$ 1.230,00 (compra) e Cr\$ 1.290,00 (venda); (Página 6-A).

JORNAL DE SERGIPE

ARACAJU, SEXTA-FEIRA, 31 DE JANEIRO DE 1992 — ANO XIII — N: 3.938 — Cr\$ 300,00

Avião

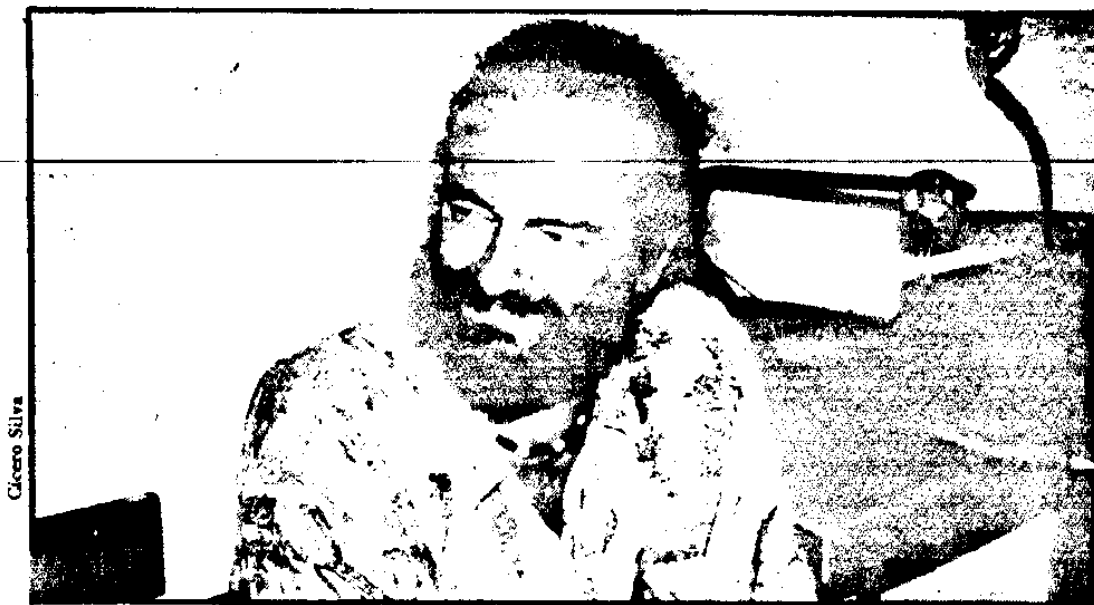
A Venezuela admitiu, 13 dias depois, que o Cessna de matrícula brasileira PT-DMW foi derrubado a tiros, o próprio presidente Carlos Andrés Pérez, em entrevista concedida em Maracaibo, reconheceu que a aeronave foi atingida depois de solicitada a pousar. (Página 5-A).

Presidente do PV quer levar a juventude para seus quadros

“Nossa proposta é sinalizar para essa juventude que fora da democracia e da ocupação dos espaços institucionais do poder não há saída.” A informação é do presidente do Partido Verde em

São Paulo, José Luiz Pena, que está em Aracaju trabalhando na campanha de filiação de novos militantes. Satisfeito com os resultados alcançados, ele anunciou a regularização do PV nos mu-

nicipios de Santa Rosa de Lima, Santa Luzia do Itanhy e Simão Dias, além de outras 20 cidades cujas filiações já estão próximas do limite exigido pela lei. (Página 3-A).



Cícero Silva

Luiz Pena lança proposta para atrair jovens